

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Daniel Jesus Vieira Magnus

**ESPAÇOS DE LEITURA COMO ESTRATÉGIA DE (RE)SOCIALIZAÇÃO
DE JOVENS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS
NA FASE/PORTO ALEGRE**

Porto Alegre
2012

Daniel Jesus Vieira Magnus

**ESPAÇOS DE LEITURA COMO ESTRATÉGIA DE (RE)SOCIALIZAÇÃO
DE JOVENS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS
NA FASE/PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Mielniczuk de Moura

Co-orientadora: Prof.^a Me. Marlise Maria Giovanaz

Porto Alegre
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Opperman

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof.^a Dr.^a Regina Helena van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Mielniczuk de Moura

Chefe Substituta: Prof.^a Dr.^a Sônia Elisa Caregnato

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Samile Andréa de Souza Vanz

Coordenadora Substituta: Prof.^a Me. Glória Isabel Sattamini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M199e Magnus, Daniel Jesus Vieira

Espaços de leitura como estratégia de (re)socialização de jovens que cumprem medidas socioeducativas na FASE/Porto Alegre / Daniel Jesus Vieira Magnus ; orientadora Ana Maria Mielniczuk de Moura. – Porto Alegre, 2012.

116 f. ; il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (graduação).

1. Espaços de leitura. 2. Leitura e inclusão social. 3. Papel social do bibliotecário. I. Moura, Ana Maria Mielniczuk de. II. Giovanaz, Marlise Maria. III. Título.

CDU: 027.6-053.6

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705, Bairro Santana
Porto Alegre/RS – CEP: 90.035-007
Tel: (51) 3308.5143
Fax: (51) 3308.5435
E-mail: dci@ufrgs.br

Daniel Jesus Vieira Magnus

**ESPAÇOS DE LEITURA COMO ESTRATÉGIA DE (RE)SOCIALIZAÇÃO
DE JOVENS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS
NA FASE/PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em ____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Mielniczuk de Moura
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Me. Marlise Maria Giovanaz
Co-orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Eliane da Silva Moro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Lizandra Brasil Estabel
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Sul – IFRS – Campus Porto Alegre.

**À bibliotecária Fabiana Hendler da Luz (in memoriam), pela
sede de vida. Este trabalho é a prova de que ainda estás
viva em nossos corações.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos espíritos de luz que me acompanharam até aqui, dando-me a força necessária para nunca desistir. Este trabalho é a recompensa de uma etapa de muita luta e esforço. O caminho até aqui não foi fácil, porém venci cada obstáculo com confiança, dignidade e persistência.

Agradeço a minha família por todo carinho e paciência que tiveram comigo durante esse tempo. Pai e mãe, vocês são o meu alicerce, minha referência. Devo esta conquista a vocês! Obrigado, meu pai, por sempre acreditar no meu potencial. Por fazer absolutamente tudo para ver a nossa família bem. Tu és o meu orgulho, o meu verdadeiro amigo.

Obrigado as minhas irmãs Elisa, Adriana, Daiana e Carol por fazerem parte da minha vida. Amo vocês!

À Fabiana Hendler, minha prima querida, minha amiga, minha irmã. Carrego-te sempre em meu coração, e é com lágrimas nos olhos que te agradeço por cada momento de felicidade que compartilhamos juntos enquanto tu ainda estavas conosco. Através de ti eu descobri a biblioteconomia, esta profissão tão linda e gratificante. Sempre fiquei muito contente quando dizias que gostaria de me dar o anel de formatura. Infelizmente não deu tempo, pois tu acabaste partindo antes do esperado. Contudo, hoje quem te presenteia sou eu com este trabalho, já que tu foste a única bibliotecária do quadro de servidores da FASE/RS. Uma bibliotecária admirável, sensível e marcante na vida de todos. Deixaste marcas eternas em minha existência.

Agradeço a minha co-orientadora Marlise Giovanaz, que mesmo tendo de ir viajar honrou seu compromisso para comigo. Obrigado por sempre ter acreditado na minha pesquisa, estando sempre disposta a suprir meus questionamentos. Obrigado por ter me dado a mão e caminhado comigo durante todo esse tempo. Admiro muito a dedicação que tens aos teus alunos, tratando-os sempre com amor e respeito. Apesar de não ser bibliotecária, estás sempre disposta a transitar entre as áreas contribuindo da melhor forma.

Obrigado à professora Ana Moura por ter aceitado ser minha orientadora “no final do segundo tempo”, por conta da impossibilidade da Marlise de assinar como orientadora por estar em afastamento. Agradeço-te, também, por ter me

oferecido a bolsa de monitoria da tua disciplina de Pesquisa em Ciências da Informação no último semestre da faculdade. Tu és uma ótima profissional. Admiro-te muito.

Um obrigado todo especial à Lizandra Estabel por ter aceitado todos os convites feitos, mas acima de tudo por ter feito parte da minha Banca. Também à Eliane Moro, por também ter aceitado o convite. Obrigado por todo o carinho e atenção que sempre me deste, desde o tempo em que fui teu aluno, e também monitor da disciplina de Leitura, Biblioteconomia e Inclusão Social.

Obrigado à bibliotecária Neli Miotto, da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais por ter dado suporte a minha pesquisa, e também aos agentes socioeducadores da FASE/RS: Solange, Janete, Maria Regina, Márcia e Carlos. Sem a atenção de vocês esta pesquisa não seria possível.

À colega Marília pela amizade, carinho e generosidade.

Agradeço as minhas colegas Ana Claudia, Adriana e Ângela por sempre estarem ao meu lado. Vocês são aquelas pessoas que nós levamos para o resto da vida.

Obrigado à Mari pela sensibilidade, pela parceria, pela força, pela amizade. Tu és um exemplo para mim. Eu te amo demais, amiga.

Aos colegas e amigos da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul: Cristina, Idená, Oneide, Seu Adão, Ana, Leandro, Fábio, Evilar e Renata. Aprendi muito com cada um de vocês. Agradeço, especialmente, a minha eterna diretora Morgana Marcon. Não me esquecerei do apoio que sempre me deste. Realizaste o sonho que sempre tive de trabalhar na BPE. Foram dois anos maravilhosos de muito aprendizado.

Não posso deixar de agradecer a todos os professores da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, que durante esses cinco anos me levaram pela mão e me fizeram uma pessoa melhor. Foi ótimo ter vivido neste ambiente. Vocês são bênçãos em nossas vidas.

Gaúcho Nobre

*Sou um piazito gaúcho
E gosto de chimarrão
Da bombacha e do chapéu
Da gaita e do violão.
Gosto da lida campeira,
E sempre estou de laço na mão.
Meu pai me ensinou
E logo eu aprendi:
Gaúcho tem que ser nobre,
Ter sempre uns cobres
Para se distrair nos dias de folga,
Tem que ser hospitaleiro,
Ser rico por dentro, mesmo por fora sendo pobre.
Aqui na Febem, pretendo aprender.
Hoje sou um interno,
Mas amanhã grande homem hei de ser...
Mostrar a fibra da minha raça,
E dizer por este Rio Grande querido:
Serei gaúcho até morrer!*

RESUMO

Aborda a importância de espaços de leitura na ressocialização de jovens que cumprem medidas socioeducativas, destacando o importante papel do profissional bibliotecário como agente deste processo. Constitui um estudo de caso, que analisa as unidades de informação dos Centros da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), localizadas no município de Porto Alegre, e o trabalho que vêm desenvolvendo em prol da ressocialização de jovens que cometeram atos infracionais ao convívio social. Analisa o processo de implementação de leis referentes a menores que praticaram atos infracionais; verifica a existência de projetos direcionados aos espaços de leitura; analisa o perfil dos jovens das casas, bem como dos leitores que utilizam os ambientes de leitura. Analisa, também, a percepção dos profissionais da Instituição com relação à importância desses espaços. Apresenta como referencial teórico a leitura como instrumento de ação reflexiva; o papel das bibliotecas; a função social do bibliotecário; as medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e seu processo de implementação; a caracterização dos regimes de internação e semiliberdade, bem como a importância de bibliotecas como instrumento de ressocialização. Utiliza a entrevista, realizada nas formas virtual e presencial, como instrumento para coleta de dados. A investigação apresenta abordagem qualitativa e relaciona os dados obtidos aos conceitos teóricos do estudo. Conclui que os espaços de leitura são peças fundamentais na ressocialização de jovens que cumprem medidas socioeducativas, já que vários aspectos são trabalhados nestes ambientes em prol do desenvolvimento intelectual e humano. Verifica, porém, que os espaços que a Instituição mantém ainda são muito pouco aproveitados, tanto pela ausência de profissionais qualificados para mantê-los e administrá-los, devido à falta de investimentos governamentais, quanto pelo descaso de grande parte dos profissionais que trabalham nas casas.

Palavras-chave: Espaços de leitura. Leitura e inclusão social. Função social do bibliotecário.

ABSTRACT

Discusses the importance of reading spaces in rehabilitation of young people who meet educational measures, highlighting the important role of the librarian as an agent of this process. It is a case study, which analyzes information units of the FASE (Foundation for Socioeducative Cares) Centers, located in Porto Alegre, and the efforts being made towards the rehabilitation of youth who have committed illegal acts to social life. Analyzes the process of implementation of laws relating to minors who have committed offenses; checks for projects targeted to areas of reading; analyzes the profile of young people in homes as well as readers who use reading environments. It also analyzes the perception of professional institution with respect to the importance of these spaces. Presents as a theoretical reading as a tool for reflective action, the role of libraries, the social function of the librarian; the Statute of Children and Adolescents (ECA) socioeducatives measures and its implementation process; characterization internment and semiliberty system, and the importance of libraries as instrument of socialization. Uses the interview, conducted in the forms virtual and presencial as a tool for data collection. The research presents a qualitative approach and relates the data to the theoretical concepts of the study. Concludes that the reading spaces are fundamental in rehabilitation of young people who meet educational measures, since several aspects are worked in these environments for intellectual and human development. Notes, however, that the spaces that the institution maintains are still underutilized by both the lack of qualified professionals to keep them and manage them, because of the low government investment, as the neglect of most professionals working in these spaces.

Key words: Areas of reading. Reading and social inclusion. Librarian's social role.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Espaço de Leitura Dona Margarida	53
Figura 2	Espaço de Leitura do CASEF, vista 1	55
Figura 3	Espaço de Leitura do CASEF, vista 2	56
Figura 4	Espaço de Leitura do CASE Padre Cacique, vista 1	68
Figura 5	Espaço de Leitura do CASE Padre Cacique, vista 2	68
Figura 6	Espaço de Leitura do CASE POA I, vista 1	69
Figura 7	Espaço de Leitura do CASE POA I, vista 2	70
Figura 8	Espaço de Leitura da CSE	73
Figura 9	Banner de livros para espaços fechados	73
Figura 10	Agente socioeducadora responsável pelo Espaço de Leitura do CSE ..	73
Figura 11	Biblioteca Central – FASE/RS	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Idade dos jovens da FASE	75
Gráfico 2	Gênero dos jovens da FASE	76
Gráfico 3	Grau de instrução dos jovens da FASE	77
Gráfico 4	Frequência dos jovens nos Espaços de Leitura do CIPCS e CASEF ...	79
Gráfico 5	Materiais consultados/retirados nos Espaços de Leitura do CIPCS e CASEF	80
Gráfico 6	Livros preferidos pelos usuários do CIPCS e CASEF	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CASEF	Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino
CECON	Centro de Convivência
CIP	Centro de Internação Provisória
CIPCS	Centro de Internação Provisória Carlos Santos
CSE	Comunidade Socioeducativa
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FPE	Fundação de Proteção Especial
ICPAE	Internação com Possibilidade de Atividade Externa
ICS	Instituto Carlos Santos
IP	Internação Provisória
ISPAE	Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa
LA	Liberdade Assistida
MSE	Medida Socioeducativa
PCA	Plano Coletivo de Atendimento
PEMSEIS	Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e de Semiliberdade
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNBEM	Plano Nacional do Bem-Estar do Menor
SAM	Sistema de Assistência aos Menores
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SL	Semiliberdade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A LEITURA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO REFLEXIVA	20
2.1.1	O papel das bibliotecas no sistema educacional	22
2.1.2	A função social do bibliotecário	25
2.2	AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ECA E SEU PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO	27
2.2.1	Regime de internação	31
2.2.2	Regime de semiliberdade	32
2.3	BIBLIOTECAS COMO ESTRATÉGIA DE (RE)SOCIALIZAÇÃO	33
3	CONTEXTO DO ESTUDO: A FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL (FASE/RS)	38
3.1	AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE PORTO ALEGRE	40
3.2	AS UNIDADES DE SEMILIBERDADE DE PORTO ALEGRE	42
4	METODOLOGIA	44
4.1	TIPO DE ESTUDO	44
4.2	SUJEITOS E CONTEXTO DO ESTUDO	45
4.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	46
4.4	PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS	47
4.5	TRATAMENTO DOS DADOS	47
4.6	LIMITAÇÃO DO ESTUDO	47
5	PROFISSIONAIS E INSTITUIÇÕES QUE TRABALHAM PELA INCLUSÃO POR MEIO DA LEITURA NA FASE/PORTO ALEGRE	48
5.1	OS ENTREVISTADOS	48
5.2	AS INSTITUIÇÕES	49
5.2.1	Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS)	49
5.2.1.1	<i>O Espaço de Leitura Dona Margarida</i>	51
5.2.2	Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF)	53
5.2.2.1	<i>O Espaço de Leitura Nely Teixeira Marques</i>	55

5.2.3	A Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais	56
5.2.3.1	<i>O Banco de Livros</i>	56
6	ANÁLISE E CRÍTICA DOS DADOS	61
6.1	O PAPEL DAS BIBLIOTECAS E DA LEITURA NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE DA FASE/PORTO ALEGRE	61
6.1.1	Os Espaços de Leitura da FASE/Porto Alegre	66
6.2	PERFIL DOS USUÁRIOS DOS ESPAÇOS DE LEITURA	74
6.2.1	Idade, gênero e escolaridade	75
6.2.2	O acesso aos Espaços de Leitura	77
7	A IMAGEM DA BIBLIOTECA E DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO NA INSTITUIÇÃO	85
7.1	O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO	89
8	ATIVIDADES E PROJETOS DESTINADOS AOS ESPAÇOS DE LEITURA	96
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICE A – Roteiro Geral de Perguntas para a Entrevista aos Coordenadores dos Espaços de Leitura do CIPCS e CASEF	108
	APÊNDICE B: Roteiro Geral de Perguntas para a Entrevista com a Bibliotecária da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais	110
	ANEXO A – Ofício de Apresentação do Pesquisador	111
	ANEXO B – Ofício de Autorização da FASE/RS	112
	ANEXO C – Termo de Compromisso do Pesquisador junto à FASE/RS	113
	ANEXO D – Poemas escritos pelo jovem M.A do CASE POA I	114

1 INTRODUÇÃO

O acesso à leitura é uma das formas de ressocialização mais enriquecedoras, visto que por meio dela pode-se conciliar lazer e aprendizado. A leitura, aliada a medidas socioeducativas, pode possibilitar aos jovens em conflito com a lei, que revejam alguns conceitos e até sua visão de mundo, visto que por vários fatores e acontecimentos inerentes à sua história podem estar deturpados. Ribas e Ziviani (2007, p. 50) complementam afirmando que “[...] o acesso à informação é condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania, um pré-requisito para os direitos civis, políticos e sociais”.

Quando se fala em ressocialização de jovens em conflito com a lei, faz-se necessário levar em conta que a entidade ressocializadora tenha recursos disponíveis para dar o suporte necessário, tendo espaço físico e verbas suficientes para manter toda a sua estrutura, tanto no que se refere a recursos materiais quanto humanos, passando pela escolarização e profissionalização. Esta questão está explícita nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (Regras de BEIJING – UNICEF), que afirma que os jovens, enquanto se encontrarem sob custódia da Instituição, deverão receber toda assistência social, educacional, profissional, psicológica, médica e física, tendo em conta sua idade, sexo e características individuais. Além disso, coloca que as instituições devem capacitar os jovens e assegurar o seu cuidado, proteção, educação e formação profissional para permitir-lhes que desempenhem um papel construtivo e produtivo na sociedade.

Segundo o PEMSEIS (Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e de Semiliberdade do Rio Grande do Sul), “As Unidades, devem planejar-se para oportunizar aos adolescentes/alunos espaço e tempo de estudo como suporte às atividades escolares, bem como estimular o uso sistemático da biblioteca, de modo a ampliar o campo de conhecimento do adolescente e fortalecer a ação pedagógica”. Portanto, este estudo vem pontuar a importância destes espaços, no desenvolvimento de todas as atividades de ressocialização.

Em várias cidades do Brasil existem unidades que possuem bibliotecas nos espaços responsáveis para receber os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. O Internato Encosta Norte da Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo), em janeiro de 2006, montou

uma minibiblioteca para atender aquela unidade com o objetivo de propiciar o suporte a uma oficina de leitura ministrada pelo autor Alessandro Buzo, nos seis primeiros meses do ano de 2006.

O Centro de Internação Provisória Dom Bosco, em Belo Horizonte, inaugurou em 2008 uma sala de leitura, que possui um acervo de 1.200 livros, entre obras literárias e material didático, onde o atendimento é feito pelos próprios adolescentes. Na cidade de Tucum, no Espírito Santo, foi construído o Centro de Atendimento de Adolescentes em Conflito com a Lei, que busca ser efetivamente um espaço de educação, e na estrutura desse novo espaço estão previstas uma sala de informática e uma biblioteca.

No Distrito Federal também foi incluída na estrutura de um novo centro, o Centro de Internação de Adolescentes de Planaltina, uma sala de leitura/biblioteca.

Este entendimento ocorre também em outros países. Pode-se citar como exemplo, o projeto Second Chance Books da Austin Public Library e do Gardner Betts Juvenili Detention Center, Texas, que foi implementado em 2003 e cujo foco é o lazer dos adolescentes e, de forma secundária, a oportunidade de conhecer os recursos da biblioteca. Esse Centro atende menores entre 10 e 17 anos que esperam pela determinação da medida socioeducativa que devem cumprir. Inicialmente os professores e bibliotecários levavam até os centros os livros de interesse dos adolescentes e, em 2004, foi instalada uma biblioteca no local. Ainda assim, duas vezes por mês vão ao Centro funcionários da Austin Public Library promover palestras e seminários, além de levar para os adolescentes itens solicitados nas visitas anteriores.

No Rio Grande do Sul, o Jornal Zero Hora (18/03/2012) publicou uma reportagem que tinha como tema “Companhia do Cárcere: livros abertos, caminhos abertos¹”, e que relata a importância da leitura na reabilitação de jovens e adultos privados de liberdade, bem como o importante trabalho desenvolvido pelo Banco de Livros da FIERGS, que vem inaugurando espaços de leitura nestes ambientes gaúchos. A reportagem apresenta um garoto que já cumpria um período de 13 meses de confinamento, e que antes de ser recolhido à FASE dormia todas as noites com um revólver calibre 38 ao lado do travesseiro. O garoto lembra, apesar

¹ Matéria disponível em: <<http://prisional.blogspot.com.br/2012/03/livros-companhia-no-carcere.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

da quase maioria, de ter folheado um único livro em algum momento do Ensino Fundamental Incompleto – Pé de Pilão, do qual é incapaz de fazer um resumo.

Sua experiência como leitor, até a inauguração da biblioteca do Banco de Livros, somava dois títulos. Mostra com os dedos: um deles “grosso assim”, que não consegue recordar, e outro “assim”, um tanto menor: a história de Pinóquio. Num relato hesitante, que esbarra na memória pouco eficiente, resume o livro:

– Tinha a fada madrinha. Tinha três moedas de ouro que o Pinóquio tinha ganhado. Tinha um lobo e mais um bicho que eu não lembro, um coiote, um bagulho assim. A fada madrinha viu ele pendurado pelo pescoço e pediu para um corvo tirar ele de lá. Ela deu remédio com uma pedrinha de açúcar. O Gepeto estava procurando ele, e um tubarão comeu. Um carroceiro passou e levou as crianças para uma terra em que só tinha alegrias. Só alegrias, assim, sabe? – finaliza.

[...] Calcula ter lido 150 gibis desde então. Prefere os de super-heróis, em que reencontra, em cores bem mais suaves, o universo que foi obrigado a abandonar. Gosta de enredos com lutas e assassinatos a sangue-frio. Lembra de quando presenciou uma execução com um tiro na cabeça da vítima. Na primeira vez em que testemunhou alguém sendo ferido por arma de fogo, tremeu. Com as experiências seguintes, logo se acostumou. – Não quero brigar, quero ver briga – salienta o garoto, esclarecendo que agora lhe bastam os confrontos da ficção. (ROSO, 2012).

Pode-se perceber, portanto, que as bibliotecas, ou espaços de leitura, compostos por ambientes estruturados e bem abastecidos de materiais e profissionais competentes, são fundamentais para a ressocialização de jovens que cometeram atos infracionais, pelas oportunidades de reinserção que elas podem oferecer, e ainda pela possibilidade de atuarem como possível antídoto para a reincidência. O acesso à leitura é mais uma ferramenta para a inclusão, permitindo a aquisição de conhecimento, o desenvolvimento de faculdades estéticas, exercícios de imaginação, sensibilidade, reflexão e análises, o aprimoramento de espírito crítico e liberdade de discernimentos, além do amadurecimento como pessoa e cidadão, mostrando de que forma pode-se investir no indivíduo como célula viva e interativa na sociedade.

Através do acesso à informação em bibliotecas, vários aspectos podem ser desenvolvidos: o afetivo, o cognitivo, o lúdico e o intelectual. É possível que por meio das atividades desenvolvidas por elas, em conjunto com as outras atividades educacionais das unidades de atendimento, os jovens que cumprem medidas de internação e de semiliberdade realizem descobertas que a vida, em sua essência, nem sempre os permitiu experimentar.

Pensando a partir dos aspectos apresentados, este trabalho levanta a seguinte questão:

Qual a importância de espaços de leitura, e de profissionais bibliotecários, na ressocialização de jovens que cumprem medidas socioeducativas na FASE/Porto Alegre?

O estudo consiste em analisar a importância de espaços de leitura², como ação socioeducativa em centros de internação e semiliberdade localizados no município de Porto Alegre, em prol da ressocialização de jovens que cometeram atos infracionais ao convívio social.

Os objetivos desse trabalho que operacionalizaram a busca por respostas ao questionamento deste estudo, pretendem: analisar o processo de implementação de leis referentes a menores que praticaram atos infracionais; identificar a importância de espaços de leitura, e de bibliotecários em sua gerência, como parte integrante das ações socioeducativas; verificar a atuação dos espaços de leitura nos núcleos de atendimento da FASE/Porto Alegre, bem como os trabalhos que desenvolvem; verificar a existência de projetos direcionados aos espaços de leitura; analisar o perfil dos leitores que utilizam os espaços de leitura; analisar a percepção dos profissionais da Instituição com relação à importância dos espaços de leitura.

Este trabalho divide-se em nove seções distintas, sendo que na segunda abordam-se os apontamentos teóricos; como a leitura como instrumento de ação reflexiva; o papel das bibliotecas; a função social do bibliotecário; as medidas socioeducativas do ECA e seu processo de implementação; a caracterização dos regimes de internação e semiliberdade e como se processa a questão da escolarização e da profissionalização dentro dessas medidas, bem como a importância de bibliotecas como medida de ressocialização.

Na seção três apresenta-se o contexto do estudo; a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS), discorrendo sobre sua criação e funcionamento, e as unidades de internação e semiliberdade de Porto Alegre; espaços que são prioridade neste estudo.

Na seção de número quatro será apresentada a metodologia que foi utilizada para a realização deste estudo, explanando-se sobre seu tipo de pesquisa, seus sujeitos, os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos de coleta de

² Os ambientes da FASE foram denominados “espaços de leitura”, pois os mesmos não contam com profissionais bibliotecários responsáveis por eles. Entende-se que a disciplina que rege o funcionamento das bibliotecas é a biblioteconomia.

dados e os limitadores do estudo, esclarecendo o processo da pesquisa do início ao fim.

Na seção cinco é apresentada a descrição do trabalho dos entrevistados e das instituições a que são vinculados, a fim de melhor compreender a análise dos dados. Descreve o Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS), o Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) e a Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais, instituições dos entrevistados, e que realizam trabalhos dirigidos à leitura.

Na seção seis são apresentados os resultados obtidos durante a pesquisa e suas análises. Os dados apresentados incluem o levantamento das entrevistas e o recolhimento de documentos dos entrevistados. Por meio desses dados pode-se discorrer sobre o papel das bibliotecas e da leitura nos centros de internação e semiliberdade da FASE/Porto Alegre; os espaços de leitura existentes na Instituição e o perfil dos usuários dos espaços de leitura (idade, gênero, escolaridade e o acesso aos espaços de leitura, mostrando a frequência, os materiais consultados e a preferência de livros), obtidos por meio do levantamento feito pela bibliotecária do Banco de Livros, aos locais já existentes, antes de montar os espaços de leitura nas Unidades de Atendimento.

Na seção sete a discussão da imagem da biblioteca e do profissional bibliotecário dentro da FASE/Porto Alegre, bem como a importância do profissional bibliotecário como agente de transformação nas casas da Instituição.

A seção oito apresenta as atividades e os projetos destinados aos espaços de leitura da FASE. Após, finaliza-se o trabalho com as principais conclusões (seção 9) obtidas por meio da pesquisa, a fim de elucidar seu questionamento inicial da importância de espaços de leitura, e de profissionais bibliotecários, na ressocialização de jovens que cumprem medidas socioeducativas na FASE/Porto Alegre.

2 A LEITURA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO REFLEXIVA

O conceito de leitura enquanto instrumento de ação reflexiva vai muito além da simples decodificação da linguagem verbal escrita, pois a ideia é de que ler é atribuir sentido ao texto, relacionando-o com o contexto e com as experiências prévias do sujeito leitor. Nesse sentido cabe afirmar que esse tipo de leitura sempre será precedido de uma finalidade concreta, que atenderá a um objetivo presente no contexto real em que o leitor está inserido. A leitura como prática social é um meio que poderá conduzir o leitor a refletir e resolver um problema prático, responder a um objetivo concreto ou a uma necessidade pessoal.

Segundo Kleiman (1996), ao ler um texto, qualquer texto, coloca-se em ação todo o sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que se deu a sociabilização primária do indivíduo, isto é, o grupo social em que nasceu e foi educado. Por isso, pode-se afirmar que a leitura enquanto prática social é algo bastante complexo, pois está intimamente ligado às raízes socioculturais e conseqüentemente à formação da cidadania.

A educação é um meio eficaz no desenvolvimento da cidadania, desperta o indivíduo para as reflexões sobre o seu meio, criando um sujeito ativo e participante dentre todas as relações por ele vivenciadas. A leitura, por sua vez, é o eixo central no desenvolvimento desse indivíduo, pois com sua prática adquirem-se novos conhecimentos e percebe-se o mundo ao seu redor.

Pode-se ressaltar que a leitura não se constitui em um ato solitário, nem em atividades individuais, o leitor é sempre parte de um grupo social, certamente carregará para esse grupo elementos de sua leitura, do mesmo modo que a leitura trará vivências oriundas do social, de sua experiência prévia e individual do mundo e da vida. Ao ler um texto ou um livro, interagi-se não propriamente com o texto, mas com os leitores virtuais, que são constituídos no próprio ato da escrita. O autor os cria em seus textos e o leitor real lê o texto e dele se apropria. O texto passa assim a exercer uma mediação entre sujeitos, tendo a influência de estabelecer relações entre os leitores reais ou virtuais.

A leitura é fundamental para o desenvolvimento intelectual do ser humano, mas também representa a oportunidade de ampliar a consciência e a visão do mundo. Ela é essencial a qualquer área do conhecimento, pois permite aos indivíduos entender o mundo e o seu papel nesse espaço, tornando-os capazes de

assim, transformá-lo. O ato de ler possibilita ao leitor que se comunique com o pensamento dos outros, que exerça seu senso crítico, transformando ou acentuando a sua análise ou sua visão, além da compreensão do mundo ao seu redor.

Martins (1994) define de uma forma bem simples e objetiva o que é ler, mostrando que este ato não é simplesmente um aprendizado qualquer, e sim uma conquista de autonomia, que permite a ampliação dos nossos horizontes. O leitor passa a entender melhor o seu universo, rompendo assim as barreiras, deixando a passividade de lado, encarando melhor a face da realidade.

Durante a leitura, o leitor se dá o direito de realizar viagens infinitas até o desconhecido. É um momento mágico, porque é onde ele acaba se inserindo dentro da história sem perceber e interagindo com o autor. Um detalhe merece destaque, afirma Kriegl (2002) “[...] que ninguém se torna leitor por um ato de obediência, ninguém nasce gostando de leitura. A influência dos adultos como referência é bastante importante na medida em que são vistos lendo ou escrevendo”.

Ler é trocar. Ler é comparar as experiências próprias com as narradas pelo escritor, comparar o próprio ponto de vista com o dele, recriando ideias e revendo conceitos. Ler é ampliar a percepção e ser motivado à observação de aspectos da vida que antes nos passavam despercebidos. Ler bons livros é capacitar-se para ler a vida. Um futuro formado por pessoas alfabetizadas intelectualmente, que consigam refletir, pensar criticamente, abandonar a consciência ingênua, assumindo uma postura crítica dentro do contexto social brasileiro.

Quevedo (2005, p. 71) diz que

[...] uma das características da leitura é nos permitir o acesso a mundos fisicamente distantes, possibilitando a presentificação de informações e conhecimentos não inseridos em nosso contexto mais imediato. Ler também significa “viajar” por universos infinitos, percebendo realidades que o homem foi desvendando no decorrer de sua história.

Contudo, apesar da importância da leitura, pesquisas apontam que ainda hoje ela ficou mais no discurso e só foi incorporada na prática de pouquíssimas escolas brasileiras, em sua maioria aquelas que adotam uma proposta de trabalho nos moldes construtivista, pois as que seguem uma linha pedagógica tradicional persistem utilizando prioritariamente o livro didático como o único ou principal elemento para sistematização das práticas leitoras.

O reflexo disso está explícito no estudo *Retratos da Leitura no Brasil* (2011), no qual aponta que das 53,8 milhões de pessoas quando perguntadas o porquê de estarem lendo menos, 78% responderam que a principal razão é o interesse; 15% ressaltaram que têm dificuldades; já 4% reclamam do acesso à leitura (livro é caro, não tem onde comprar e não há bibliotecas por perto). Esta pesquisa ressalta como as políticas públicas vêm tratando a leitura no Brasil. Percebe-se a ausência de bibliotecas, bem como de profissionais bibliotecários para desenvolverem trabalhos em prol da leitura. Pouco adianta os jovens terem acesso às práticas de leitura e escrita em sala de aula, se não forem estimulados a buscar conhecimento por meio da leitura.

O desafio é formar pessoas desejosas de embrenhar-se em outros mundos possíveis que a literatura nos oferece, dispostas a identificar-se com o semelhante ou a solidarizar-se com o diferente e capazes de apreciar a qualidade literária. (LERNER, 2002, p. 28).

A leitura é um caminho promissor capaz de transformar a realidade. É a vacina contra a ignorância e o conformismo. Em educação, é necessário utilizar a leitura como instrumento de ação reflexiva. Importante porque a leitura como instrumento reflexivo proporciona melhoria da condição social e humana. Então observar, analisar e procurar entender o mundo, e interagir tem por meio da leitura um caminho para a promoção do desenvolvimento de competências, na medida em que os conhecimentos vão sendo absorvidos e se amplia gradativamente a produção cultural da humanidade. É um dos meios mais importantes para a consecução de novas aprendizagens, possibilitando a construção e o fortalecimento de ideias e ações.

2.1.1 O papel das bibliotecas no sistema educacional

Cabe à biblioteca um importante papel dentro das instituições, pois ela é a espinha dorsal que direciona todas as atividades de pesquisa e ensino, bem como estimula à leitura. Assumem papel fundamental ao possibilitar as pessoas o acesso à leitura, através do seu acervo e, mais precisamente, por meio daqueles que são a mais fiel tradução do conhecimento disponibilizado no mundo: os livros. Tamanha é

a responsabilidade daqueles que a administram, pois pequenas ações dentro das bibliotecas podem constituir-se em eventos significativos na promoção da leitura.

A biblioteca é considerada [...] um dos mais antigos sistemas de informação existentes na história da humanidade, é considerada pólo de irradiação cultural de grande significação. Inerente à sua própria condição, tem o papel de motivar o leitor para o livro e a leitura (CARVALHO; GESTEIRA, 2006).

Uma biblioteca não pode ser vista apenas como um depósito de escritos, mas acima de tudo como um espaço voltado a pesquisas e construção de saberes, ou seja, um espaço em que a sociedade em geral tenha o hábito de frequentar.

Barker e Escarpit (1975, p. 675) ressaltam que

[...] existem vários tipos de biblioteca: bibliotecas nacionais e públicas, nas quais o edifício e o estoque são pagos com verbas públicas, como também os salários do pessoal geralmente preparado em cursos especializados. Nelas a utilização de todo esse material é feita gratuitamente pelo público; bibliotecas universitárias, para uso de professores e estudantes; bibliotecas escolares; bibliotecas especializadas, que fazem parte de instituições profissionais ou oficiais; bibliotecas industriais, mantidas por empresas para fornecer material de referencia e talvez livros técnicos aos funcionários, bibliotecas comerciais, que emprestam livros mediante pagamento de uma taxa anual de uma pequena taxa de aluguel por livro.

A biblioteca que mais se aproxima deste estudo é a escolar, pois, para Castrillón³ (1982 apud ASSIS, 2010, p. 23) é um centro ativo de aprendizagem, é instrumento de inovação, capaz de formar indivíduos para aprender de forma permanente. Está extremamente relacionada ao desenvolvimento do sistema educativo, do currículo, da leitura, da capacidade de pesquisa, da criatividade, da aprendizagem permanente, da habilidade de comunicação (entre o texto e os indivíduos, e entre os próprios indivíduos a partir do conhecimento que traz sobre as diversas linguagens e meios de comunicação), da capacitação dos educadores, do acesso e criação de informação educativa (estímulo à leitura e escrita).

Para Bamberger (1991, p. 07) “[...] o direito de ler significa igualmente o de desenvolver as potencialidades intelectuais e espirituais, o de aprender e progredir”.

³ CASTRILLÓN, Silvia. Modelo flexível para um sistema de bibliotecas escolares. In: FONSECA, Edson Nery da. Alternativas bibliotecárias para a crise da escola. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 1., 1982. **Anais...** Brasília: Fundação Pró-Memória; Instituto Nacional do Livro, 1982. Não paginado.

Quando se fala em apropriação do gosto pela leitura, Carvalho⁴ (2005, p. 67 apud WISNIEWSKI; POLAK, 2009, p. 4413) comenta que

[...] algumas pessoas criam o gosto pela leitura pelo exemplo dos familiares, outras, por influência de professores ou por circunstância fortuitas de suas histórias de vida. No entanto, a formação de leitores em grande escala, via escola, só ocorrerá se houver uma política de leitura, traduzida na adequada formação de professores leitores, na oferta abundante de bons e variados materiais escritos, e na instalação de bibliotecas e salas de leitura bem equipadas, dinamizados por bibliotecários.

Os livros e o próprio ambiente das bibliotecas são propícios à paz de espírito, à inspiração. Os livros dão resposta às dúvidas, fazem com que se esqueça de momentos, às vezes, tão difíceis. É, também, um ponto de encontro, uma ponte para o conhecimento, além de um local de convívio.

A biblioteca é um espaço em que os jovens encontram material para complementar sua aprendizagem e desenvolver sua criatividade, imaginação e senso crítico. É nela que podem reconhecer a complexidade do mundo que os rodeia, descobrir seus próprios gostos, investigar aquilo que os interessa, adquirir conhecimentos novos, escolher livremente sua leitura preferida e sonhar com mundos imaginários. Para merecer tal caráter – a de instrumento dinâmico e interativo – há que se considerar como função primordial que a biblioteca atue como órgão auxiliar e complementar da escola, facilitando aos alunos o livre acesso aos livros – o mundo fantástico do saber, das descobertas, dos sonhos, do imaginário conto de fadas aos mundos do assombrado. Bem como, a orientação clara e precisa para o estudo, para a solução de problemas e dos deveres, ou ainda, o de incrementar as pesquisas referenciando-as, utilizando mais de um livro, sintetizando, criticando e, fundamentalmente como apoio informacional aos funcionários.

Stumpf (1987, p. 74-77) cita as funções da biblioteca em: educativa, sociocultural e recreativa. Por meio dessas funções, permite-se entender que ao conquistar o leitor, as bibliotecas se tornem o local onde a educação, o ensino e o lazer poderão encontrar-se, mostrando que elas podem e colaboram nas atividades de ensino-aprendizagem, transformando os jovens em cidadãos críticos e criativos, além de leitores natos. A biblioteca justifica sua própria existência no desempenho das atividades de ensino, cultura e lazer desenvolvidos dentro das instituições.

⁴ CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

As bibliotecas tradicionais (públicas, escolares, particulares etc.) necessitam ser aprimoradas visando um aumento na contribuição no que diz respeito na formação de leitores, para que assim a leitura deixe de ser um privilégio de poucos e se torne um direito de todos.

2.1.2 A função social do bibliotecário

Para a existência de uma biblioteca com condições de atender ao público visando desenvolver a mediação da leitura é necessário que três elementos básicos estejam interligados entre si: bibliotecários, livros e usuários.

Sobre esta questão, Silva⁵ (1997, p. 106 apud, COSTA, 2011, p. 37) comenta que:

Sem o bibliotecário, com os seus conhecimentos organizacionais e de orientação, o espaço dos livros torna-se altamente caótico e tende a perecer rapidamente. Sem livros, o espaço torna-se inútil. Sem usuário, o espaço da biblioteca não se dinamiza, perde o seu valor e morre.

Os bibliotecários são os profissionais que lidam com o bem mais precioso do momento – a informação. Neste sentido, seus papéis enquanto profissionais é fornecer a informação certa, no momento certo e para a pessoa certa. Isto significa dar aos cidadãos informações sobre os seus direitos e deveres, aos estudantes informações que possibilitem a realização de suas pesquisas, que esclareçam dúvidas, que despertem a curiosidade. É bom lembrar que as necessidades de informação das pessoas são dinâmicas, estão em mutação constante. Elas variam com o tempo, conforme as atividades exercidas e os interesses de cada pessoa em um determinado momento.

O profissional da informação deve, também, ter consciência da realidade social, cultural, econômica e política à qual está inserido e assumir uma postura crítica diante disso, sendo necessariamente um agente de transformação. Segundo Santos (1996, p. 11), o bibliotecário frente aos novos tempos “[...] são necessárias aptidões para mudar, comunicar e animar; para antecipar, inovar e adaptar-se; aptidões para mobilizar os meios, coordenar e motivar”.

⁵ SILVA, Ezequiel T. **Leitura e realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

Cunha (2003, p. 44), diz que a profissão tem um papel importante na sociedade. E relembra algumas premissas:

Se as necessidades de informação dos cidadãos numa biblioteca pública são atendidas, isto reflete-se, via de regra, na conquista de direitos básicos de cidadania;
se os pesquisadores têm suas necessidades de informação atendidas, isto reflete-se no progresso científico do país;
o atendimento eficaz de alunos de escolas primárias por parte dos bibliotecários pode vir a despertar o gosto pela leitura, o prazer pelo estudo e a curiosidade por novas descobertas;
a participação de bibliotecários na definição de políticas nacionais de informação, de projetos nacionais como o Programa Sociedade da Informação pode fazer diferença, por exemplo, nos critérios de definição das prioridades deste programa, na ênfase à participação das bibliotecas públicas neste processo, etc.

Os profissionais da área das Ciências da Informação têm uma grande responsabilidade na construção de um mundo mais justo e igualitário na medida em que promovem ações que visem incentivar a leitura para a temática em questão.

Há uma tarefa difícil a ser realizada: cativar e conquistar o jovem e fazer com que este se sinta à vontade dentro da biblioteca. O bibliotecário deve compreender os usuários, saber conquistá-los, ter espírito de curiosidade, entusiasmo e saber lidar com diversos públicos. Necessitando, também, usar um pouco da psicologia para conquistar a empatia e receptividade no contato com os usuários. Deve conhecer as necessidades de informação da sociedade e ter consciência do papel social da biblioteca na qual presta serviços, pois de nada adianta gerir e tratar a informação se ela não está voltada para objetivos coerentes com a realidade social em que se insere.

O planejamento e a organização da biblioteca também são funções do bibliotecário. Tornar a biblioteca um lugar prazeroso, dinâmico, descontraído, de maneira que as pessoas se sintam atraídas por ela e venham desenvolver cada vez mais o gosto pela leitura, se faz um desafio constante para o profissional da informação em uma biblioteca. Cabe ao bibliotecário dinamizar e inserir as atividades no contexto educacional, de programas de treinamento em pesquisa bibliográfica e incentivo a leitura (hora do conto, murais informativos, entre outros). De acordo com Silva (1995) “[...] a tarefa de orientar o jovem na utilização da biblioteca e, principalmente, o de despertar nele o gosto e o hábito de leitura são as atribuições mais reveladoras da natureza educativa do trabalho biblioteconômico”.

Este profissional é o mediador entre a cultura elaborada, acumulada e em processo de acumulação pela humanidade, e o usuário, formando um indivíduo crítico e criativo, para melhor contribuir na evolução do meio em que vive. O bibliotecário deve ter algumas características, tais como a compreensão da realidade com a qual trabalha, com a sociedade na qual atua, para não reproduzi-la de acordo com o senso comum dominante; comprometimento político, compreendendo a sociedade em que vive, tendo clareza daquilo com que está comprometida sua ação (tendo somente duas opções: ou quer a permanência desta sociedade, com todas as suas desigualdades ou trabalha para que a sociedade se modifique); competência no campo teórico de conhecimento em que atua, para desempenhar com adequação sua atividade, sempre se atualizando e buscando novas fontes de informações sobre sua área; e competência técnico-profissional, ou seja, deter recursos técnicos e habilidades de comunicação que facilitem, portanto, a apropriação do que se comunica.

2.2 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ECA E SEU PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A lei 8.069, de 13 de julho 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, atualizada pela Lei n. 11.185, de 7 de outubro de 2005, dispõe sobre a Proteção Integral à criança e o adolescente, visando assegurar a criança os direitos e garantias fundamentais expresso na Constituição Federal de 1988.

O art. 2º do ECA considera criança como “[...] pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade incompletos”.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, toda a criança ou adolescente que cometa algum ato infracional será objeto de medidas de proteção no caso das crianças; ou medidas socioeducativas, no caso de adolescentes. Observa-se que o menor de 18 (dezoito) anos, se submeterá as medidas do ECA, que visam resgatar e ressocializar a criança e adolescente evitando que voltem a cometer atos infracionais. Tais medidas visam dar ao jovem um meio de recuperação diante de sua condição e necessidade, aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional, apurada sua responsabilidade após o devido processo legal, cujo objetivo não é a punição, mas a efetivação de meios para reeducá-los. O que difere o crime do ato infracional é que o crime é a conduta punível, contrária a

lei praticada por criança ou adolescente, descrita como crime ou contravenção penal. Isto é, crianças e adolescentes não podem ser autores de crimes, apenas de atos infracionais, já que os crimes são condutas praticadas apenas pelos imputáveis.

O Estatuto da Criança e do Adolescente se estrutura em torno das medidas sócio-educativas que refletem uma ação pedagógica que visa à reeducação e a prevenção de outros delitos, ao tempo que estabelecem novo padrão de comportamento e conduta ao infrator. Embora essas medidas possuam um caráter punitivo a esses jovens – uma sanção, privação de liberdade –, sua execução se legitima no caráter educativo; assim, todas as medidas instituídas pelo ECA, tem como princípio básico a educação como meio de possibilitar a reintegração do jovem infrator a sociedade. A ênfase educativa do Estatuto ressalta-se no art. 53:

A criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito a ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único –É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem de participar da definição das propostas educacionais. (ECA, 1990, p. 13).

Quanto à escolarização, os adolescentes cumprindo medida de semiliberdade devem ser encaminhados às escolas públicas da rede regular de ensino, para efetivação de matrícula na etapa escolar em que se encontram. A ação do Técnico de Educação junto a essas escolas é de fundamental importância, considerando as dificuldades que a rede escolar ainda encontra para entender a especificidade desses adolescentes. Nesse sentido, o encaminhamento de alternativas à Secretaria de Educação pode melhorar a eficiência e a qualidade do atendimento. Já os adolescentes cumprindo medida de internação têm aulas nos próprios Centros de Internação.

Já profissionalização, enquanto eixo de uma proposta de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, deve ter por base a oportunidade de acesso à formação e à informação.

Dessa forma, deve estar fundamentada no trabalho educativo que, conforme definição do ECA, em seu artigo 68 – parágrafos 1 e 2 –, “[...] é a atividade

laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo”, e que “[...] a remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo”. Tal definição nos demonstra que o trabalho educativo não é um trabalho qualquer.

Conforme documento do Ministério do Trabalho – SEFOR – Trabalho Educativo do Adolescente: fundamentos e conceitos definem-se como trabalho educativo aquele centrado no trinômio educação, trabalho e geração de renda, de modo a garantir ao adolescente, paralelamente ao exercício da atividade produtiva, a obtenção da escolaridade mínima obrigatória e o acesso à alternativa de prosseguimento de estudos acadêmicos e/ou profissionalizantes. Além disso, o trabalho educativo propicia ao adolescente o contato com uma variedade de tipos de trabalho, complementando a educação.

O ECA trouxe em seu aparato legal de proteção, as medidas sócio-educativas, que são elas: **Advertência, Obrigação de reparar o dano, Prestação de serviço a comunidade, Liberdade assistida, Internação em estabelecimento educacional e Inserção de regime em semiliberdade.**

A advertência vem disciplinada no art. 115 do ECA, sendo a medida mais branda aplicada ao adolescente em casos de infrações mais leves, pois neste caso o caráter pedagógico que traz, busca de uma forma menos traumática possível fazer com que o infrator entenda a ilicitude de sua conduta e suas conseqüências.

A segunda medida socioeducativa prevista no artigo 112 do ECA é a obrigação de reparar o dano, incutindo no adolescente o alcance de sua conduta, ou ainda, projetar um ensinamento pedagógico da importância em cumprir a lei. Neste mesmo sentido diz Albergaria (1995, p. 119): “[...] a obrigação de reparar o dano objetiva despertar e desenvolver no menor o senso de responsabilidade em face do outro e do que lhe pertence”.

A prestação de serviços à comunidade é a terceira prevista no art.112 do ECA, que segundo dispõe o art. 117:

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Sua finalidade é induzir no infrator a ideia de responsabilidade, de apego às normas comunitárias, de respeito pelo trabalho, bem como produz na comunidade uma sensação de obediência às regras.

Cardoso (2006, p. 49), em seu trabalho de conclusão, teceu comentários sobre a eficácia da medida:

Tal medida, particularmente, é uma das mais eficazes, pois ao se encontrar trabalhando (prestando serviços), o adolescente sente-se útil e inserido dentro da sociedade (dos meios de produção), de forma que, em não ficando ocioso, não tem tempo para pensar na discriminação que recai em si próprio. E, além disso, deixa de ter contato com elementos perversos e corruptores, sem falar que está colaborando, de certa forma, para a melhoria da sociedade em que vive.

A liberdade assistida, como medida tratada em meio aberto, é considerada a mais grave. Além de restringir direitos, tem prazo mínimo de seis meses podendo ser prorrogado ou substituído a qualquer tempo por outra medida. Conforme preceitua o art. 118 do ECA:

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Essa medida deve ser marcada pelo dinamismo do acompanhamento permanente por parte do orientador, devendo verificar o cotidiano do adolescente, sua efetiva frequência escolar, seu desempenho diuturno, suas dificuldades pessoais e familiares, inserindo a família no âmbito de preocupação de sua atuação. Contudo, segundo Nogueira (1998, p. 184), sua aplicação vem recebendo críticas por parte da doutrina, pois a falta de meios e materiais humanos, imprescindíveis à sua concretização, está comprometendo-a, uma vez que é necessário o trabalho de acompanhamento de pessoas capacitadas e de um programa de atendimento.

Vejamos a opinião de Shecaira⁶ (2008, p. 201 apud SÁ, [200-], não paginado):

Por todos esses fatores, a liberdade assistida é a pedra de toque do sistema de medidas sócio-educativas. Se os programas não contarem com instrumentos adequados, ou se a medida constituir-se exclusivamente em um controle passivo das atividades cotidianas do adolescente é provável que a reincidência venha a ocorrer. Sabendo os adolescentes da falta eventual de fiscalização, a liberdade assistida poderia ser até mesmo porta de entrada para o regime institucional. Por isso é fundamental que os programas, comunitários e assistenciais, sejam eficazes no acompanhamento das atividades do jovem e que ele saiba da sua existência.

Em tese, trata-se de uma das melhores medidas, pois possibilita um acompanhamento da vida social do adolescente seja na escola, família e trabalho, visando sua reeducação, além do que não impõe ao jovem um tratamento institucional como na internação e semiliberdade, como veremos com maior ênfase a seguir.

2.2.1 Regime de internação

A medida internação é a mais grave das medidas criadas pelo sistema de medidas socioeducativas previstas no ECA, evidentemente destinada aos casos mais extremos, está definida no arts. 121 e seguintes, do Estatuto da Criança e do adolescente.

Esta medida não comporta prazo determinado, podendo ser revalidada, mediante fundamentação a cada seis meses, não podendo exceder a três anos. Trata-se de uma das medidas que mais chamam atenção pelo corrente número de notícias que são veiculados ao se falar em rebeliões de adolescente nos centros de internação. Também uma das mais criticadas pela sua ineficácia, tendo em vista que muitos dos jovens que ali estão serem de alta periculosidade e até mesmo pela gravidade dos delitos por eles cometidos.

Sabemos que a realidade das instituições responsáveis pela recuperação dos jovens muitas vezes não produz o efeito que deveria, pois o alto nível de reincidência ao crime é um elemento revelador da falência do Sistema de Internação e da insuficiência da aplicabilidade do ECA. Estas instituições se caracterizam pelo

⁶ SHECAIRA, Sérgio Salomão. Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil. São Paulo: RT, 2008.

grande contingente de jovens infratores que possibilita a ocorrência de motins e rebeliões. Muitos desses são dependentes químicos e não recebem tratamento, por estarem em estruturas precárias que sofrem pela falta de material e funcionários capacitados que são mal remunerados.

A estrutura atual das unidades de internação – voltada para o sistema carcerário é, portanto, mais excludente do que se pensa, pois na maioria dos casos, não consegue recuperar esses jovens, apenas os retirando, por um breve tempo das ruas, daí alguns meses retornam ao mesmo nicho e provavelmente praticando os mesmos, ou outros piores delitos.

Segundo Costa e Almeida (2005), a ausência de uma estrutura digna que cuide de cada interno individualmente, reconhecendo-os como sujeitos complexos, que possuem particularidades, interfere no processo de internalização de normas e regras pelo “monitor” e os técnicos. Estes, por sua vez, não cumprem seu papel de executores das medidas socioeducativas, utilizando muitas vezes da postura autoritária para garantir a obediência, recusando o reconhecimento do jovem como um ser que pensa, sente e age em função do que vive. O que vemos é a presença permanente de relações conflituosas entre os educadores e os apenados, e a descrença na recuperação do interno.

Contextualizou-se, portanto o regime de internação, cujas atividades de ressocialização desses jovens estão distantes da realidade das instituições brasileiras que se caracterizam por um quadro funcional defasado e unidades superlotadas.

2.2.2 Regime de semiliberdade

A medida de semiliberdade constitui a medida privativa de liberdade intermediária entre a internação e as medidas do meio aberto. A quinta medida do artigo 112 do ECA, estando tipificada no art. 120, que assim dispõe:

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

A semiliberdade é o regime que antecede à privação da liberdade em termos de cerceamento do direito de ir e vir dos jovens. Ele pode ser aplicado como uma medida inicial, como forma de evitar-se o confinamento total em uma instituição, ou como forma de progressão de regime, para aqueles que já se encontram privados de liberdade.

Este tipo de medida é uma forma mitigada de institucionalização, uma vez que, em parte do tempo o jovem estará efetivamente privado do seu direito de ir e vir. Em seus aspectos formais a semiliberdade corresponde, no campo das medidas socioeducativas, ao regime semiaberto (prisão albergue) do Direito Penal de adultos.

A única diferença da semiliberdade com a privação de liberdade com possibilidade de atividade externa é que, nesta, o juiz pode suspender quando julgar conveniente a atividade extramuros. Já no caso da semiliberdade, a atividade extramuros é parte da essência da ação educativa imposta ao jovem, não podendo de forma alguma ser revogada no marco do regime em questão.

Sua duração não tem tempo determinado, podendo durar até três anos. No entanto pode o juiz a cada seis meses analisar, com base em relatórios de equipes multidisciplinares, reavaliar se convém ou não manter a semiliberdade ou substituí-la pela liberdade assistida. Nesta modalidade de medida a reinserção social ocorre de forma gradativa, além de não haver total privação de contato com os familiares e com a própria comunidade, o que vem a diminuir os inconvenientes observados em medida de total privação.

Este subcapítulo teve, portanto, a intenção de contextualizar brevemente o regime de semiliberdade, para que se possa compreender melhor o estudo no decorrer dos próximos capítulos.

2.3 BIBLIOTECAS COMO ESTRATÉGIA DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

A biblioteca é um ambiente no qual se encontram acessíveis às fontes de informação, onde estão armazenados os registros do pensamento humano, devendo esta atender aos jovens, professores e aos demais que se fazem presentes nos centros de internação e semiliberdade. Destaca-se como importantíssimo instrumento de apoio didático-pedagógico e cultural, levando em consideração a grande proximidade dela com o processo de ensino-aprendizagem; onde esta necessita estar inteiramente ligada aos esforços de todos os profissionais envolvidos com o trabalho de ressocialização dos jovens em conflito com a lei.

Esse espaço de informação faz parte da estrutura do atendimento da FASE/RS; dentro das Políticas Sociais Básicas, que inclui as áreas da Educação, Saúde, Cultura e Educação Profissional.

Segundo o PEMSEIS, o processo socioeducativo é comprometido com a inclusão social e com a transformação individual e coletiva dos seus protagonistas, da instituição e da sociedade. E vai ainda mais longe, caracterizando as atividades realizadas como *terapêuticas e pedagógicas*, contemplando o adolescente em suas dimensões motoras, cognitivas, relacionais, afetivas, éticas, simbólicas, estéticas e culturais. Dentro deste contexto, as bibliotecas têm, portanto, um papel fundamental na ressocialização de jovens em regime de internação e semiliberdade, pois mais do que simplesmente colaborar como suporte a todas as atividades educacionais desenvolvidas dentro dos centros de atendimento, elas podem desempenhar atividades que vem a instruir, por meio de suas diversas ferramentas e atividades, servindo como um laboratório para a prática da cidadania plena, e o repensar sobre inclusão social em muitos níveis.

É participando ativamente de atividades desenvolvidas nas bibliotecas das unidades de atendimento, bem como nas relações interpessoais que estabelece cotidianamente, que ele terá a oportunidade de se descobrir e reelaborar sua auto-imagem e auto-estima. Adquirindo, portanto, a segurança e a autoconfiança necessárias para caminhar em direção aos seus ideais e sonhos.

As bibliotecas vêm servir de suporte às necessidades do PIA e do PCA, que deverá incluir todos os aspectos a serem trabalhados no período de internação, bem como as providências a serem tomadas e os caminhos a serem percorridos para o alcance das metas propostas, visando à inserção social do adolescente.

Portanto, baseadas no Plano Coletivo de Atendimento⁷, às bibliotecas devem obedecer a:

- a) **Educação formal:** oferecendo suporte aos diversos graus de escolaridade, às metas e expectativas do adolescente no processo de ensino formal, bem como às áreas do conhecimento que necessita ou deseja aprofundar;

⁷ O Plano Coletivo de Atendimento é um dos enfoques do atendimento na FASE. Privilegia-se, sempre, o caráter pedagógico, propiciando a reflexão, a consciência de direitos e deveres, o respeito a regras e normas, bem como a elaboração ou retomada de um projeto de vida.

- b) **Profissionalização:** valorizando as experiências que o adolescente já possui no âmbito do trabalho, oficinas de produção, cursos disponíveis e que o adolescente deseja frequentar, informações necessárias a sua orientação e formação profissional;
- c) **Cultura, lazer, esporte e espiritualidade:** valorizando as experiências que o adolescente já possui, atividades esportivas e de lazer em que queira inserir-se, buscando informações a respeito, e/ou aperfeiçoar, focos de interesse cultural que queira desenvolver, grupos de formação espiritual e religioso que queira conhecer, etc.;
- d) **Saúde:** considerando e dando suporte a todos os aspectos da saúde física e mental.

É de extrema importância que haja harmonia entre a biblioteca e os trabalhos desenvolvidos na Instituição, para que juntas possam alcançar seus reais objetivos. O uso desses espaços de leitura deve ser incentivado e começar o mais cedo possível na vida desses indivíduos, tendo uma função educativa, cultural e recreativa.

Mais um fator preponderante na necessidade de bibliotecas é a existência da escolarização e da profissionalização na Instituição. O Estatuto da Criança e do Adolescente é taxativo: é obrigatório o oferecimento de escolarização para os jovens que estejam cumprindo medida socioeducativa. Para o ECA, a aplicação dessas medidas deve ter natureza essencialmente pedagógica, respeitando, efetivamente, sua nomenclatura. As bibliotecas devem fazer parte desse atendimento, simultaneamente com a escolarização, pois são verdadeiros laboratórios de aprendizagem. Servindo, portanto, como fonte de pesquisa tanto aos adolescentes, quanto aos profissionais que integram o quadro de funcionários da instituição. Elas devem fazer parte do processo pedagógico, sendo um espaço democrático, interdisciplinar, de integração do conhecimento, gerador de transformação, eficiente na progressão dos níveis ou etapas de aprendizagem, e de referência na disponibilização de informações. Deve ser também um ambiente para atividades terapêuticas, de atendimento individual e coletivo, de oficinas culturais de lazer e de trabalho educativo.

O PEMSEIS ressalta a importância da formação permanente dos agentes institucionais para garantir a qualidade social do atendimento. Percebe-se, então,

que as bibliotecas não vêm a contemplar apenas os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas nas unidades de atendimento, mas também aos profissionais que compõem o quadro de funcionários da instituição; ofertando materiais atualizados de seus segmentos profissionais (adquiridos por meio de criteriosos estudos do perfil dos usuários, bem como de suas necessidades informacionais), além de ser um espaço para palestras, oficinas e reuniões. Ressalta-se, também, a importância dos profissionais na construção desses espaços, apoiando o *bibliotecário* na definição da missão e dos objetivos dos mesmos. Esse ambiente terá excelência e eficácia se os profissionais da instituição, em especial os que trabalham diretamente com os adolescentes, terem conhecimento que este ambiente informacional representa mais uma peça da engrenagem no processo de ressocialização; reconhecendo, também, a capacidade informacional do setor, os materiais que possui, e sentindo-se a vontade para sugerir novas aquisições e serviços.

O apoio educativo e instrucional das bibliotecas é primordial no sistema socioeducativo, já que as unidades de atendimento são compostas, em sua grande maioria, por adolescentes com muitos conflitos internos e lutos, e que exige do adolescente a elaboração e a ressignificação de sua identidade, imagem corporal, relação com a família e com a sociedade. Necessita-se de um atendimento que venha a corrigir alguns comportamentos por meio da reflexão, bem como buscar preencher as lacunas que a adolescência deixa. A vida do jovem, neste período, é rico de experiências estruturantes de sua identidade, já que o seu corpo passa por intensas alterações físicas e fisiológicas, que influenciam sobremaneira o humor, o comportamento e as relações que estabelece. O jovem vive, ao mesmo tempo, em um mundo de adulto (no qual cumpre responsabilidades) e de criança (voltado ao lúdico).

Conforme Osório (1991), “o processo da adolescência se complexifica com a situação do ato infracional, e a conduta transgressora expressa uma forma de o adolescente atuar em seus conflitos internos”.

Já Assis (1999) aponta como principais fatores de risco, associados ao adolescente em conflito com a lei, o consumo de drogas, o círculo de amigos, os tipos de lazer, a autoestima, a posição entre irmãos, os princípios éticos (reconhecimento dos limites entre o certo e o errado), a ausência de vínculos afetivos com relação à escola e o sofrimento de violência por parte dos pais.

Entende-se que o adolescente em conflito com a lei é protagonista do seu ato infracional. Porém, o ato infracional não pode ser visto como o único e principal foco de atenção da intervenção socioeducativa. Os trabalhos desenvolvidos pelas bibliotecas necessitam abordar a questão em suas múltiplas relações com a vida do adolescente, possibilitando transformações em sua vida, resgatando a capacidade criativa e despertando aspectos positivos destes sujeitos.

A educação é um fator de extrema importância para a formação e desenvolvimento de qualquer jovem como caminho para a construção de seu futuro, ainda mais fundamental quando se trata de jovens em conflito com a lei. Vygotsky (1989) propõe que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal, onde vários processos internos de desenvolvimento são despertados. O aprendizado não é desenvolvimento, mas, adequadamente organizado e com a intervenção de um adulto qualificado para tanto, resulta em desenvolvimento mental, colocando em movimento vários outros processos que, de outra forma, seriam impossíveis. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especialmente humanas. Isto significa dizer que as bibliotecas, como ação educativa, ampliarão o domínio de habilidades de linguagem e pensamento como instrumento de avanços no mundo social, uma vez que a linguagem é a “forma de mediação da vida social”.

Carvalho e Oliveira (2004) dizem que “O ser humano, ser social, não sobrevive sem informações e sem inteirar-se do que existe ao seu redor. Ler é uma atividade que nutre e estimula o imaginário, desenvolve o espírito, desperta sensações e a criticidade.” Portanto, no âmbito da internação ou mesmo no cumprimento de outros tipos de medida socioeducativa, as bibliotecas assumem um papel ainda mais relevante para os que agora precisam reaprender conceitos e redesenhar suas perspectivas.

3 CONTEXTO DO ESTUDO: A FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL (FASE/RS)

Antes de descrever a Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS (FASE/RS), é importante ressaltar como este ambiente funcionava antes de sua inauguração.

O Código de Menores, de 1927, foi o primeiro instrumento que regulamentou políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil, fundamentado na ideia da incompetência das famílias que eram culpadas por não proverem subsistência e desenvolvimento a seus filhos. Em 1941 surgiu o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), com a finalidade de atender menores carentes e delinquentes, institucionalizá-los e estudá-los. O SAM administrava orfanatos e escolas-modelo que funcionavam como reformatórios, desenvolvendo péssima reputação à vista do público e da imprensa, como sendo prisões, imperando torturas, drogas, violência, abuso sexual e corrupção administrativa. Diante das denúncias ao SAM, o Plano Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) extinguiu o SAM em dezembro de 1964 criando a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com o objetivo de elaborar e promover políticas de bem-estar para a criança e o adolescente, distribuir recursos e financiar as executoras de programas em nível estadual – as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

Criada pelo Estado, a FEBEM objetivava abrigar crianças e adolescentes em situação de abandono, que deveria revolucionar a atenção, promover abordagens socioeducativas e a desinstitucionalização. No regime disciplinar, o Estado e suas agências educacionais corretivas, sanitárias e militares tinham por função disciplinar, normatizar e individualizar suas crianças, jovens e adultos, e nesse modelo temos a FEBEM como uma dessas agências governamentais de controle social. A transição desse modelo de atenção a crianças e adolescentes no Brasil iniciou-se oficialmente somente em 1990, quando houve a regulamentação do artigo 227 da Constituição Federal, do qual se originou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A responsabilidade pela proteção dos direitos da criança e do adolescente foi transferida do Estado para a sociedade civil através dos conselhos tutelares, subsistindo a parcela de poder e responsabilidade do Poder Judiciário através da criação dos juizados da infância e da juventude e da subordinação a eles dos conselhos tutelares (SILVA, 1998).

Os dispositivos do ECA não foram implantados imediatamente no Brasil e, considerando especificamente o Estado do Rio Grande do Sul, a FEBEM só foi extinta em 2002. A FEBEM é, portanto, extinta e dividida em duas novas fundações. Surge a Fundação de Proteção Especial (FPE) – responsável pela rede de abrigos estaduais de atendimento a portadores de necessidades especiais (menores abandonados, com problemas mentais e neurológicos permanentes, e portadores do vírus HIV) – e a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS), incumbida no atendimento exclusivamente dos adolescentes infratores do Estado. A partir destas mudanças, as unidades denominadas Centro da Juventude (CJ) passaram a se chamar Centro de Atendimento Sócio-Educativo (CASE), e o Instituto Carlos Santos (ICS) de Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS)

A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS) é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade no estado, aplicadas judicialmente aos adolescentes que cometem ato infracional. Foi criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002, em substituição à Lei nº 5.747 de 17 de janeiro de 1969, extinguindo a antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM)⁸.

O surgimento da FASE no Rio Grande do Sul, portanto, é a consolidação do processo que vem do início da década de 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90), que impôs a necessidade de reordenamento dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil que atuam na área da infância e juventude, com vistas à adequação aos novos paradigmas conceituais e legais de atenção a esta população.

No município de Porto Alegre há seis unidades de internação, e duas unidades de semiliberdade. No interior (Novo Hamburgo, Santo Ângelo, Santa Maria, Pelotas, Caxias do Sul, Uruguaiana e Passo Fundo), há sete unidades de internação, bem como outras sete unidades de semiliberdade.

Neste estudo se dará ênfase a unidades de internação e semiliberdade de Porto Alegre: Centro de Internação Provisória Carlos Santos, Comunidade Socioeducativa, Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino, Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre I, Centro de Atendimento

⁸ Informações retiradas do site da FASE/RS, disponível em: <<http://www.fase.rs.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 20 maio 2012.

Socioeducativo Padre Cacique, Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre II, Centro de Atendimento em Semiliberdade de Porto Alegre (Feminino) e Centro de Atendimento em Semiliberdade de Porto Alegre (Masculino).

3.1 AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE PORTO ALEGRE

A medida socioeducativa de privação de liberdade será cumprida em regime de internação sem possibilidade de atividade externa (ISPAE), conforme determinação judicial, e em regime de internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE), conforme avaliação da equipe técnica, salvo expressa determinação judicial em contrário (ECA, artigo 121, inciso 1º). A ICPAE possibilita a continuidade do cumprimento da medida na própria Unidade, com base nas ações sócio-educativas já oferecidas, o que favorece ao adolescente na percepção do seu processo de crescimento, sem a ruptura de vínculos até então estabelecidos, ao mesmo tempo em que propicia de forma progressiva a experiência de momentos de convívio comunitário sob a supervisão, proteção e acompanhamento da Unidade. A realização de atividade externa, exceto a escolarização, deve ser gradual, correspondendo à evolução do cumprimento da medida socioeducativa. O processo socioeducativo de cumprimento da medida de privação de liberdade compreende um fluxo de rotinas e procedimentos que se inicia com a chegada do adolescente ao sistema e a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).

Em Porto Alegre, o adolescente irá necessariamente para o Instituto Carlos Santos; unidade de recepção e internação provisória, onde iniciará o processo de avaliação enquanto aguarda a sentença do Juizado da Infância e Juventude, num prazo máximo de 45 dias. Após este tempo, em posse da medida proferida pelo Juiz da Infância e Juventude, o adolescente terá a Unidade de destino definida pela FASE. Nas Unidades do interior do Estado e no Instituto Educacional Feminino, todas as etapas acontecem na mesma Unidade.

São seis unidades de internação de Porto Alegre:

- a) Centro de Internação Provisória Carlos Santos:** (capacidade para 60 adolescentes) destina-se ao atendimento de adolescentes com medida de Internação Provisória, adolescentes em regime de Regressão de Medida do meio aberto e ao cumprimento de período de passagem até

a definição da sua situação jurídica ou do seu perfil comportamental, oriundos do Juizado Regional de Porto Alegre e dos Juizados de Santa Cruz do Sul e Osório que ainda não possuem unidade da Fase.

- b) Comunidade Socioeducativa:** (capacidade para 116 adolescentes) destina-se à execução de medida de internação e atende em cinco subunidades independentes, quatro com capacidade para 22 adolescentes e uma subunidade, denominada “E”, para Internação Com Possibilidade de Atividades Externas (ICPAE), com capacidade para 28. A subunidade “A” atende adolescentes de primeiro ingresso no sistema de internação, oriundos de Porto Alegre e Novo Hamburgo, em regime de Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE). A unidade “B” atende jovens adultos de 18 a 21 anos com perfil de maior comprometimento. As unidades “C” e “D” atendem adolescentes reincidentes no sistema de internação.
- c) Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino:** (capacidade para 33 adolescentes) destina-se ao atendimento de adolescentes do sexo feminino que cumprem medida de semiliberdade, Internação com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE), Internação sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE) e Internação Provisória, oriundas dos 10 Juizados da Infância e da Juventude do Rio Grande do Sul.
- d) Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre I:** (capacidade para 40 adolescentes) destina-se ao atendimento de adolescentes originados do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.
- e) Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique:** (capacidade para 80 adolescentes) destina-se ao atendimento de adolescentes com medida de Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa – ISPAE, Com Possibilidade de Atividade Externa – ICPAE, oriundos dos Juizados da Infância e da Juventude onde ainda não há unidades da Fase (Santa Cruz do Sul e Osório).
- f) Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre II:** (capacidade para 76 adolescentes) constituído a partir de reforma do antigo Abrigo Juvenil Feminino (AJF), destina-se ao atendimento de

adolescentes provenientes da região do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Percebe-se, por meio de estudos, que quase sempre a capacidade de atendimento de jovens nos Centros acaba sendo extrapolada. Citamos como exemplo o Centro de Internação Carlos Santos, que tem capacidade para 60 adolescentes, mas no ano de 2012 (no mês de julho)⁹, acabou recebendo 136 jovens. Já a CASE POA I, com capacidade para 40 adolescentes, recebeu mais de 100 jovens de janeiro a outubro do mesmo ano. Isto mostra, portanto, apenas uma faceta dos diversos problemas enfrentados pelos Centros de Internação.

3.2 AS UNIDADES DE SEMILIBERDADE DE PORTO ALEGRE

Nos ambientes de semiliberdade, cada uma das unidades atende no máximo 20 adolescentes. Essas Unidades devem respeitar o caráter de restrição de liberdade imposto pela medida sócio-educativa, com o objetivo de mostrar efetivamente aos adolescentes a necessidade de atendimento especial.

São duas as unidades de atendimento em semiliberdade de Porto Alegre:

- a) Centro de Atendimento em Semiliberdade de Porto Alegre (Feminino):** destina-se à execução de medida socioeducativa em semiliberdade a adolescentes e jovens adultos com origem na região sob jurisdição do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre.
- b) Centro de Atendimento em Semiliberdade de Porto Alegre (Masculino):** destina-se à execução de medida socioeducativa em semiliberdade a adolescentes e jovens adultos com origem na região sob jurisdição do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre.

Percebe-se, por meio dos dados de 2012 da FASE/RS¹⁰, que ao contrário dos Centros de Internação, as vagas existentes nos Centros de Semiliberdade, geralmente, não são todas ocupadas. Por exemplo, o Centro de Atendimento em

⁹ Dados quantitativos sobre a população do sistema FASE em 2012. Fonte: FASE/RS – Assessoria de Informação e Gestão.

¹⁰ Dados quantitativos sobre a população do sistema FASE em 2012. Fonte: FASE/RS – Assessoria de Informação e Gestão.

Semiliberdade de Porto Alegre (Masculino) teve uma média de 19 internações no mês de outubro.

Os dados demonstram, portanto, que há uma ociosidade crônica em torno do uso das vagas disponíveis para semiliberdade no Estado. As razões dessa situação de subaproveitamento da estrutura da semiliberdade igualmente é alvo de estudos por parte da atual gestão, com vistas a um diagnóstico amplo.

4 METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho é de cunho qualitativo. Neste item se abordará o tipo de estudo, os sujeitos do estudo, o instrumento de coleta de dados, os procedimentos de coletas de dados, a forma adotada para o tratamento dos dados e as limitações da pesquisa.

4.1 TIPO DE ESTUDO

A pesquisa aqui apresentada caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Esta abordagem permite utilizar diversos tipos de recursos, adaptando instrumentos e procedimentos de acordo com o exigido pelo estudo. A pesquisa qualitativa considera “O ambiente natural [...] a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave” (MORESI, 2003, p. 9). Por este ser um tipo de pesquisa indutivo, ele não necessita de estatísticas para a análise dos dados.

Por outro lado, a pesquisa exploratória é utilizada quando se pretende conhecer a respeito de um assunto que ainda não se têm muitos estudos anteriores. Raupp e Bauren (2006, p. 81), salientam que “[...] explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas”.

Utilizou-se, também, entrevista temática utilizando-se do instrumento da história oral. Segundo Ferreira e Amado (2006, p. 15):

Na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes.

A história oral constitui-se numa fonte importante de resgate da memória de um indivíduo ou de uma coletividade, que outros documentos não foram suficientes para elucidar. Atualmente, ela é utilizada por pesquisadores que desejam enriquecer o seu trabalho, já que a história oral possibilita o aprofundamento de questões através do testemunho de seus depoentes. A entrevista não estruturada, no caso deste trabalho foi considerada a mais adequada, visto que permite que o

entrevistado tenha liberdade para desenvolver assuntos de forma ampliada, em qualquer direção que considere relevante (Apêndice B).

A pesquisa constitui-se em duas grandes partes: a primeira parte deteve-se na pesquisa bibliográfica extensiva dos assuntos relacionados e na conseqüente transformação desta bibliografia em contextualização teórica desta investigação; a segunda parte relaciona-se à pesquisa de campo, ou seja, a aplicação da teoria elaborada na primeira parte do estudo, com vistas à obtenção dos objetivos propostos.

4.2 SUJEITOS DO ESTUDO

Após analisar a estrutura e funcionamento da FASE/RS, verificou-se a existência de espaços de leitura em todas as unidades de internação e semiliberdade de Porto Alegre, então estes foram definidos como objeto deste trabalho. De acordo com o contato realizado junto às unidades da Instituição optou-se por trabalhar com os questionários recebidos pelos Centros que já possuíam Espaços de Leitura (CIPCS e CASEF) antes da atuação do Banco de Livros, e também com a entrevista realizada com a bibliotecária responsável pela criação e manutenção dos espaços da FASE/Porto Alegre.

Responderam pelo Centro de Internação Provisória Carlos Santos, **Solange Carvalho de Souza** e **Maria Janete do Nascimento**, sendo ambas agentes socioeducadoras; responsáveis pelo *Espaço de Leitura Dona Margarida* em que a Instituição abriga. Pelo Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino, respondeu o agente socioeducador **Carlos Motta**, responsável pelo *Espaço de Leitura Nely Teixeira Marques*. Por meio desses coordenadores, foi aprofundado o conhecimento sobre a atuação do Banco de Livros, que com o *Projeto Tesouro Literário*, vem montando espaços de leitura em todas as unidades da FASE/RS. Foi realizada, portanto, uma entrevista com a profissional bibliotecária do Banco de Livros, **Neli Miotto**, responsável pelo diagnóstico de necessidades de cada unidade da Fundação, antes de montar os espaços, e depois, pela implementação dos mesmos. A bibliotecária também é responsável pela capacitação dos monitores e agentes socioeducadores responsáveis pelos espaços de leitura.

4.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A entrevista foi realizada nas formas virtual e presencialmente. O instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa virtual foi à entrevista estruturada, que é o tipo de instrumento adequado a uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Na entrevista estruturada “[...] as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas”. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 73). Este tipo de entrevista é útil para a pesquisa que analisa determinados aspectos de um assunto e necessita de respostas precisas. Com desvantagens, percebe-se que a flexibilidade e espontaneidade dos sujeitos são reduzidas.

A aplicação dos instrumentos presencialmente foi a entrevista despadronizada ou não estruturada, em que

O entrevistado tem liberdade para desenvolver qualquer situação, em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. (LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 191).

A entrevista presencial foi realizada utilizando-se um gravador para o registro das informações. Ela tem como benefícios a espontaneidade do entrevistado, possibilitando a colheita de mais informações pertinentes ao estudo. Em contraponto, a entrevista presencial necessita da disponibilidade de tempo de ambas as partes para a realização da mesma.

Na forma de entrevista virtual um dos aspectos a ser considerado é a comodidade, tanto do entrevistado quanto do entrevistador, devido a não locomoção de nenhuma das partes. Uma das desvantagens da aplicação virtual do instrumento “[...] é a dificuldade de compreensão da pergunta por parte do respondente quando o pesquisado está ausente.” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 74).

Além das entrevistas presenciais e virtuais, as visitas proporcionaram registros visuais e anotações de campo que foram amplamente utilizadas na construção do trabalho. Estas anotações não constituíram oficialmente em um diário de campo, porém foram consideradas relevantes para uma mais precisa descrição dos ambientes. Os registros visuais foram obtidos por meio das entrevistadas do POA I e CSE (Maria Regina e Márcia), e da ex-diretora da CASEF, Nely Teixeira,

que apresentou o espaço de leitura da Casa no dia em que o pesquisador foi visitá-lo.

4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

O instrumento de coleta de dados foi aplicado presencialmente e virtualmente. Anteriormente à participação efetiva no estudo, os entrevistados foram previamente consultados sobre a disponibilidade e o interesse em participar do estudo.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de julho e novembro de 2012. As entrevistas, no caso da virtual, foram encaminhadas via e-mail, que concedia ao entrevistado o prazo de dez dias para respondê-las e devolver ao pesquisador. A entrevista presencial foi agendada, de acordo com a disponibilidade da entrevistada. Esta entrevista foi gravada, e posteriormente transcrita pelo pesquisador.

Depois de coletados os dados por meio da entrevista virtual, buscou-se conhecer melhor todos os espaços de leitura das casas, em prol de um contato mais próximo com os profissionais e com os espaços de leitura.

4.5 TRATAMENTO DOS DADOS

As questões da entrevista foram tratadas separadamente. Após o levantamento dos dados, estes foram tratados à luz do referencial teórico.

4.6 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa em geral foi limitada por alguns fatores, como o fato de a FASE/Porto Alegre ser uma instituição de difícil acesso; o que dificultou a obtenção de informações por meio das entrevistas, e também, devido aos trâmites legais para o ingresso na Instituição (Anexos A, B e C).

É importante ressaltar a relevância desta pesquisa, sobretudo, pela temática incipiente. A quase inexistência de trabalhos anteriores veio a colaborar para a limitação deste estudo, primando-se, portanto, por uma busca mais exaustiva em fontes de informação diversas.

5 PROFISSIONAIS E INSTITUIÇÕES QUE TRABALHAM PELA INCLUSÃO POR MEIO DA LEITURA NA FASE/PORTO ALEGRE

Neste capítulo serão apresentados os entrevistados e os trabalhos que desenvolvem, bem como a peculiaridade das instituições a que prestam serviços.

5.1 OS ENTREVISTADOS

O processo de coleta de dados ocorreu mediante contato com as profissionais agentes socioeducadoras do Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIP-CS FASE/RS) **Solange Carvalho de Souza** e **Maria Janete do Nascimento**; com o agente socioeducador do Centro de Atendimento Feminino (CASEF) **Carlos Motta**, e com a bibliotecária do Banco de Livros, da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais, **Neli Miotto**.

As agentes socioeducadoras do CIPCS são responsáveis pelo *Espaço de Leitura Dona Margarida*, e compartilham algumas de suas vivências que demonstram na prática, como o acesso a leitura, que pode auxiliar na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. A entrevista virtual foi enviada às servidoras no dia 19/07/2012, no qual responderam e encaminharam ao pesquisador no dia 27/07/2012. Posteriormente foi realizada uma visita para conhecer o espaço de leitura.

A dissertação de mestrado da servidora Solange (***O processo de letramento como ajustamento secundário numa situação de privação de liberdade: estudo de caso em uma unidade para adolescentes infratores***), publicada em 2003, colaborou muito na construção deste estudo.

O agente socioeducador do CASEF é responsável pelo *Espaço de Leitura Nely Teixeira Marques*, que desenvolve um trabalho bastante voltado à leitura. O questionário virtual foi enviado ao servidor no dia 28/10/2012, no qual foi respondido e encaminhado ao pesquisador no dia 01/11/2012.

Já a bibliotecária do Banco de Livros é a profissional que vem trabalhando na criação dos espaços de leitura da FASE/Porto Alegre (Comunidade Socioeducativa, Centro de Atendimento Socioeducativo POA I, Centro de Atendimento Socioeducativo POA II e Centro de Atendimento Padre Cacique). Além de dar suporte aos espaços já existentes, como o da CASEF e CIPCS. Dentre as

funções da funcionária estão a organização dos acervos; seleção de leituras para o público, baseadas em um estudo prévio, bem como a busca por métodos de dinamização dos acervos. Realiza, também, a capacitação dos responsáveis pelos espaços de leitura, tornando-os mais aptos a administrá-los. A entrevista com a profissional ocorreu no dia 08/08/2012.

5.2 AS INSTITUIÇÕES

Visando a melhor contextualização das entrevistas, abaixo seguem as instituições nas quais os entrevistados estão vinculados.

5.2.1 Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS)

Todos os dados coletados aqui, foram baseados na dissertação de mestrado da agente socioeducativa da FASE, Solange Carvalho de Souza¹¹.

O Instituto Carlos Santos é destinado a atender os adolescentes em regime de internação provisória, sendo levados para essa unidade os adolescentes logo após a apreensão policial. O adolescente deveria ficar na instituição durante um período de 45 dias, até definida a medida socioeducativa, porém alguns acabam ficando de três a seis meses de internação. Os adolescentes tem idade de 12 até 18 anos, a grande maioria é de primeiro ingresso, precedentes de todas as Comarcas do Juizado da Infância e da Juventude do Estado do Rio Grande do Sul, mas não necessariamente estar cumprido medida por primeiro delito. As alas são denominadas A e B, havendo uma equipe técnica interdisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, advogados, técnicos em educação e recreação, médicos, psiquiatras e enfermeiros.

Souza (2003, p. 16), em sua dissertação, caracteriza detalhadamente, naquele momento, as condições do CIPCS:

As instalações do prédio não são adequadas, há poucas salas para atendimento e dormitórios pequenos para o número de adolescentes que ali permanecem. Há um único banheiro localizado na parte da frente do prédio, que é usado na maioria das vezes pelos funcionários que trabalham oito horas diárias e também para visitas. Outro problema grave de estrutura é a

¹¹ Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7213/000496785.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

dificuldade que os familiares encontram quando vão cedo para pegar fichas para o horário de visita, não existindo nenhum lugar adequado para a espera, faça sol ou faça chuva. Trabalha-se de uma forma geral longe das condições ideais [...] O ICS é uma das unidades mais novas da FEBEM. O prédio foi construído para uma capacidade de 30 adolescentes, todavia varia mensalmente em 120 e 130 adolescentes, divididos todos em 30 dormitórios medindo cada um 2,15 x 3m. Esses dormitórios cabem, no máximo, com muita dificuldade cinco internos em cada um, havendo uma cama de tijolos onde um dorme e os demais dormem no chão em colchões [...] A cama de tijolos é a disputa para quem está mais tempo na casa, ou quem representa maior poder (forma física ou gravidade do delito).

E segue relatando a rotina dos adolescentes no Centro de Internação

Provisória:

No Instituto Carlos Santos a rotina do adolescente começa às 6h:30 da manhã com a *escovação*. Cada adolescente tem uma escova de dente com o seu nome escrito [...] O monitor abre os dormitórios e chama de três em três, a tempo que o grupo, num total de 15 internos escovam os dentes e façam suas necessidades fisiológicas. O café da manhã é servido logo depois. Dependendo do plantão, ocorre com a colaboração de alguns adolescentes escolhidos pelo bom comportamento. Após o café é permitido que fumem, *hora da brasa*, pois a maioria recebe da visita maços de cigarro. Também outros que não recebem visita, ganham destes que recebem e dispõem de cigarros como empréstimos, ou como forma de pagamento pela prestação de serviços, como o *vai na mão depois*, como dizem, por exemplo, pelas cartas escritas por um colega de dormitório, por causa de sua letra bonita, ou também através da confecção de pulseiras artesanais de linha com nomes de familiares e amigos, ou mesmo pelo pedaço de carne do almoço que é cedido. Em seguida, cada adolescente leva sua caneca para ser lavada [...] Todos se posicionam de pé no corredor em duas filas, permanecendo em silêncio com postura respeitosa para ouvir a palestra da monitoria. Este procedimento é chamado de *formatura* e ocorre sempre que os internos descem par as atividades, incluindo aí o pátio. Assim é exposta de forma verbal a avaliação em relação à disciplina do dia anterior ou de algum mau comportamento ocorrido no mesmo plantão. As atividades iniciam às 8h e às 13h:30, com os adolescentes divididos por ala. Essa divisão resulta, não só pela falta de espaço, como também, com a intenção de não misturar os adolescentes da ala A, que são de primeiro ingresso e regressão de medida, com adolescentes da ala B, que são reincidentes [...] O pátio é o centro da Unidade, onde diariamente nos dois turnos ocorrem os jogos, predominantemente o futebol e o voleibol. Em torno do pátio, do lado direito, se localizam salas de atividades [...] As salas de TV, do curso de datilografia que é a mesma do curso de *office boy*, de artes e da biblioteca encontram-se do lado direito [...].

Segundo Souza (2003, p. 21), o atendimento do jovem infrator no Centro de Internação Provisória Carlos Santos inicia quando o adolescente chega à unidade, geralmente algemado e escoltado por policiais militares ou pelos oficiais de justiça, munidos da documentação correspondente, e passa por uma avaliação de admissão criteriosa. Primeiramente, é conduzido à chefia de equipe do plantão, quando é realizada uma breve entrevista, tendo, após, uma orientação sobre o

funcionamento, regras da unidade e os seus deveres quanto interno do mesmo. Após, retirados os seus pertences, o adolescente toma banho, coloca roupas limpas e ganha um kit de roupas, com toalha e lençóis. Logo depois do ingresso, o jovem é encaminhado à ala, ficando em um dormitório coletivo, medindo aproximadamente seis metros quadrados. No mesmo dia, ou no dia seguinte, o adolescente será atendido individualmente pelo técnico responsável para a primeira entrevista, e será encaminhado às oficinas e à escola, conforme o número de vagas disponíveis, respeitando a ordem de ingresso.

A permanência do adolescente na Unidade fica em torno de 45 dias, prazo máximo previsto pelo ECA, apesar de ocorrer vários casos que ultrapassem esse prazo. Quando isso ocorre, esse tempo de permanência passa a contar no tempo de aplicação da medida. A rotatividade desses adolescentes é semanal, enquanto uns estão sendo transferidos para outras Unidades, outros estão chegando. Por este motivo, o CIPCS é considerado uma unidade de triagem e recepção da fundação, o que dificulta muito, portanto, um trabalho exaustivo por parte dos profissionais que ali trabalham.

5.2.1.1 O Espaço de Leitura Dona Margarida

O Espaço de Leitura Dona Margarida pertence ao CIPCS e tem a importante função de proporcionar momentos agradáveis, culturais e de exploração do conhecimento com o “*Projeto Vivenciando Livros e Sonhos*”.

O espaço que abriga o projeto recebeu o nome de “*Dona Margarida*” em homenagem à monitora, Margarida Teresa, aposentada no ano de 2002, mas que deixou um legado de trabalhos e esforços no sentido de promover o ambiente. Foi por isso que, tanto funcionários como internos, reconhecendo a importância de seu trabalho, decidiram que o espaço receberia seu nome.

A ideia desse ambiente surgiu para romper com a atmosfera incômoda que paira na maioria das unidades de privação de liberdade. Neste sentido, o espaço oferecido destina-se a apresentar aos internos novas realidades, novos contextos; indicar-lhes trilhas que auxiliem na reinserção social.

O ambiente passou por algumas modificações bem significativas. Segundo Souza (2003, p. 24), no início, o espaço era coordenado por uma antiga funcionária formada em Letras, a mesma que idealizou a sua criação. Essa

funcionária exercia o cargo de monitora na Instituição, mas reconhecia a importância de um ambiente como esse para os adolescentes. Para isso, cumpria sua jornada de trabalho à noite, e, durante dois dias da semana, abria espaço para a organização do acervo e atendimento aos internos. A mesma funcionária, como trabalhava em noites de plantão na ala, conseguia ter um contato mais direto com os internos. Professora da área de Letras, conseguia tirar as dúvidas dos internos durante as leituras que ocorriam no dormitório e também realizava reforço escolar. Em relação ao acervo, todo ele foi previamente de doação feita por empresas, escolas, antigas bibliotecas da FEBEM que foram extintas, e pelos próprios funcionários. Como havia a necessidade catalogar diferentes livros, o espaço de leitura recebeu orientações através da Biblioteca do Município de Porto Alegre, quanto aos códigos e a maneira mais adequada de organizar o material. A mesma biblioteca oportunizou a implantação de uma biblioteca ambulante que circulava entre os internos, com data para devolução, sendo uma das técnicas em educação como responsável pela mesma. Essa funcionária, mais adiante se aposentou deixando como contribuição de seu trabalho no *Projeto Ler*. No ano de 2002, após a reforma da unidade, o espaço de leitura ganhou novas instalações e com novas mudanças se inaugurou o novo espaço, com uma singela homenagem à antiga monitora, passando a chamar-se *Espaço de Leitura Dona Margarida*. Dessa forma, o diretor da unidade procurou manter viva a ideia do atendimento, solicitando que algum funcionário pudesse dar continuidade ao trabalho.

Atualmente, quem coordenada às atividades na instituição são as entrevistadas Solange Carvalho de Souza e Maria Janete do Nascimento, agentes socioeducadoras. O espaço busca convidar os jovens internados a adentrarem em um mundo de fantasias, cores e magias. Fazendo uso da arte da literatura, estimula os adolescentes a soltarem a imaginação e a recriarem suas histórias. Procura mostrar aos internos, através de suas atividades, um universo bastante diverso daquele amargamente vivenciado pelos jovens privados de liberdade. Oferece momentos como a hora do conto, desenhos livres e jogos lúdicos. Disponibiliza livros didáticos, técnicos e literários, periódicos, mapas e enciclopédias, a fim de aguçar a curiosidade dos adolescentes.

Figura 1 – Espaço de Leitura Dona Margarida



Fonte: MAGNUS, 2012

O espaço de leitura atende diariamente, de segunda à sexta-feira, das oito às 17 horas, adolescentes com idade entre 13 e 18 anos e que apresentam diversos níveis de letramento. Também permanece aberto em dias de visita, o que proporciona à família do interno um ambiente muito mais confortável e educativo, além de estender o clima de leitura a todos os visitantes.

5.2.2 Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF)

O Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino – CASEF foi criado oficialmente no ano de 2002, quando ocorreu o reordenamento institucional da antiga FEBEM, distinguindo a proteção da socioeducação. Trata-se de uma instituição que existe desde 1962, na época denominada Lar Santa Marta e que, a partir de 1977 passou a ser chamado de Instituto Educacional Feminino, até 2002 quando recebeu a denominação atual. É uma instituição situada no Complexo da Vila Cruzeiro do Sul, onde há também três unidades masculinas.

O CASEF é a única instituição da FASE/RS destinada ao atendimento de adolescentes meninas privadas de liberdade, em cumprimento de medida socioeducativa de Internação Provisória (IP), Internação com ou sem Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE e ISPAE) e Semiliberdade (SL), procedentes da capital, grande Porto Alegre e interior do Estado. Sua capacidade de atendimento é

para 33 adolescentes, sendo que 5 vagas são para meninas em semiliberdade e as demais para medida socioeducativa de internação.

A Instituição divide-se em dois grupos de Internação sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE – Grupo I e Grupo II), e um grupo de Semiliberdade e Internação com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE). A partir de 2000 passou a possuir também um 4º grupo, denominado de Berçário.

O Berçário destina-se a filhos (as) das adolescentes, que, no momento de seu ingresso, estão efetivamente sendo amamentadas por sua mãe. O ingresso da criança ao Berçário é tratado com a adolescente e seus familiares e, posteriormente, encaminhado à devida aprovação judicial. O critério da amamentação não é engessado; nos casos em que o afastamento entre mãe e filho (a) seja avaliado como uma pior experiência do que o prejuízo de a criança conviver com a mãe em privação de liberdade, a criança em seu primeiro ano de vida, mesmo sendo amamentada com mamadeira ou estando acima dos 6 meses, como garante a constituição, passa a conviver com sua mãe adolescente, no grupo “Berçário”.

A discrepância desta Unidade Feminina, para as demais Unidades Masculinas salta aos olhos. Iniciando pelo espaço e estrutura física, é uma instituição semelhante a “uma casa de bonecas”, enfeitada por cortinas de babados e adereços; os alojamentos são individuais, a limpeza chega a ser excessiva e as regras são muito bem marcadas, claras e cumpridas, funcionando quase como que um relógio.

A estrutura técnico-administrativa também se diferencia das demais, possuindo salas individuais equipadas com telefones a todos os membros da equipe multidisciplinar, sala de reuniões, sala administrativa, sala da direção e de chefias de equipe, sala de descanso e refeitório para funcionários, espaço raro entre as demais instituições da FASE.

No que tange às atividades laborativas, é uma unidade que prima pela ocupação integral de seus espaços de tempo. Todas as adolescentes estudam, e em período oposto são inseridas em atividades domésticas de artesanato, bordados, limpeza, culinária, costura, salão de beleza e em projeto remunerado de lavanderia (por meio turno de trabalho recebem meio salário mínimo), na lavagem de roupas de cama e banho dos meninos privados de liberdade no complexo da Vila Cruzeiro do Sul.

Percebe-se que o trabalho desenvolvido no CASEF exige um alto grau de envolvimento e uma grande capacidade de discernimento, em que a compreensão do melhor a fazer está mais na percepção do educador envolvido no processo do que uma regra previamente estabelecida.

5.2.2.1 O Espaço de Leitura Nely Teixeira Marques

O Espaço de Leitura Nely Teixeira Marques, foi inaugurado em outubro de 2010, e leva o nome da ex-diretora do CASEF, Dona Nely Teixeira Marques. Este espaço tem como objetivo suprir as necessidades informacionais das adolescentes da Instituição. Nely destaca importância deste ambiente: “Todas as internas, aqui, vão levar mais que uma lembrança com elas, mas também a garantia de um preparo para voltarem ao mercado de trabalho. Não se faz um socioeducativo sem a educação”.

A missão do espaço é ensinar princípios e valores, despertando para o mundo mágico de leitura de um livro. O agente socioeducador Carlos Motta é o responsável pelo espaço, e executa a função de cuidar, zelar, divulgar, emprestar, cobrar devolução, incentivar a leitura e informar.

Figura 2 – Espaço de Leitura do CASEF, vista 1



Fonte: MAGNUS, 2012

Figura 3 – Espaço de Leitura do CASEF, vista 2



Fonte: MAGNUS, 2012

O espaço conta com 2.068 livros registrados, e os materiais são doados pela Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais (Banco de Livros da FIERGS).

5.2.3 A Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais

A Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais – Indústria da Solidariedade – foi idealizada, desenvolvida e implementada pelo Conselho de Cidadania da FIERGS. É uma inovadora “metodologia” de trabalho, que objetiva a inserção das entidades de classe, empresas, empresários e sociedade civil na área de responsabilidade social, com o objetivo de apoiar e fortalecer de forma eficaz as iniciativas do Terceiro Setor no combate à fome, violência e miséria¹².

Inicialmente, o projeto foi concebido com o propósito de inserir com maior efetividade o Sistema FIERGS (SESI, SENAI, CIERGS) na área de Responsabilidade Social e, a partir daí, disponibilizar e compartilhar as iniciativas sociais com as Empresas e Sindicatos associados.

A Fundação é mantida pelo Sistema FIERGS, ou seja, pelo instituidor CIERGS, SESI e SENAI, e é administrada por um Conselho Curador, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Diretor Superintendente.

A Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais tem como lema “transformar o desperdício em benefício social”, e seguindo este princípio, oferece cursos gratuitos

¹² Informações disponíveis em: <<http://www.fiergs.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

para pessoas de instituições carentes, ministrados pelo Senai. Os alunos recebem gratuitamente material didático, transporte, alimentação, e Certificação do SENAI.

A Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais é composta dos seguintes Bancos:

- **Banco de Alimentos:** Atua como um gerenciador de arrecadação e distribuição de doações de excedentes de empresas do ramo de alimentação para entidades previamente cadastradas em seu Banco de Dados. O Banco de Alimentos possui estrutura completa e qualificada para coleta, armazenamento, preparação e distribuição de cestas básicas, garantindo a qualidade e integridade dos alimentos distribuídos.

- **Banco de Voluntários:** Este banco tem como finalidade agregar todos os integrantes dos Bancos Sociais, reunindo em torno de um único objetivo os Presidentes de Bancos, Conselheiros, Mantenedores, Parceiros Estratégicos e Doadores, funcionando como um verdadeiro “articulador” de todo o processo, contribuindo para o estabelecimento de um ambiente cooperativo e harmônico.

- **Banco de Computadores:** Instituições e comunidades em áreas de risco social, que mantenham ou possuam espaços para instalar Cursos de Informática gratuitamente, são a prioridade deste Banco que disponibilizará os equipamentos necessários, metodologia e professores quando for necessário. Entidades que estejam substituindo seus equipamentos poderão destiná-los ao Banco.

- **Banco de Projetos Comunitários:** Este Banco busca capacitar instituições Assistenciais na confecção de projetos e orientar para a captação de recursos financeiros oriundos de Leis de Incentivos e Renúncias Fiscais. Neste sentido, promove palestras, fóruns e seminários para empresas, empresários e sociedade em geral.

- **Banco de Materiais de Construção:** As sobras de materiais de obras de empresas da indústria da Construção Civil poderão ser entregues ao Banco de Materiais de Construção que, após classificá-las e armazená-las, providenciará o encaminhamento a instituições e Comunidades carentes da Capital.

- **Banco de Medicamentos:** O Banco de Medicamentos serve de elo entre empresas do ramo de medicamentos, tanto nas áreas de industrialização

como de comercialização, e instituições cadastradas que mantenham relações de necessidades das comunidades. As empresas doam, o Banco organiza e distribui.

- **Banco de Mobiliários:** Móveis em condições de utilização, podem ser doados. São classificados, reformados e destinados de acordo com as necessidades de instituições assistenciais, escolas e afins. Em parceria com o SENAI, oferece cursos de restauração e reciclagem de móveis, capacitando profissionais jovens carentes.

- **Banco de Órgãos e Transplantes:** Tendo como meta aumentar o número de transplantes no Estado, busca a conscientização e sensibilização sobre o assunto, a fim de ampliar o cadastro de doadores voluntários. Para isso, promove campanhas, cursos, palestras e debates sobre a doação de transplantes em empresas, escolas e universidades.

- **Banco de Refeições Coletivas:** Neste Banco são aproveitados os excedentes alimentares das cubas de Cozinhas de Refeições Coletivas, que não foram consumidas pelos usuários, e destinadas a entidades, creches ou asilos situados nas proximidades das Empresas. Com o acompanhamento de nutricionistas, as refeições são armazenadas em condições de consumo.

- **Banco de Resíduos:** Reduzir, reusar e reciclar os resíduos industriais para cuidar da preservação do meio ambiente, gerar empregos e incrementar o desenvolvimento socioeconômico do RS. Além disso, sua empresa pode receber informações sobre os resíduos passíveis de transformação, conhecer possíveis usuários e novas tecnologias de aproveitamento gerando renda e inclusão social.

- **Banco de Tecido Humano:** Objetivando oferecer tratamento gratuito a crianças carentes com graves sequelas de queimaduras. Viabilizou-se a criação de um Banco para captação de pele na Santa Casa, onde intermediou a instalação dos equipamentos necessários. O Banco tem também por finalidade promover e estimular pesquisas científicas, assim como realizar campanhas de prevenção.

- **Banco de Vestuários:** Empresas que participam como Doadora de sobras de tecidos e retalhos que serão repassados a Clube de Mães, Grupos de Terceira Idade, Associações de Bairros e Centros Comunitários que já realizam serviços de corte e costura para suas comunidades, a fim de suprir a falta de agasalhos, colchas ou cobertores.

- **Banco de Livros:** O Banco de Livros entende que um dos seus papéis na sociedade é o de fazer o conhecimento circular e chegar até as pessoas que não têm acesso à leitura. Assim, realiza campanhas de arrecadação de livros, faz a triagem, a higienização, verifica as necessidades das instituições quanto a infraestrutura e acervo, define o perfil do leitor, seleciona o acervo de acordo com o perfil do público-alvo, organiza o espaço de leitura e entrega os livros. O lema do Banco de Livros é: “Doar um livro é fundamental, pois um livro fechado é uma história que ninguém conhece”.

O Banco de Livros tem uma importância primordial neste estudo, pois é por iniciativa dele que se vem montando espaços de leitura nas 26 unidades da FASE do Rio Grande do Sul. Até o momento, seis unidades da FASE já receberam espaços: entre elas, as casas POA 1, CASEF – Feminino, CECON – Centro de Convivência, Unidade Padre Cacique, CSE – Centro Socioeducativo e Semiliberdade Porto Alegre.

Diante da importância do Banco de Livros neste estudo, suas características serão descritas com mais detalhamento no próximo subcapítulo.

5.2.3.1 O Banco de Livros

O Banco de Livros é uma das iniciativas da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais, que foi instituída pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS. Para disseminar a informação e o conhecimento, o Banco de Livros monta salas de leitura e bibliotecas em instituições como creches, asilos, hospitais, escolas, presídios, e outras entidades que realizam trabalho social em suas comunidades.

Em 2010, o Banco de Livros concluiu o trabalho de separação, limpeza, catalogação e organização de 401 mil livros, captados em campanhas e doações de pessoas físicas e empresas. Neste mesmo exercício, o Banco de Livros doou 11.317 livros a bibliotecas de entidades beneficentes (asilos, escolas, fundações, entre outros).

Em 2011, o Banco de Livros doou 16.082 exemplares, montando 38 espaços de leitura em entidades do Rio Grande do Sul.

Em conjunto com os demais Bancos Sociais, o Banco de Livros também doa toda a estrutura necessária para a montagem de bibliotecas: prateleiras,

cadeiras, mesas, computadores, software para acesso ao catálogo, e módulos para livros.

Dentre os tantas iniciativas do Banco de Livros, além da iniciativa de inauguração de espaços de leitura dentro das casas da FASE, está o projeto *Passaporte para o Futuro*, uma parceria entre o Banco de Livros e a Susepe, que prevê a doação de livros e montagem de salas de leitura nas 97 unidades prisionais do RS, objetivando o acesso à informação e leitura aos apenados. Até o momento, 35 unidades prisionais já ganharam bibliotecas, e 31.745 livros foram doados. Foram capacitados 35 agentes (um agente para cada casa), funcionários aptos para administrar as bibliotecas, orientar e estimular os detentos.

Esta subseção teve, portanto, a intenção de descrever o Banco de Livros, e o trabalho que desenvolve, a fim de que se possa compreender o importante papel deste setor na composição dos espaços de leitura da FASE/Porto Alegre.

6 ANÁLISE E CRÍTICA DOS DADOS

Neste tópico apresentam-se a análise e a crítica das respostas colhidas por meio de entrevistas realizadas aos responsáveis pelos espaços de leitura, convidados a participarem do estudo. Esta análise foi feita à luz do referencial teórico, apresentado na seção 2, e está organizado em tópicos. Cada tópico analisa um grupo de assuntos abordados nas entrevistas.

6.1 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS E DA LEITURA NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE DA FASE/PORTO ALEGRE

Como pode ser verificado, as questões 6, 15 e 16 (Apêndice A), assim como as questões 1, 6 e 9 (Apêndice B), referem-se aos objetivos dos espaços de leitura nesses ambientes, e também, ao papel da leitura junto aos jovens que lá se encontram cumprindo medidas socioeducativas.

A primeira questão direcionada a entrevistada Neli, aborda os objetivos dos espaços de leitura criados na FASE. Segundo a bibliotecária:

Os espaços de leitura foram concebidos com a ideia de que nós precisávamos levar a literatura, enfim, a leitura a todas as pessoas. Então, a ideia de estarem cerceados de liberdade, de que estas pessoas estão sem acesso, nos tocou muito. O papel do Banco de Livros é levar a literatura a quem não tem acesso, então este projeto passou a nascer daí [...] Os espaços de leitura têm objetivos bem definidos. Além de montar os espaços, nós capacitamos o pessoal da FASE. Nós fizemos duas turmas já, onde nós capacitamos os agentes de segurança e monitores. Nós orientamos os agentes de segurança para que eles façam essa motivação em prol da leitura.

A afirmação da bibliotecária vem a ressaltar a importância dos espaços de leitura nas unidades de internação e semiliberdade, pois por meio deles será proporcionado o acesso de todos à informação.

Pereira e Zeinchner (2002, p. 23), afirma que a informação é para todo sempre e em todos os lugares de fundamental importância para o indivíduo. É um bem comum inerente ao processo de construção da realidade e na realização das necessidades básicas dos indivíduos.

De pouca coisa o homem tem tanto necessidade quanto de informação. Isso porque em conhecer reside boa parte da atividade que é

especificamente humana. São vitais as informações sobre o mundo, sobre as circunstâncias concretas da sociedade, onde se vive, onde se tem de atuar e exercer um papel transformador.

A bibliotecária Neli complementa ressaltando que

O papel da leitura, ali, é ainda mais importante porque além de se dar um conhecimento, proporcionar a cultura pra esse adolescente, tu minimiza toda a tensão diária, porque quando tu lê não está fazendo outra coisa, não está pensando em fazer outra coisa. Tu estás dando, também, ao livro a sua função social que é o de circular, levando conhecimento.

Segundo Leite (2004) “[...] a informação é o elo que permite que o apenado acompanhe os desdobramentos do mundo exterior durante o tempo que está privado de sua liberdade”. Dessa maneira, o acesso à informação contida nos espaços de leitura, contribui com a medida de ressocialização, pois o interno terá menor dificuldade em se adaptar a uma sociedade que não lhe é desconhecida, apesar da internação.

As agentes socioeducadoras do CIPCS, Solange Carvalho de Souza e Maria Janete do Nascimento, quando perguntadas sobre objetivos do Espaço de Leitura Dona Margarida, responderam que é “*Atender adolescentes em medida de privação de liberdade no estímulo à leitura, na escrita de cartas em comunicação aos familiares e na oferta de espaço multifuncional no aspecto cultural e terapêutico*”. E em sua dissertação, Solange reforça claramente a importância do espaço de leitura no Instituto Carlos Santos, bem como do papel da escrita como parte do trabalho desenvolvido nesse ambiente:

A biblioteca pode ser entendida como um local que facilita o intercâmbio de informações, a relação de troca e a aprendizagem, favorecendo a convivência entre os diferentes indivíduos que nela participam. Constata-se que a escrita nesse ambiente tem uma dimensão afetiva, cognitiva e social, onde os eventos de letramento, também possibilitam dar expressão escrita a sentimentos de hostilidade, que parece assim se dissipar, [...] uma espécie de revelação: escrever, afinal, serve para alguma coisa.

Desde o Egito Antigo as bibliotecas eram consideradas “remédios para a alma”. Portanto, as bibliotecas em conjunto com as medidas socioeducativas são fundamentais para o estabelecimento de uma ponte, sociedade extramuros e sociedade intramuros. A leitura transcende, se expande, cria asas e num minuto a informação leva o leitor para diversos lugares.

Quando questionada sobre a eficiência do trabalho desenvolvido por bibliotecas como estratégia de ressocialização de jovens que cumprem medidas de internação e semiliberdade, a bibliotecária do Banco de Livros relatou:

A partir do momento que tu dá um livro para um adolescente e ele se apropria daquele livro e daquela leitura, ele viaja para outro mundo, ultrapassando aquelas grades e aqueles portões, e talvez isso faça com que ele não perca essa coisa da, eu diria, da ingenuidade característica de cada idade. Hoje nós entramos em algumas casas e o adolescente não consegue te olhar. Isso não é o normal em uma criança ou em um adolescente. Talvez a leitura pudesse trazer parte disso novamente. Eu penso também no conhecimento, de poder ter uma leitura melhor, de poder dar prosseguimento nos estudos, fazendo, também, um curso técnico. Penso que os espaços de leitura deem uma outra perspectiva quando ele sair dali. Até pela questão da profissionalização é necessário que se tenha uma biblioteca.

De acordo com a afirmação da entrevistada, ler é um ato de transformação. Além do mais, os jovens que ali estão têm direito a escolarização e a profissionalização, portanto, o acesso à informação disponível em bibliotecas é primordial para que realizem suas tarefas, e também, supram as dúvidas que surjam no cotidiano. Segundo a entrevistada Solange, “[...] *todas as atividades escolares funcionam dentro do Centro de Internação Provisória Carlos Santos, com horários planejados e dias fixos. A Escola Estadual funciona todos os dias em três turnos*”. De acordo com o relato, o CIPCS conta com, em média, 130 adolescentes de 13 a 18 anos, todos do sexo masculino.

No CASEF a questão da escolarização não é diferente. Segundo o agente socioeducador Carlos Motta, as adolescentes tem escolarização. Dentro da instituição existe uma Escola chamada *Tom Jobim*.

Segundo Targino (2006, p. 71):

Não há exercício da cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los, e isto é informação.

Nesta perspectiva podemos compreender o conceito de informação como sendo uma contribuição social para a conscientização do homem sobre seus direitos e seus deveres.

A importância dos espaços de leitura nos ambientes da FASE pode se configurar primeiramente no âmbito da educação, pois é através da educação que o

indivíduo consegue de fato mudar sua vida por meio da aquisição de conhecimentos.

A esse respeito, Guimarães et al. (2006, p. 3) afirmam que a “[...] educação é a principal ferramenta de empoderamento. O indivíduo que desenvolve suas capacidades passa a ser responsável por sua existência [...] e pela realidade que o envolve”. No entanto, para que isso de fato aconteça nesses espaços, é fundamental a figura da biblioteca, pois esse instrumento é que vai auxiliar no processo de transformação das crianças e adolescentes, tornando-os cidadãos críticos e conscientes de sua real condição enquanto indivíduos, por meio do acesso à informação e à cidadania.

Segundo Sueli de Souza Cagneti e Werner Zotz (1986, p. 38):

Mais: não existe um caminho único; cada ser humano, ao longo da existência, traça sua própria vereda, de modo muito particular e individual. Como tomar decisões, optar, escolher, definir, quando não se aprendeu a pensar, a raciocinar? A leitura contribui, de forma decisiva, para preencher esta lacuna na formação do ser humano. Ela desenvolve a reflexão e o espírito crítico. É fonte inesgotável de assuntos para melhor compreender a si e ao mundo. Propicia o crescimento interior. Leva-nos a viver as mais diferentes emoções, possibilitando a formação de parâmetros individuais para medir e codificar nossos próprios sentimentos.

A contribuição da leitura nesses ambientes é confirmada por meio do relato da bibliotecária Neli:

Nós tivemos vários relatos de crianças e de adolescentes ali dizendo o quanto aqueles espaços são importantes. Tem um menino, que inclusive saiu uma matéria na ZH, que estava no POA I em regime fechado; e que após nós inaugurarmos o espaço, em questão de meses ele acabou no semiaberto e hoje ele faz curso no SENAC de garçom. Ele também trabalha. Então, existe essa possibilidade de mudança de realidade por meio do despertar para a leitura. O que esse jovem disse foi o que lhe motivou a mudar foi o livro do “Pequeno Príncipe”.

Freire (2003, p. 52) defende que “[...] para que os indivíduos passem a cidadãos, é necessário que a eles sejam oferecidas ferramentas para que se desenvolvam”. Pode-se dizer, portanto, que as bibliotecas são ferramentas primordiais ao desenvolvimento dos indivíduos. Ao analisar-se a importância dos espaços de leitura e da literatura na vida dos jovens que estão dentro da FASE, pode-se entender, de fato, que são importantes instrumentos de desenvolvimento

social, em razão de seu caráter formativo, enquanto principal instrumento de apoio educacional.

As entrevistadas Solange e Janete, quando perguntadas se já conseguiram conquistar leitores por meio das atividades desenvolvidas pelo *Espaço de Leitura Dona Margarida*, responderam que “*Sim, temos vários adolescentes que vêm falar conosco quando estão na rua, nos chamam de Dona Margarida, e dizem que continuam a ler alguma coisa*”.

Já o agente socioeducador do CASEF, respondeu com otimismo que “*Conquisto leitoras todas as manhãs, quando chego para o meu trabalho às 8h*”.

As atividades realizadas nas bibliotecas, ou espaços de leitura, são o cerne do projeto pedagógico nestes espaços. Todas as atividades desenvolvidas são componentes essenciais nesse processo. Assim como observa Trindade (2009, p. 47), referindo-se às bibliotecas prisionais:

A biblioteca prisional adquire relevância no espaço penitenciário, oferecendo aos presos informação útil, apresentando a oportunidade de aperfeiçoarem habilidades literárias, de atingirem os seus interesses culturais e de aprendizado, abrindo, com isso, uma janela para o mundo exterior.

Percebe-se que o trabalho desenvolvido por bibliotecas que se encontram dentro das unidades de internação surtem efeitos diferentes daquelas em se encontram em unidades de semiliberdade, assim como relata Solange e Janete:

Não conheço muito o trabalho da semiliberdade, mas acredito que quando estão livres não se interessam muito pela leitura, procuram se distrair com outras ferramentas como a internet por exemplo. Aqui, por estarem privados de liberdade sem muito que fazer, amenizam o ócio negativo pegando um livro para ler, distrair, passar o tempo ou de evitar que fiquem loucos.

Por meio do relato das agentes socioeducadoras, entende-se que é muito mais difícil desenvolver um trabalho contínuo com jovens que cumprem medidas de semiliberdade. Quando estão privados de liberdade, por não terem acesso nem a comunicação virtual, os jovens sentem a necessidade de ler mais, e também de escrever (inclusive cartas para os familiares). Segundo as entrevistadas, no espaço “*[...] a gente tenta trabalhar com essa dimensão: um pouco lúdico, um pouco terapêutica, um pouco educativa, é um misto*”. Esta característica de trabalho é, portanto, extramente importante, já que atende aos jovens em diversos aspectos.

6.1.1 Os Espaços de Leitura da FASE/Porto Alegre

Os dados aqui coletados foram frutos dos relatórios feitos em cada unidade da FASE pela bibliotecária do Banco de Livros. Antes de lançar a ordem de serviços, pedindo a confecção de materiais para os Bancos Sociais, a profissional verificava os espaços e as necessidades de cada unidade da Instituição.

Segundo a bibliotecária Neli:

Após a visita e em conversa com a direção da Fase percebeu-se o quanto esta iniciativa está promovendo a diferença na vida destes adolescentes. São jovens que já foram privados de liberdade, mas que possuem uma trajetória pela frente e, sinceramente acredito que devemos unir esforços para que quando estes jovens saíam da FASE e busquem novos caminhos e novas possibilidades. A leitura remete à imaginação, seduz pelas gravuras, estimula à reflexão e ensina com as palavras. É isso que o adolescente necessita quando está fora do convívio familiar e privado de sua liberdade.

Abaixo seguem os espaços de leitura da FASE/Porto Alegre, e o que foi necessário para montá-los, ou, para aqueles que já existiam, aperfeiçoá-los.

a) Espaço de Leitura do Centro de Internação Provisória Carlos Santos:

Apesar de já existir o Espaço de Leitura Dona Margarida na Instituição, o Banco de Livros visa transferi-la para um espaço maior. Para que se possa montar o espaço, foi realizada uma visita pela bibliotecária Neli Miotto, com o intuito de avaliar os espaços físicos para a implantação do espaço de leitura. Encontrou-se uma ótima opção de espaço, apesar de pequeno, porém com um ambiente ventilado e com iluminação natural. E por se tratar de espaços de leitura, este é um requisito importante por conferir uma atmosfera mais agradável.

Para a montagem do espaço de leitura será necessário:

- ✓ **Do Banco de Computadores:** 4 computadores para utilização dos menores e o atendimento ao público
- ✓ **Do Banco de Mobiliários:** 1 mesa retangular de tamanho aproximado (2mx0,75m), 10 módulos adulto para acondicionar os livros, 1 cadeira para leitura (as demais foram aproveitadas do local), 3 mesas de computador, 1 armário pequeno que possa colocar

cadeado, 6 módulos infantis para livros e 1 mesa alta de xadrez (para fazer campeonatos de xadrez).

- ✓ Troca de acervo retirando material desatualizado e enciclopédias não utilizadas. Doação de material infantil e infanto-juvenil.

De acordo com o relatório da bibliotecária, na casa Carlos Santos estão em regime de reclusão 210 menores com idade entre 8 a 12 anos. Nesta casa são abrigados os menores que são detidos pela primeira vez.

b) Espaço de Leitura do Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique

Segundo o relatório da bibliotecária, ocorreu uma visita anterior para se avaliar a estrutura física para montagem da biblioteca, conforme convênio assinado em 08/09/2011. A profissional foi recebida pelo Diretor da Casa, Sr. Ricardo, que relatou estar muito ansioso para oferecer o espaço de leitura aos internos.

A sala escolhida para abrigar o espaço de leitura, possui um tamanho de 8X6m, com iluminação, ventiladores e tomadas para computadores.

Para montagem desta biblioteca necessitou-se:

- ✓ **Do Banco de Computadores:** 5 computadores.
- ✓ **Do Banco de Vestuários:** 2 tapetes e 8 almofadas.
- ✓ **Do Banco de Mobiliários:** 5 mesas para computador com cadeiras, 1 mesa de escritório, 4 mesas de leitura com cadeiras, 5 estantes adulto com 4 módulos cada.
- ✓ **Banco de Livros:** 400 livros de literatura geral e 100 livros infanto-juvenis.

Figura 4 – Espaço de Leitura do CASE Padre Cacique, vista 1



Fonte: MAGNUS, 2012

Figura 5 – Espaço de Leitura do CASE Padre Cacique, vista 2



Fonte: MAGNUS, 2012

A Fase/Padre Cacique fica próximo ao Estádio Beira Rio e atende a 99 adolescentes em regime fechado e semiaberto, com idades de 14 a 18 anos.

c) Espaço de Leitura do Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre I (POA I)

Segundo o relatório da bibliotecária Neli, na casa POA 1 implantou-se o espaço de leitura em uma sala no final de um corredor, pois a mesma possui uma atmosfera mais agradável. A biblioteca atende somente aos jovens em regime

semiaberto, porém busca-se a possibilidade de disponibilizar obras para leitura, também, aos meninos que estão em regime fechado.

Na sala de visitas, buscou-se disponibilizar 4 caixas-estantes fixadas na parede com obras infantis e infanto-juvenis, partindo da opinião de que a visita dura em média 4 horas e os internos recebem suas famílias e irmãos menores.

Para a montagem do espaço de leitura necessitou-se:

- ✓ **Do Banco de Computadores:** 3 computadores para utilização dos meninos e para o atendimento ao público;
- ✓ **Do Banco de Vestuários:** tapetes coloridos, pufes e almofadas;
- ✓ **Do Banco de Mobiliários:** poltronas, mesas para computadores e mesa de escritório para atendimento.
- ✓ **Banco de Livros:** 500 livros infanto-juvenis e infantis, gibis e revistas.

Figura 6 – Espaço de Leitura do CASE POA I, vista 1



Fonte: MAGNUS, 2012

Figura 7 – Espaço de Leitura do CASE POA I, vista 2



Fonte: MAGNUS, 2012

Importante salientar que no POA I existem duas monitoras que já realizavam dinâmicas de leitura com os adolescentes. Elas seriam as pessoas designadas a atuar no ambiente.

d) Espaço de Leitura Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre II (POA II)

A bibliotecária Neli, em seu relatório, evidencia duas situações na casa POA II. A primeira situação, é que já existia uma biblioteca na Instituição, porém a mesma ficava trancada e os livros somente eram levados aos jovens quando solicitados por eles. Não existia uma pessoa que fizesse a mediação entre o livro e os adolescentes. Outra questão preocupante é que como a sala ficava trancada e sem ventilação, os livros possuíam um odor desagradável.

Para esta casa sugeriu-se que o espaço de leitura para os adolescentes em regime semiaberto fossem localizados no corredor central, junto aos monitores. Para os adolescentes em regime fechado, por questões de segurança, sugeriu-se a confecção de banner de lona vinílica com envelopes transparentes onde os livros fossem disponibilizados. O banner foi preso na parede no corredor interno da ala. Para cada ala foram ser disponibilizados, no mínimo, 3 banners com 12 livros cada.

Foi necessário designar um monitor que fizesse a mediação entre o livro e os adolescentes. Este monitor foi escolhido em detrimento do gosto pela leitura.

Para a montagem do Espaço de Leitura POA II faz-se necessário:

- ✓ **Do Banco de Computadores:** 1 computador para o atendimento ao público.
- ✓ **Do Banco de Mobiliários:** estantes para acondicionar os livros no corredor central; mesas e cadeiras para leitura e mesa para o computador.
- ✓ **Banco de Livros:** 600 livros infanto-juvenis e infantis, gibis e revistas.

Para a montagem do Espaço de Leitura faz-se necessário (**ala fechada**):

- ✓ Confecção de banner em lona vinílica com envelopes.
- ✓ Disponibilização de mesas e cadeiras para leitura.
- ✓ Periodicamente fazer a troca dos livros dos banners.

É importante pontuar que até a conclusão desta pesquisa, os Espaços de Leitura do POA II ainda não haviam sido inaugurados.

e) Espaço de Leitura do CECON

Os adolescentes que estão alocados no Cecon são em sua grande maioria oriundos do interior do estado. Nesta casa são oferecidas possibilidades de oficinas diversas, mas não existe um espaço de leitura. Existe uma grande sala de espera na qual se pensa na possibilidade de organizar um espaço de leitura que poderá ser utilizado tanto pelos profissionais da FASE como pelos adolescentes. É uma sala centralizada e que possui iluminação natural.

Para a montagem do espaço de leitura do **Cecon** fez-se necessário:

- ✓ **Do Banco de Computadores:** 1 computador para o atendimento ao público.
- ✓ **Do Banco de Mobiliários:** estantes para acondicionar os livros mesas e cadeiras para leitura, e mesa para o computador, confecção de caixas-estantes para livros;
- ✓ Disponibilização de iluminação direcionada para as mesas de leitura;
- ✓ Capacitação de monitor para atendimento ao público.

Por ser uma sala de espera não se imagina uma sala tradicional. Pensa-se na possibilidade de se colocar 2 estantes e mais umas 5 caixas de livros,

bem como duas mesas com 8 cadeiras e uma mesa com computador para controle do acervo.

No dia em que o pesquisador foi conhecer o espaço, soube que o mesmo passava por reformas e estava instalado provisoriamente, o que interferiu na possibilidade de análise.

f) Espaço de Leitura da Comunidade Socioeducativa

Ao se visitar a Instituição foram avaliados os espaços físicos para a implantação do espaço de leitura, para que se pudesse atender os jovens tanto do semiaberto, bem como os de regime fechado.

Na casa o espaço de leitura foi instalado em uma sala do 2º andar ao lado do corredor. É uma sala pequena e que comporta somente as estantes com livros e uma mesa com cadeiras e um computador. Porém, no subsolo está sendo construída uma sala maior e mais ventilada, para onde será deslocado o espaço. E por se tratar de espaços de leitura este é um requisito importante por conferir ao espaço uma atmosfera mais agradável.

Há uma fração dos meninos que podem circular pela casa e outros em regime fechado, ou seja, não conseguem chegar à biblioteca.

Para a montagem do espaço de leitura fez-se necessário:

- ✓ **Banco de Livros:** disponibilizar 400 livros de literatura e diversos; disponibilizar 04 banners de livros para os espaços fechados; capacitação de monitor para atendimento ao público; periodicamente fazer a troca dos livros dos banners.
- ✓ **Banco de Mobiliário:** 03 estantes para acondicionar os livros; disponibilização de 02 mesas e cadeiras para leitura e atendimento ao público.
- ✓ **Banco de Computadores:** 01 computador para atendimento ao público.

Figura 8 – Espaço de Leitura da CSE



Fonte: MAGNUS, 2012.

Figura 9 – Banner de livros para espaços fechados



Fonte: MAGNUS, 2012.

Figura 10 – Agente socioeducadora responsável pelo Espaço de Leitura do CSE



Fonte: MAGNUS, 2012.

É importante salientar que os jovens internos não podem se dirigir até o espaço de leitura. A monitora vai até as alas levando alguns livros para os mesmos escolherem, ou disponibilizando os livros por meio do *Banner de Livros* (Figura 9).

Esta subseção teve, portanto, a intenção de apresentar os espaços de leitura montados pelo *Banco de Livros*, especificando os materiais necessários e enviados por meio do *Projeto Tesouro Literário*. É importante salientar o quanto o trabalho em parceria da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais, juntamente com a FASE/RS foi importante para a execução desta ideia.

6.2 PERFIL DOS USUÁRIOS DOS ESPAÇOS DE LEITURA

Para poder montar os espaços de leitura, a bibliotecária Neli Miotto fez um levantamento do perfil das crianças e adolescentes das unidades da FASE/RS. Preencheu-se um questionário, com os **dados gerais**, por meio do setor que guarda as fichas dos adolescentes. Os **dados individuais** foram coletados nos dois únicos espaços de leitura que a instituição possuía (*Dona Margarida*, no CIPCS, e espaço *Nely Teixeira de Moraes*, no CASEF).

Os dados aqui apresentados foram coletados entre agosto e setembro de 2011.

A bibliotecária do Banco de Livros relata a função do levantamento feito:

Quando a gente escreveu o projeto, eu tracei um diagnóstico e um perfil adolescente que está na FASE. Fora isso, para cada uma das casas onde é montado esse espaço de leitura, anteriormente, eu vou e faço uma visita pra saber quem é o público que está na casa, qual o grau de instrução, a idade; se é feminino, se é masculino, enfim, todos esses critérios me dão respaldo para que eu possa fazer uma seleção adequada para aquele público. Então, se procurou focar em cima disso, além de o usuário dos espaços serem crianças e adolescentes.

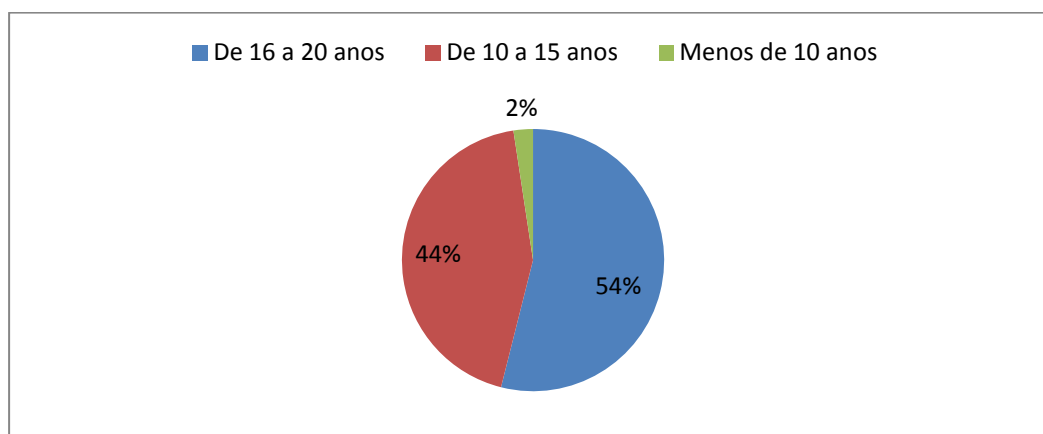
Não se pode deixar de ressaltar a importância do Estudo de Usuários nas instituições que abrigam ou pretendem abrigar uma biblioteca. Segundo Nascimento e Weschenfeld (2002, p. 2), a necessidade informacional “[...] depende de inúmeras variáveis, e pode ser satisfeita e resultar na frustração do indivíduo, daí a importância dos estudos que procuram conhecer o perfil dos usuários, suas reais necessidades, formas de busca e uso das informações”.

6.2.1 Idade, gênero e escolaridade

Ao pesquisar a idade dos 741 indivíduos que se encontravam nas unidades de atendimento da FASE/RS naquele momento (Gráfico 1), constatou-se que 405 jovens tinham entre 16 e 20 anos (54% do total); 328 jovens tinham entre 10 e 15 anos (44% do total) e 18 adolescentes possuíam menos de 10 anos (2% do total).

É importante ressaltar que há jovens com 20 anos de idade cumprindo medidas socioeducativas na FASE/RS, pois isso se deve ao fato de que o ato fora cometido pouco antes de completar a maioridade e, neste caso, vale lembrar que o ECA permite que a pessoa seja privada de sua liberdade em estabelecimento socioeducativo até atingir 21 anos. Após essa idade tem-se compulsoriamente sua liberação e a extinção da medida.

Gráfico 1 – Idade dos jovens da FASE



Fonte: dados da pesquisa

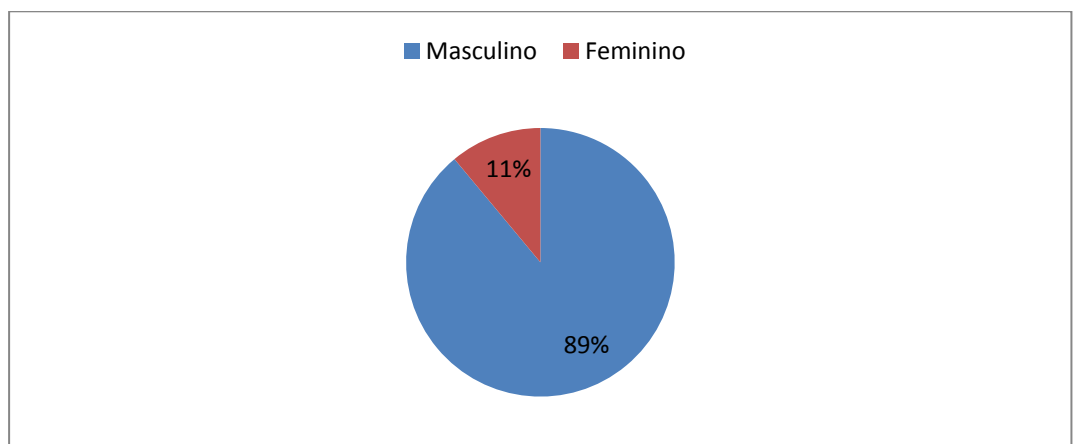
Ao pesquisar o gênero dos jovens (Gráfico 2), constatou-se que dos 741 indivíduos que se encontravam nas Instituições, 668 jovens eram do gênero masculino (89% do total), contra 83 jovens do gênero feminino (11% do total).

De acordo com os dados do *Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*¹³ realizado no período de 01/08/2006 a 15/08/2006, na média nacional, 96% dos adolescentes cumprindo medida de meio fechado no país, naquele período, eram do sexo masculino.

¹³ O Levantamento Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, do ano de 2008, apresenta-se disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/spdca/levantamento_2008.pdf> Acesso em: 20 jun. 2012.

Segundo o relatório, uma hipótese para isso se deve ao diferente formato de participação nos delitos dependendo do gênero; enquanto os meninos assumem geralmente um papel de protagonista e expõem-se mais à categorização de autoria direta, as meninas tendem a participar mais na “retaguarda”. Ainda, segundo o levantamento, a discrepância é maior na internação provisória, onde existem 30 meninos para cada menina. Comparativamente, entre 2002-2006 a população masculina sofreu um acréscimo de 29% enquanto a feminina decresceu 0,5%.

Gráfico 2 – Gênero dos jovens da FASE

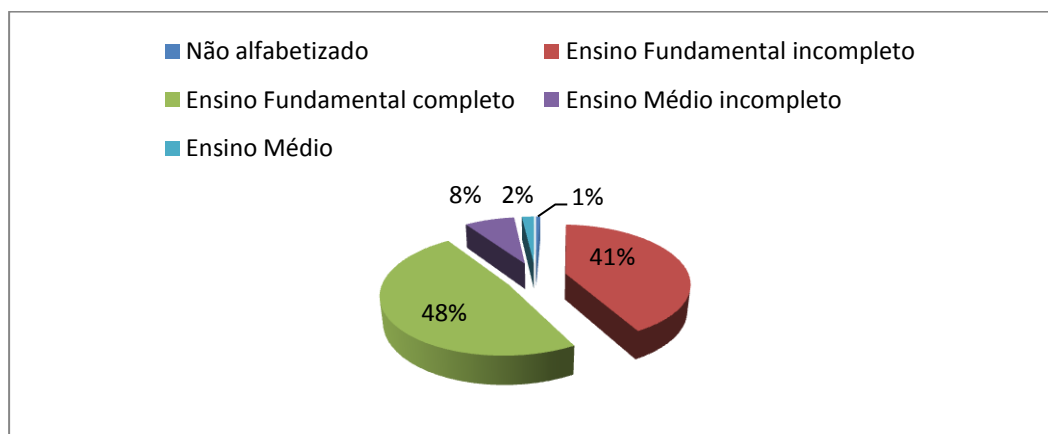


Fonte: dados da pesquisa

Ao verificar o grau de instrução dos indivíduos (Gráfico 3), constatou-se que dos 741 indivíduos que se encontravam nas Instituições, 363 possuíam apenas o Ensino Fundamental (49% do total); 311 sequer havia concluído o Ensino Fundamental (42% do total); 58 não haviam concluído o Ensino Médio (8% do total); 14 deles haviam acabado o Ensino Médio (2% do total) e 5 deles sequer eram alfabetizados (1% do total).

Esse recorte da realidade da FASE/RS pode ser comparado ao estudo *Retratos da Leitura do Brasil*, realizado pelo Instituto Pró-Livro em 2011, em que foi perguntado o nível de escolaridade de 178 milhões de pessoas. Constatou-se que 29% dos entrevistados tinha até a 4º série do Ensino Fundamental; 24% possuía de 5º a 8º série do Ensino Fundamental; 28% possuía o Ensino Médio; 10% o Ensino Superior e 9% eram analfabetos.

Gráfico 3 – Grau de instrução dos jovens da FASE



Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o relato da bibliotecária do Banco de Livros,

Hoje dentro da FASE nós temos algumas características, como um público adolescente em sua grande maioria proveniente das ruas, com um baixo índice de instrução, em que a leitura deles é muito no beabá. E mesmo eles estando frequentando a escola, mesmo assim não tem ampliado esse índice. Então a seleção de materiais que se faz é em cima desses critérios. É um público com uma escolaridade muito baixa, em que a grande maioria frequentou até a 4ª ou 5ª série, não passando muito disso. Há uma vivência de rua muito forte, então não é qualquer livro que ele vai ler.

A conclusão a que se pode chegar a partir desses resultados é que muitas vezes o fracasso é da família, da comunidade, da sociedade em geral, bem como do poder público em assegurar a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes referentes à educação, e particularmente do Estado, que deve assegurar à criança e ao adolescente, pelo menos, o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito.

6.2.2 O acesso aos Espaços de Leitura

Quanto ao acesso aos Espaços de Leitura, constatou-se por meio da pesquisa (Gráfico 4), que dos 741 jovens das unidades da FASE/RS, 523 não frequentavam os Espaços de Leitura existentes (71% do total); 206 frequentavam os espaços mensalmente (27% do total) e 12 deles frequentavam quinzenalmente os espaços (2% do total).

Até ser feito este levantamento, a FASE/RS só contava com dois espaços de leitura, como já pontuado anteriormente, o que tenta justificar, em tese, o número de jovens que não frequentavam ambientes de leitura e pesquisa.

Em contraponto, percebe-se por meio da dissertação da agente socioeducadora Solange Carvalho (p. 75), como é o fluxo de usuários no *Espaço de Leitura Dona Margarida*:

Durante o período da manhã a biblioteca tem maior frequência: é raro o dia em que não há participantes, há dificuldade até para as atendentes fazerem um intervalo nesse turno. Quando é necessário que a sala fique fechada para alguma reunião ou limpeza, os internos ficam o tempo todo batendo na porta ou esperando em frente, sentados no chão. Todos querem realizar alguma atividade ou, simplesmente, conversarem com as atendentes.

Já no espaço de leitura do CASEF, o agente socioeducador relatou que recebe oito adolescentes no período da manhã, e oito no período da tarde. Pontuando-se que, atualmente, a população da Instituição varia de 20 a 35 adolescentes, na faixa dos 14 anos até aos 20 anos.

Quanto à questão da leitura, de acordo com o relato da bibliotecária do Banco de Livros, *“Menos da metade dos jovens gostam de ler. Isso responde ao fato de ainda não terem sido despertados ao prazer da leitura. Em função dessa coisa de terem vivido na rua, dessa realidade de rua, e também por não entenderem o que leem devido ao nível de instrução”*.

Em visita ao espaço de leitura do POA I, criado pelo Banco de Livros, o pesquisador constatou que o nível de escolarização do leitor do espaço é variado. Desde o nível pré-escolar, até o ensino médio. Contudo, os jovens que estão no ensino médio, não chegam a 10% dos internos.

Porém, mesmo com esse baixo nível de instrução, a servidora Maria Regina, responsável pelo espaço, disse que

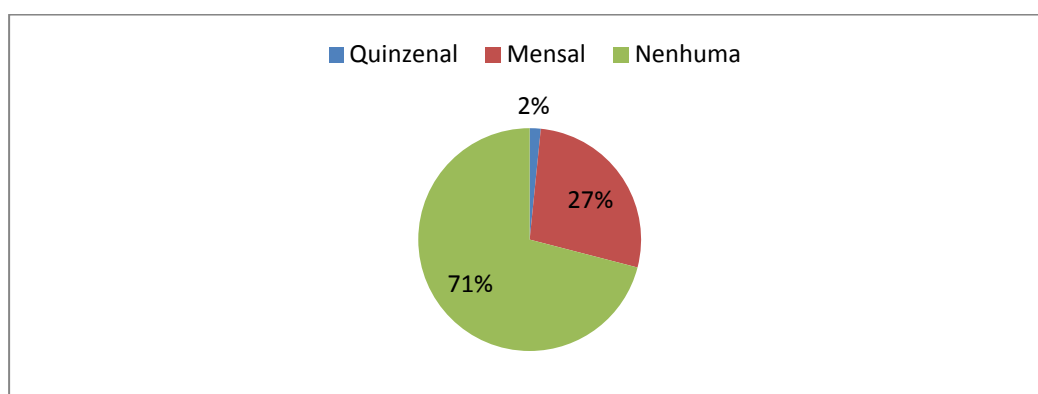
Todos os jovens vem ao espaço por livre e espontânea vontade. Eu busco nas alas, mas vem apenas quem quer. Nós temos de cinco a dez atendimentos num período de 2 horas, onde há toda a parte lúdica, a parte de leitura, de retirada e devolução dos livros, e ainda fazemos oficinas aqui dentro.

Na Comunidade Socioeducativa, segundo o relato da monitora Márcia (responsável pelo espaço), o nível de escolaridade dos jovens também é baixo, tendo a maioria o primeiro grau incompleto. Segundo ela, há guris que nunca tinham

lido. Com o espaço de leitura na casa, começaram a ler e tomaram gosto pela leitura.

O pouco contato com a leitura não é uma peculiaridade exclusiva deste público. De acordo com o estudo *Retratos da Leitura no Brasil* (2011), 178 milhões de pessoas quando perguntadas o que gostam de fazer no seu tempo livre; 85% disseram que gostam de assistir televisão; 51% disseram que gostam de descansar e 28% disseram que gostam de ler (textos na internet, jornais, revistas e livros). O que nos leva a verificar que a leitura não é a atividade preferida dos brasileiros.

Gráfico 4 – Frequência dos jovens nos Espaços de Leitura do CIPCS e CASEF



Fonte: dados da pesquisa

Ainda, segundo o estudo *Retratos da Leitura no Brasil*, quando perguntados o que a leitura significa, 31% dos entrevistados tinham uma imagem negativa da leitura (12% responderam que ocupa muito tempo, 8% que é uma prática obrigatória, 6% que ela produz cansaço/exige muito esforço e 5% responderam que é uma atividade entediante. Os que disseram não saber foram 5% da amostra).

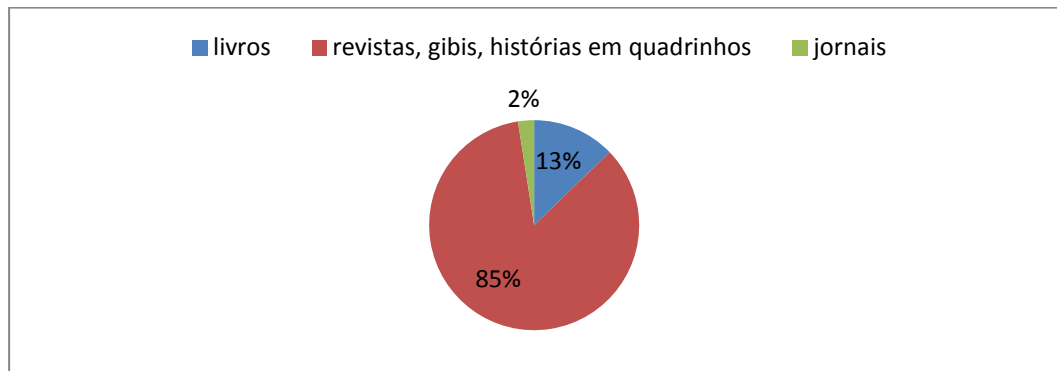
O pouco apreço pela leitura é um problema estrutural que deve ser enfrentado por todas as camadas da população. Infelizmente tem-se relegado a plano secundário a importância da leitura para a melhoria da cidadania e do desenvolvimento do país. O levantamento do Sistema Nacional de Bibliotecas mostra que ainda restam 362 municípios que não possuem nenhuma Biblioteca Pública no Brasil (eram 1.300 em 2003). As regiões onde a situação é mais crítica são Norte e o Nordeste, onde, não por coincidência, os índices de leitura, segundo a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, também são os mais baixos do País.

Ainda na pesquisa do Instituto Pró-Livro, 53,8 milhões de pessoas quando perguntadas onde costumam ler livros, 93% dos entrevistados disseram que costumam ler em casa e 12% deles costumam ler em bibliotecas. Quanto à penetração de uso nas bibliotecas, 24% frequentam (44,1 milhões), sendo que 70% utilizam estudando (30,9 milhões). Os 76% restantes não frequentam bibliotecas.

Segundo o levantamento do estudo, os perfis dos usuários das bibliotecas brasileiras são: 55% mulheres e 45% homens. Quanto à escolaridade, 2% são não alfabetizados, 27% possuem até 4ª Série do Ensino Fundamental, 27% possuem de 5ª a 8ª Série do Ensino Fundamental, 24% o Ensino Médio e 19% o Ensino Superior.

Quanto aos materiais mais consultados e retirados pelos jovens nos espaços de leitura da FASE/Porto Alegre (Gráfico 5), 169 preferem as histórias em quadrinhos e os gibis (85% total); 31 preferem os livros (13% do total) e 6 preferem os jornais (2% do total).

Gráfico 5 – Materiais consultados/retirados nos Espaços de Leitura do CIPCS e CASEF



Fonte: dados da pesquisa

A realidade dos leitores do CIPCS e CASEF contrasta com o estudo *Retratos do Brasil*, em que foram entrevistadas 88,2 milhões de pessoas, apontando as revistas como a preferência dos leitores (53%). Depois, com 47%, ficaram os livros indicados pela escola; com 46% ficaram os jornais, e com 30% as histórias em quadrinhos. Como se percebe, os jovens das duas casas preferem muito mais histórias em quadrinho aos jornais, ressaltando as características desse público.

Com a criação do espaço de leitura do CSE, constatou-se um público diferente, de acordo com o relato da monitora responsável pelo espaço:

As leituras são bem variadas. O que eles estão lendo bastante é a Agatha Christie, Paulo Coelho... Eles gostam muito de livros que falem da realidade

deles, como o 'Cidade de Deus' e 'O Abusado'. Que associa a realidade deles, que é o tráfico de drogas. Porém, não influenciando ao tráfico de drogas, mas colocando os fatos jornalísticos bem próximos à realidade. Eu tive resistência dos colegas ao trazer os livros pros guris, porque segundo eles deveriam ler 'O Pequeno Príncipe', por exemplo. Eu deixo os guris bem livres. A gente tem tantos gêneros de livros, que não há como censurar. Eles pegam 'O Primo Basílio, 'O Crime do Padre Amaro'...

Neste instante o pesquisador indagou se eles leem efetivamente tais literaturas:

Sim, eles leem. Eu já conto um pouquinho da história antes do guri pegar. Daí se cria uma expectativa, e a partir daí o guri quer ler. Então, esse incentivo acaba aguçando a vontade de ler. Modéstia parte eu posso te dizer que tenho muito gosto pela leitura.

O pesquisador se questiona se os jovens realmente liam tais literaturas, já que são muito apuradas para o nível de escolaridade dos jovens. Também, constatou-se que por estarem privados de liberdade, não podendo nem se deslocar até o espaço de leitura, que não havia um acompanhamento efetivo em prol da leitura. Esta questão ficou clara com o relato da monitora Márcia:

Quem frequenta este espaço são os guris das alas. Têm as alas A, B, C e D, o isolamento – que é a Unidade de Atendimento Especial – e a ICPAE. Só que funciona de uma maneira diferenciada. Ao invés de eles virem até a biblioteca, eu vou até eles com os livros. A gente até tá pensando em um dia abrir aqui, e trazer os guris da Unidade de Atendimento Especial virem escolher. Porém isso está sendo projetado. Mas, há sempre a dificuldade de funcionários para vir trazê-los, pois tem que abrir os portões, tem que algemá-los. Na ala que eu trabalho como monitora, que é a ala B, eu tenho uma bolsa de livros. Daí eu deixo os livros ali para eles escolherem. Então eles têm acesso, podem pegar a hora que quiserem.

Os livros retirados no CSE fogem do estudo de usuários apontado pela bibliotecária Neli, que diz que os livros enviados para os espaços

[...] são muito mais infanto-juvenis, bastantes histórias em quadrinhos, porque eles mesmos dizem "Oh, Dona... eu quero gravura, eu quero ter a fotografia". Tem que ter, portanto, a ilustração, pois o livro só com o texto eles não leem. Quanto à chegada do livro e o processo de utilização, várias vezes eu retorno pras casas, onde a gente montou estes espaços para ver o andamento deles.

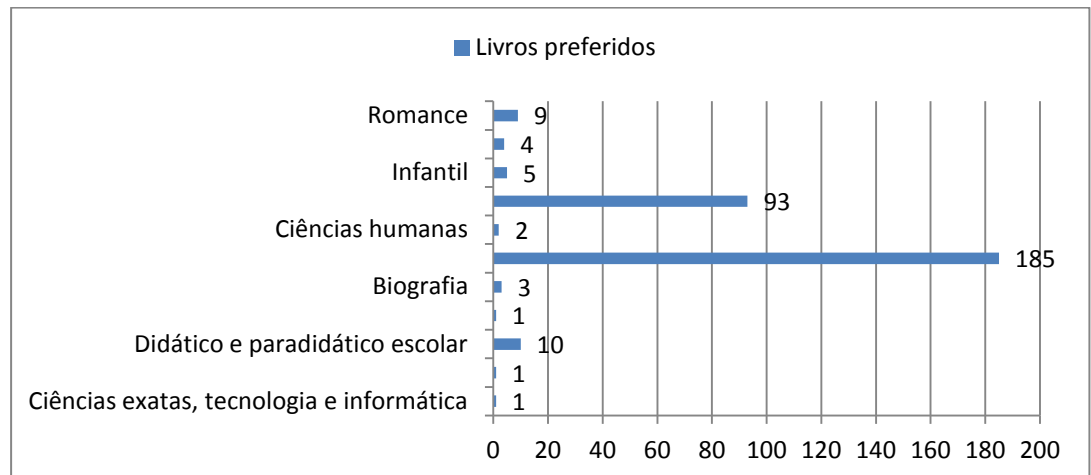
Eles leem e não entendem o que leem e acabam desistindo. Por isso que eles me pedem muitos Gibis, que é uma leitura mais fácil, com uma linguagem mais acessível, com uma linguagem mais "diária", não tanto com uma linguagem mais culta do texto.

Apesar das dificuldades diárias enfrentadas pela monitora do CSE, que não conseguiu, inclusive, manter um projeto de leitura desenvolvido durante dois anos (nos anos de 2004 e 2006), é bastante interessante a forma com que a mesma trabalha. Estimular o gosto pelo livro e pela leitura nos jovens constitui, atualmente, portanto, um grande desafio. Desafio este, que as agentes socioeducadoras do CIPCS também vivenciam todos os dias. Contudo, no *Espaço de Leitura Dona Margarida* os livros são selecionados de acordo com o nível de escolaridade. Elas ressaltam que a juventude gosta de histórias em quadrinhos, revistas e gibis, como já especificado na pesquisa da bibliotecária do Banco de Livros. A literatura no espaço não pode ser tão apurada, como uma machadiana. Segundo as servidoras, os jovens pegam de tudo, desde bíblias, até livros de autoajuda, porque aquele momento é de reflexão, de pensar em suas vidas. Contudo, na busca de passar o tempo com esses materiais, os jovens acabam se aprimorando com a leitura, questionando aquilo que estão lendo, e entrando no universo das letras.

As entrevistadas Solange e Janete relataram que durante o trabalho árduo que desenvolvem já tiveram como reflexo “[...] um adolescente que em três meses leu quase 60 livros. E viram outros que quando terminam um livro pequenino me pedem um maiorzinho. Então conforme o jovem vai se entrosando com a leitura ele vai buscando outras fontes de conhecimento. Mas eles gostam muito de Gibi e não dá o que chega”.

Na categoria referente aos livros preferidos (Gráfico 6), foram entrevistados 314 jovens, distribuídos entre os espaços da CIPCS e CASEF. A maioria deles (185) escolheram livros de poesias, 93 escolheram contos e crônicas, 10 didáticos e paradidáticos escolares, 9 romances, 4 juvenis, 3 biografias, 2 ciências humanas, 1 direito, 1 educação, psicologia e psicanálise e 1 jovem escolheu os livros de ciências exatas, tecnologia e informática.

Gráfico 6 – Livros preferidos pelos usuários do CIPCS e CASEF



Fonte: dados da pesquisa

Quanto à preferência por Poesias, a agente socioeducadora Solange, em sua dissertação, comenta o porquê da preferência dos jovens por esse gênero:

[...] o que mais surpreendeu é que leem muita poesia. Na maioria das observações realizadas na sala da biblioteca, se percebia, de início, como eles entravam na sala e qual era o discurso: 'Aí Dona, descola um livro de poesia que fala de amor'. A sugestão dada é para eles próprios possam escolher o livro na prateleira, mas após algum tempo em contato com o material, olhando mais as capas do que o próprio conteúdo do livro, dirigiam-se à responsável pela biblioteca e diziam: 'Ah, Dona... Será que dá pra senhora vê um bem legal pra mim?' A maioria dos livros de poesia escolhidos pelos internos servem de referência às cartas para as namoradas e para as mães, mesmo para aqueles que desfizeram o vínculo com as namoradas devido ao cumprimento da medida, ou para aqueles que a mãe não passa de uma lembrança. Em ambos os casos, tentam resgatar os laços afetivos através da correspondência, baseados nos textos poéticos.

Também se descobre nestes espaços, jovens com grande inclinação para a escrita. Como no *Espaço de Leitura do POA I*, em que a agente socioeducadora responsável, Maria Regina Abbud, relata que o adolescente M.A, de 17 anos, escreveu uma sequência de poemas no decorrer de toda a internação. Todos estes poemas, segundo a agente socioeducadora, foram escritos dentro do espaço de leitura, e foram numerados na sequência em que o jovem ia escrevendo. Ao todo foram 27 poemas. O pesquisador foi até o dormitório do jovem e pediu para expor alguns neste trabalho. O jovem concedeu a permissão, porém o pesquisador expôs apenas os poemas de número 8, 16 e 26, para que se pudesse visualizar a evolução do jovem ao escrevê-los (Anexo D). O jovem começou a escrever poemas curtos, e com o passar do tempo começou a construir poemas mais extensos; com uma carga

maior de sentimentos. O pesquisador considera os mesmos como um desabafo do jovem.

Os ambientes de leitura para que possam ser atraentes aos jovens devem estar em consonância com as necessidades e desejos dos jovens. Assim como o trabalho desenvolvido pelo espaço de leitura do CIPCS, que é um ambiente de portas abertas, com a entrada voluntária dos jovens. Em relato, as agentes socioeducadoras dizem que às vezes os jovens não querem fazer nada, só sentar e ficar parado, porque o ambiente é acolhedor e colorido. E aproveitando a oportunidade, dentro de cada caso, elas dão um livro de poesia, uma folha em branco para o jovem desenhar, para que ele possa ter momento consigo, um momento de introspecção. Portanto, os espaços de leitura dos ambientes da FASE devem proporcionar diversas atividades além da leitura. O momento de reflexão também faz parte deste objetivo.

7 A IMAGEM DA BIBLIOTECA E DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO NA INSTITUIÇÃO

Como pode ser verificado, as questões 5 e 11 (Apêndice A), assim como as questões 1, 4 e 9 (Apêndice B), por mais que não se referissem diretamente a imagem da biblioteca e do profissional bibliotecário nas unidades da FASE/Porto Alegre, acabou sendo abordada pelas entrevistadas no decorrer das respostas.

A bibliotecária Neli Miotto, quando questionada sobre os objetivos dos espaços de leitura da FASE/Porto Alegre, acabou enfatizando o problema da administração dos espaços. Segundo ela,

[...] os espaços poderiam ser mais bem utilizados. Nós sabemos de algumas casas em que os espaços foram montados, que por falta de servidores, por exemplo, para simplesmente levar o grupo até a biblioteca, os adolescentes acabam por não frequentá-los [...] mas posso dizer que a maioria dos espaços funcionam.

Souza (2003, p. 26), relata claramente como o espaço de leitura, e os bibliotecários, eram vistos por alguns colegas do Centro de Internação Provisória Carlos Santos¹⁴:

A atividade de bibliotecário não é bem vista pela maioria das pessoas da Instituição, por ser considerada uma atividade parada, solitária ou mesmo distante, já que seu principal objeto de uso – o livro –, não é considerado o capital cultural por alguns colegas. As atividades como a de bibliotecária, auxiliar ou coordenadora desse ambiente através de “ex-monitoras”, recebiam um olhar equivocado pelos demais colegas quanto suas funções. Para esclarecer melhor a atividade descrita, menciono o comentário de uma ex-funcionária que exerceu essa atividade:

– Eles acham (referindo-se à monitoria) que alguém que ficasse ali sentada cuidando de alguns guris e arrumando alguns livros só podia ter medo de trabalhar em ala ou não dava pra coisa.

O caso relatado pelas entrevistadas mostra o quanto esses espaços ainda são pouco valorizados dentro do processo socioeducativo. Porém, é importante pontuar que até hoje a FASE/RS só contou com uma profissional bibliotecária, e que por uma fatalidade acabou falecendo, portanto todos que trabalharam nos espaços até hoje não eram profissionais habilitados.

¹⁴ É importante pontuar que todos que trabalharam nos espaços de leitura da FASE, até hoje, nenhum possuiu formação em biblioteconomia.

Quando perguntada sobre o porquê da quase inexistência de bibliotecários no quadro de servidores, a bibliotecária do Banco de Livros respondeu que isso ocorre

[...] em função da não valorização do papel da leitura. De um olhar social sobre aquele menor que está ali, em situação de reclusão. Tem-se, na maioria das vezes, um sistema de punição, portanto não há uma preocupação com a ressocialização desses jovens. A leitura não é valorizada ali dentro.

Segundo ela, vem-se chamando a atenção para a abertura de concurso dentro da FASE/RS, pois “[...] notamos que os espaços de leitura que foram abertos estão subutilizados. Então, estamos sempre pontuando que ali deve haver uma pessoa habilitada, em especial um bibliotecário, que dê suporte aos monitores e as atividades [...]”.

A falta de reconhecimento deste profissional está evidenciada na pesquisa *Retratos da Leitura do Brasil* (2011, p. 26), que em um de seus levantamentos buscava conhecer as pessoas e profissionais que mais influenciaram os entrevistados à leitura. O profissional bibliotecário sequer entrou na pesquisa, que tinha como alternativas: professores, mãe, pai, amigo (a), líder religioso, colega ou superior no trabalho, marido, esposa, outra pessoa e ninguém.

Ressalta-se que a quase inexistência de bibliotecários na base da escolarização, bem como de profissionais preocupados com a leitura no ambiente escolar é um dos fatores da decadência de leitores no país. Porém, outros aspectos podem ser ressaltados como a valorização da leitura em casa; o papel da televisão e da Internet na vida contemporânea, o preço do livro, a formação dos professores e sua concepção de leitura, as práticas de ensino de leitura, a qualidade das obras selecionadas pela escola, o tipo de ensino que se faz da literatura no ensino médio, as listas de obras literárias indicadas pelos exames vestibulares etc.

Dentro da FASE/RS esta questão não poderia ser diferente. Contudo, a bibliotecária Neli Miotto pontuou que a nova direção da Instituição vem dando mais respaldo a importância da leitura na formação dos jovens, porém resalta a problemática envolvendo grande parte dos servidores.

Quando assumiu a nova direção da FASE/RS, e foi apresentado o projeto a ela, percebeu-se uma visão mais apurada dessas pessoas, dando todo o respaldo ao trabalho que seria desenvolvido ali. Agora, não basta a presidente querer, se no dia-a-dia as pessoas não se sentirem instigadas a proporcionar este novo ambiente. Porque as pessoas ali são monitores e

estão preocupados com a segurança e não com o que os jovens devam aprender, e o quanto devam estar preparados para sair depois. A ressocialização não é priorizada quando a preocupação com a segurança é superior à busca por melhorar a vida deste adolescente.

Ao perguntar ao agente socioeducador do CASEF, sobre a importância de um profissional bibliotecário naquele ambiente, o mesmo disse não achar importante. E explicou dizendo que o espaço é pequeno, e que seria um “desperdício”, já que há escolas estaduais com 2000 a 3000 alunos e que não conta com um profissional habilitado para gerenciar uma biblioteca. Pode-se constatar, por meio desta afirmação, um certo descaso com o Espaço, já que o mesmo não conta com projetos, e todo o material que possui no ambiente não passou por um cuidado técnico. O espaço é abastecido pelo Banco de Livros, que tem como gerente uma bibliotecária.

Percebe-se, por meio do comentário da bibliotecária do Banco de Livros, quando perguntada sobre o impacto das atividades de leitura junto aos jovens, que mais uma vez se constata o despreparo, bem como a falta de consciência de alguns monitores.

O monitor que está ali deve incentivar o jovem a ler [...] O monitor precisa estar bem capacitado para trabalhar com o adolescente, a ponto de despertá-lo para a leitura. Porque, caso contrário, não há como levar o livro até este adolescente. E o problema está justamente aí, nos profissionais que trabalham lá, porque eu não tenho como cobrar daquele adolescente que está ali que ele saiba ler e escrever, se nunca foi oportunizado isso a ele [...] Te digo que é um ambiente hostil e insalubre, não há a menor dúvida. Contudo, é um ambiente muito desafiador. Quem trabalha ali é desafiado diariamente.

Esta questão é confirmada pelas agentes socioeducadoras do POA I e CSE. A servidora Maria Regina relata que “[...] os servidores, em sua maioria dizem que a biblioteca tem importância só para não ficar feio para eles”. Já a servidora Márcia, pontuou que “[...] a maioria dos monitores não pensa no pedagógico. E acham que só trabalha nesse espaço quem quer se aparecer, quem quer mostrar que está fazendo alguma coisa”.

Percebe-se, até mesmo na literatura, que no Brasil ainda não é muito comum falar de informação e cidadania para adolescentes que cumprem medidas de internação e semiliberdade, nem tampouco da existência de bibliotecas para ampará-los em atividades educacionais, culturais e sociais. Por mais que se tente

implantar medidas socioeducativas para reabilitar os adolescentes ao convívio com a sociedade, nota-se que elas pouco funcionam na prática, devido à própria cabeça dos profissionais que lá trabalham (que encaram as medidas como punições), assim como ocorre em presídios. Segundo Carvalho (2009), isso ocorre em boa parte por causa da visão do Estado e da própria sociedade de que o preso é um condenado sem alma, sem sentimentos, que não tem condições de ser regenerado e muito menos tem o direito de estudar, aprender e buscar conhecimentos.

A importância que alguns monitores agregam à leitura e aos espaços destinados a ela é apenas uma amostra do pouco valor que muitos indivíduos dão as bibliotecas e, também, aos profissionais que trabalham nesses ambientes. Muitos profissionais que trabalham em bibliotecas, também, não conseguem definir com exatidão o real papel que as unidades de informação têm na sociedade. Suaiden (2000, p. 57), retrata isso ao se referir as bibliotecas públicas:

Diversos segmentos da sociedade têm expectativas diferentes em relação ao papel das bibliotecas públicas. A indústria editorial acredita que o objetivo fundamental é a formação de um público leitor. Os educadores acreditam que a biblioteca deve ser o alicerce do processo ensino-aprendizagem. Os intelectuais acreditam que deve ser um espaço rico em literatura de ficção. O trabalhador comum não vê a biblioteca como um local para solucionar os problemas cotidianos.

No estudo *Retratos da Leitura no Brasil* (2011), 178 milhões de pessoas quando perguntadas o que a biblioteca representa, 71% responderam ser um lugar para estudar, 61% um lugar para pesquisar, 28% um lugar voltado para estudantes, 17% um lugar para emprestar livros de literatura, 16% um lugar para emprestar livros para trabalhos escolares, 16% um lugar voltado para todas as pessoas, 12% um lugar para lazer, 10% um lugar para passar o tempo, 6% um lugar para consultar documentos e outros materiais do acervo, 2% um lugar para ver filmes/ escutar música, 2% um lugar para participar de concertos, exposições, eventos culturais e 2% um lugar para acessar a internet. Portanto, a partir dessa pesquisa pode-se dizer que as pessoas têm opiniões diversificadas com relação às bibliotecas, porém o mesmo estudo comprova que mesmo sabendo que elas existem, muitas pessoas não as utilizam. Isso é apontado no mesmo estudo, no qual 178 milhões de pessoas quando perguntadas que frequência costumavam usar a biblioteca, apenas 7% disseram usar frequentemente; 17% disseram usar de vez em quando e 75% disseram não usar. Quando perguntadas se sabiam da existência na sua cidade ou

bairro de alguma biblioteca pública, 67% disseram saber existir; 18% disseram não existir e 15% não sabiam se existiam. Já quanto à acessibilidade das bibliotecas, 119 milhões responderam; 71% dizendo ser de fácil acesso, 20% sendo de difícil acesso e 9% dizendo não saber.

Pode-se dizer que, grande parte do desconhecimento do trabalho desenvolvidos pelas bibliotecas, bem como do quão importantes elas são para o desenvolvimento social, se deve ao fato de que muitos indivíduos nunca tiveram, realmente, acesso a elas; nem a projetos em prol da leitura, pois grande parte delas estão sob a direção de profissionais sem a formação em biblioteconomia. Bibliotecas sem a direção de um profissional bibliotecário, dificilmente conseguirá atender satisfatoriamente a todas as demandas daquela comunidade, pois o mesmo faz um trabalho de gestão, que se caracteriza no contexto onde a biblioteca está inserida, ou seja, na análise da comunidade e no estabelecimento de planos com visão a longo prazo, norteando as ações de curto e médio prazos, evitando que a biblioteca perca seu principal foco: o público usuário.

7.1 O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

Os espaços de leitura da FASE/Porto Alegre devem ser caracterizados como locais de oportunidades para os jovens que estão ali cumprindo medidas socioeducativas, onde, entre outras atividades, devem ter acesso à educação, à leitura, ao convívio social com outros jovens, e também, com profissionais que atuam nesses espaços de apoio educacional, em especial o bibliotecário, uma vez que cabe a este profissional mediar na busca de informações e no processo de aquisição do conhecimento.

Quanto à questão de formação, esse espaço de leitura pode ser comparado aos de penitenciárias, que de acordo com Trindade (2009) coloca-os como locais onde se objetiva de fato a tentativa de regeneração do detento, onde ele seja encorajado e ajudado a voltar à sociedade transformado e mais bem informado através do conhecimento ali adquirido. Desse modo, entram em cena as bibliotecas prisionais para auxiliar essas instituições na tentativa de recuperação e transformação social do preso.

Percebe-se, portanto, o quanto uma profissional da informação pode zelar pelo trabalho desenvolvido em uma instituição. Quando perguntada sobre o que

achava das unidades de informação atuais da FASE e da composição dos seus acervos, a bibliotecária do Banco de Livros devolveu a pergunta em um tom de espanto:

Unidades de informação da onde? Das casas? Tu sabes que elas não existiam? Até eu montá-las, até então não havia encontrado em nenhuma das casas espaços de leitura, com exceção da Carlos Santos e do CASEF. Nós é que estamos montando esses espaços de leitura dentro das casas. É importante ressaltar que não existiam, nem pessoas capacitadas para trabalhar nesses ambientes, tanto que nós capacitamos agentes de segurança/monitores (monitores socioeducadores).

Essa questão nos leva a refletir sobre a eficiência das medidas socioeducativas. Se até o surgimento da iniciativa do Banco de Livros não existiam espaços de leitura em todos os Centros de Atendimento, se supõe que até então não se priorizaram iniciativas em prol da leitura e da pesquisa nas unidades da FASE. Pode-se dizer que isso é lamentável, já que “[...] na linguagem universal, a informação é o elemento essencial para que os sujeitos sociais construam e exerçam sua cidadania, uma vez que nos dias atuais não se pode mais pensar em informação sem delinear os caminhos da cidadania”. (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002).

Quando perguntada sobre o diferencial que a presença de um profissional bibliotecário teria nesses ambientes, a bibliotecária Neli respondeu que

[...] ele pode fazer com que o espaço enquanto biblioteca, ou espaço enquanto ambiente de leitura, sejam valorizados. Que ele consiga construir um trabalho, além da motivação dos próprios colegas, e também, dos adolescentes. Ele abriria várias portas, por exemplo, no caso de não ter monitor para conduzir os alunos até a biblioteca, ele poder então ter autonomia de levá-los. Isso abre portas no sentido de estar ali, a biblioteca, disponível para receber aquele público. Várias atividades que vem juntas com a leitura poderiam ser desenvolvidas.

De acordo com as agentes socioeducadoras do CIPCS, “A presença de um profissional bibliotecário nas unidades da FASE/RS é suma importância, afinal, necessitamos de orientação técnica e motivação para o trabalho”. Além disso, elas pontuaram que

[...] o bibliotecário é importante nesses espaços, mas ele tem que saber qual é o papel dele. O papel dele é muito maior do que ficar só organizando cadastros, organizando prateleiras e acervos – pode ser até uma mesmice ficar dizendo isso – mas eu acho que o profissional de biblioteconomia tem

um leque de coisas para fazer, e além da comunicação escrita e da digital, a comunicação da presença. De estar atuando, de estar junto, de orientar. Ele tem que estar nos orientando, bem como aos diretores e pessoas que estão trabalhando com isso. É um campo enorme.

A questão trazida pelas agentes socioeducadoras é primordial, já que é importante ressaltar que o profissional bibliotecário não deve preocupar-se apenas com os procedimentos técnicos relacionados ao desempenho profissional, e sim deve apropriar-se de elementos que o torne o agente propulsor da transformação, apresentando novos caminhos e possibilidades por meio da informação. Assim como ressalta Morigi, Vanz e Galdino (2002):

A informação é considerada um bem simbólico e o seu acesso é essencial para que a cidadania se efetive de forma plena, sendo assim o profissional deve colocar-se de forma ativa diante de sua responsabilidade social como educador. Não basta apenas realizar procedimentos técnicos (classificar, catalogar e indexar), estes, sem dúvida, são muito importantes para a formação do profissional. Entretanto, os bibliotecários devem ir além desses saberes e atividades técnicas, precisam buscar de elementos teóricos ligados às ciências humanas, que fortaleçam a sua condição de cidadãos e profissionais.

É importante pontuar que o profissional bibliotecário consegue ter uma visão de todo o processo de funcionamento da biblioteca. Segundo Suaiden (1980), o bibliotecário trabalha desde o projeto que inclui a escolha do local de instalação da biblioteca; marketing, que se refere à divulgação, de forma interessante e instigante, dos produtos e serviços oferecidos, de forma a despertar a curiosidade e a necessidade dos usuários; conhecimento da comunidade usuária através do estudo da história local, costumes e pesquisas de dados quantitativos, como faixa etária, escolaridade, etc; e desenvolvimento do acervo, incluindo acesso ao conhecimento registrado.

As agentes socioeducadora do POA I e do CSE, quando perguntadas sobre a importância do profissional, disseram que sua atuação é muito importante, pois dará todo o direcionamento técnico e gerencial ao espaço. A monitora Márcia, acrescentou dizendo que

[...] é muito importante um bibliotecário nesse espaço. Seria muito bom se tivesse uma pessoa que pudesse organizar, que fizesse projetos. Eu sempre digo que a biblioteca é muito mais do que livros nas estantes. O bibliotecário viria a dar visibilidade a esse espaço. Eu sempre digo que a biblioteca não é só para os internos, mas para os funcionários também. É um local em que todas as pessoas que circulam ao redor têm que ter

acesso. A monitoria tem que ter acesso, os familiares tem que ter acesso. Porque, por exemplo, têm famílias que moram lá em Viamão e não tem nenhuma biblioteca para elas pegarem livros, então aqui poderão pegar um livro e levar para casa.

A entrevistada Neli, bibliotecária atuante no projeto desenvolvido pelo Banco de Livros, enfatiza o trabalho que vem desenvolvendo nesses espaços de leitura:

Eu trabalho uma casa de cada vez. Cada uma tem uma peculiaridade. O POA I, por exemplo, se montou uma sala especificamente para uma biblioteca. Na Padre Cacique se ampliou o espaço. Então, cada unidade recebe um projeto, ou seja um layout de estrutura e de necessidades. Por exemplo, a CASE POA II a assistente social tava fazendo um trabalho com as famílias, então ela queria fazer umas sacolas de livros infantis para que os irmãos levassem livros para casa, então, fizemos um projeto em conjunto com ela. Nós cedemos os livros, e então durante as visitas os irmãos poderiam levá-los para casa.

Também é importante pontuar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas agentes socioeducadoras Solange e Janete, que mesmo não sendo bibliotecárias, desenvolvem atividades com amor e seriedade no *Espaço de Leitura Dona Margarida*. A servidora Solange relata em sua dissertação que a biblioteca (espaço de leitura) tem “[...] um caráter público dentro da própria instituição. Pode ser entendida como um local que facilita o intercâmbio de informações, a relação de troca e a aprendizagem, favorecendo a convivência entre os diferentes indivíduos que nela participam [...]”. Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se aquelas que envolvem a leitura de textos e livros, e também, a escrita (inclusive de cartas para amigos e familiares). Porém, a servidora Solange, em seu trabalho, relata sobre o problema enfrentado pela escrita de cartas no ambiente de leitura:

No entanto a produção escrita através das cartas é vista com ambiguidade pela direção e técnicos. Enquanto a carta é um meio de comunicação ainda insuperável, que possibilita as interações, fortalecendo os laços familiares e das amizades em decorrência da internação, por outro lado, é considerado um risco, fragilizando o sistema de segurança, bem como oportunizando um descontrole advindo das mesmas interações que podem tornar-se prejudiciais para alguns internos.

Mesmo com os percalços que prejudicavam algumas atividades, percebe-se que o trabalho desenvolvido naquele espaço de leitura apresenta, muitas vezes, resultados satisfatórios. Como no caso descrito por Solange em sua dissertação:

Entre as várias conversas decorrentes desse espaço de leitura se observou quando o interno Emerson dava conselhos para outro interno, Dinho, que estava passando por um momento de tristeza logo que entrou na Instituição: – Ah, cara! Não fica pra baixo, não pensa em fazer bobagens. Vem cá e pega um livro, faz um desenho que isto passa.

Após algumas semanas, o mesmo Dinho que tinha recebido os conselhos do colega interno, indicava para outro adolescente, o Jair, a ler o livro da autora Fanny Abramovich, e inclusive se encarregou de contar o resumo da história para o companheiro (10/01/2003).

Apesar do ótimo trabalho desenvolvido por essas agentes socioeducadoras, percebe que as mesmas são exceção nestes ambientes. Um profissional bibliotecário não deixa de ser, portanto, fundamental no funcionamento dos espaços.

É importante ressaltar a visão da agente socioeducadora Solange que, quando questionada sobre a eficácia do espaço de leitura na ressocialização dos jovens, respondeu que

Ele não tem uma eficácia na recuperação. Aqui é uma dimensão de muitas coisas. Porque nós somos apenas uma partezinha do trabalho desenvolvido por diversos profissionais. Todo mundo tem que caminhar junto. Não adianta um adolescente ler diversos livros, ser educado, se ele não repensar o seu ato infracional. Sair daqui e querer fazer as mesmas coisas de antes. O que nos facilita na eficácia desse trabalho é deixar ele mais tranquilo. É acolher a ponto de dizer: “fica calmo, tudo passa. Tenta te distrair, pega esse livro e lê”. É tentar deixar o tempo dele menos pesado. E se ele conseguir filtrar isso, ele vai sair daqui melhor do que entrou. E o que eu descobri nas pesquisas que eu desenvolvi, é que esse adolescente que pega materiais de leitura, muitas vezes esse adolescente nunca leu antes. Ele nunca precisou ler. Aliás, talvez, ele tenha sido um péssimo estudante.

Em contraponto, a agente socioeducadora Janete expôs a sua visão:

A ressocialização acontece sim, porque a partir do momento que tu traz um escritor aqui, que tu desenvolve uma atividade séria neste espaço, tu estás buscando ressocializar este jovem. E eu te digo que nós conseguimos extrair muito desses guris... É difícil até te descrever. E eu te digo que nós nos encaixamos em tudo, alcançamos tudo. Se quisermos nos podemos fazer chover aqui dentro. E o pessoal até valoriza o espaço. Tanto que quando tem uma figura ilustre, esse é o primeiro espaço que eles querem mostrar, dizendo ‘Olha tio, venha conhecer a nossa biblioteca’. Porém, o nosso espaço foi muito retalhado no decorrer do tempo. A pergunta é, até onde eles podem chegar por meio dos livros? Eu acredito que por meio deles podem chegar até o outro lado dos muros e das grades.

E continuou expondo a sua visão, agora sobre o modo com que trabalham, bem como sobre importância do profissional bibliotecário ao conduzir as atividades no espaço:

O bibliotecário é importantíssimo, porque ele vai ajudar a executar. Nós precisamos dele para cuidar dos projetos, para cuidar dos trâmites até a realização das atividades. O bibliotecário vai cuidar do todo. Os técnicos serão os responsáveis pelos espaços. Porque eles não vão colocar um bibliotecário em cada espaço de leitura. A gente quer muito mais do que um espaço de leitura, nós queremos um espaço multicultural. Eu sempre digo, aqui a gente pode fazer chover se quisermos, porque não é só livro, não é só carta, não é só leitura, é ter o apoio na troca de ambiente. É o guri sair do dormitório dele e poder ter esse espaço diferente. É encostar a porta da biblioteca e não saber nem o que está acontecendo lá na rua... Tanto que eles relatam que aqui se sentem como se estivessem em casa. Mas por que será? É a troca de ambiente... Às vezes chega um guri de cantinho e pede para olhar televisão. Tu me dirás que normalmente não se tem televisão em bibliotecas. Porém, eu te responderei que aqui eu tenho que adaptar o meu trabalho à realidade deste público. O que eu quero? Três ou quatro gurus aqui na sala olhando televisão do que bagunçando e fazendo coisas erradas ali fora. Então, o nosso espaço foge da coisa certinha, por isso te digo que ele é multicultural.

Já o agente socioeducador responsável pela Unidade de Informação da CASEF, respondeu que “[...] o trabalho no espaço pode surtir um ótimo efeito, se fizer um trabalho bastante ligado à espiritualização, baseado em leituras diárias de trechos de livros e outros materiais”.

A agente socioeducadora do CSE, em contraponto disse que

Acredito que esse espaço de leitura não é a salvação da pátria. Não é por que o guri vai ler que ele vai virar bonzinho. Mas o livro tem o poder de marcar a vida das pessoas. De suprir as tuas dúvidas, os teus anseios. Cada pessoa tem as suas histórias, a sua base, e de repente o que me toca não é o mesmo que vai te tocar.

Não se pode negar que o trabalho pela ressocialização é um trabalho conjunto entre vários profissionais, porém é importante pontuar que a biblioteca não pode ser vista como apenas um ambiente que “ocupe o tempo dos jovens”. Ela deve fazer parte da engrenagem do sistema socioeducativo, desenvolvendo as potencialidades dos jovens. É interessante observar, principalmente com a chegada do projeto *Tesouro Literário na FASE*, o quanto o trabalho do profissional bibliotecário, juntamente com os técnicos pode surtir efeito. Apesar da visão mais pedagógica das agentes socioeducadoras, a bibliotecária do Banco de Livros tem o cuidado constante de buscar suprir as necessidades informacionais dos jovens da melhor forma. A entrevistada do Banco de Livros disse que “[...] sempre retorno às casas para ver o andamento do trabalho, portanto quando apareço, alguns funcionários me colocam quanto a alguns meninos que pediram um material específico. Enfim, eu dou todo este acompanhamento”.

Ela ressalta o trabalho que vem sendo desenvolvido nos espaços de leitura da FASE/RS, bem como aqueles trabalhos que um bibliotecário poderia explorar:

Nós fizemos uma parceria com a AGES, que é a Associação Gaúcha de Escritores. Que eles fossem para dentro das casas e fizessem um bate-papo. Fizessem uma leitura de suas poesias, que os jovens gostam muito. Fizessem uma contação, uma roda literária, uma oficina de grafite, uma oficina de rip-hop, de música. Essas atividades não deixam de estar ligadas à leitura, não deixam de estarem ligadas à concepção de onde esses adolescentes vêm. Então, tentar dar esse outro viés à leitura, levando a cultura por meio da realidade deles.

O papel social do bibliotecário é, portanto, fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, pois por meio de ações mediadoras ele vai contribuir para os processos de aprendizado dos mesmos. Ele deve disseminar e incentivar as práticas de leitura, atuando como agente impulsionador e transformador da comunidade em que está inserido, proporcionando condições para o desenvolvimento de competências e potencialidades e de formação da cidadania.

8 ATIVIDADES E PROJETOS DESTINADOS AOS ESPAÇOS DE LEITURA

Um espaço de leitura bem adaptado à realidade de jovens que cumprem medidas de internação e semiliberdade deve ser de motivação, reflexão e troca de experiências, mas que acima de tudo faça com que o jovem aprenda a gostar de ler, a se interessar pela leitura e pelo livro, ou por qualquer coisa que represente uma interpretação, uma associação, uma história. Como sublinha Fragoso (1994) a ação dinâmica da biblioteca deverá servir ao programa educacional, daí a necessidade de atividades em grupos, tais como: dramatizações, jogos, hora do conto. Como já dito anteriormente, acredita-se que a leitura seja o mais importante elemento do imaginário. Ler significa refletir, pensar, estar a favor ou contra, comentar, trocar opiniões, posicionar-se, enfim, exercer desde cedo a cidadania. Desta forma, percebe-se o papel da leitura na formação desses jovens, a fim de que possam descobrir um novo mundo, além daquele que até então lhe foi apresentado.

A hora do conto é uma das principais atividades realizadas dentro de uma unidade de informação. Para Kuhlthau (2002, p. 50) “[...] os jovens devem escutar histórias, a fim de desenvolver o interesse pelos livros e conscientizar-se da variedade de gêneros [...]”. E não apenas isto, através dos assuntos abordados pelos bibliotecários e educadores, pode-se interagir com diversos assuntos.

O texto literário é considerado de extrema importância para o desenvolvimento dos jovens nos aspectos físico, cognitivo, afetivo e moral, interferindo assim, de forma positiva, na resolução e organização de sentimentos, no enriquecimento do vocabulário de ordem psicomotora, sem deixar de considerar o vínculo afetivo que é formado entre adulto/educador e jovem, no momento da leitura. Os contos tornam-se um jogo de inteligência, imaginação e liberdade. A hora do conto, além de incentivar os jovens ao gosto de ler, amplia os horizontes da leitura, tornando-os conscientes da infinidade de livros de diversos temas, gêneros e estilo, capazes de satisfazer suas necessidades individuais e seu gosto.

Aproveitando a leitura das histórias selecionadas, os jovens podem realizar atividades desportivas ou artísticas (pintura, modelagem, colagem, construção com sucata, origami, brincadeiras cantadas, dramatização), interpretando criticamente o que lhes foi contado. O uso de um mural informativo também é outro recurso que estimula a leitura. Com manutenção semanal, o mural pode divulgar datas comemorativas, curiosidades, biografias de autores da literatura

brasileira, sugestões de livros, bem como, convidando todos a frequentar a unidade de informação.

Podem-se fazer atividades com jornais e revistas, onde os mesmos escolhem uma reportagem que lhes interesse, e comentam ao grupo a respeito. Essa atividade realizada no espaço de leitura pode contar com o apoio de um pedagogo e um psicólogo, vindo a ajudar os jovens na reflexão dos fatos abordados. Partindo desta ideia, os grupos que frequentam a biblioteca podem criar um jornal informativo, com todos os assuntos que acharem interessantes. Essa atividade vem a estimular os jovens a buscar informações variadas para a escrita dos seus textos.

O espaço de leitura pode ser tratado como um ambiente agradável e de trânsito informacional, reforçando o seu papel dentro do processo de ressocialização.

Para a realização de planos de trabalho, é fundamental que existam projetos destinados à FASE/RS. Eles contribuem de forma positiva no desenvolvimento dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, assim como o **Projeto Tesouro Literário** promovido pela FIERGS, cujo objetivo geral é assegurar a todos os indivíduos o acesso à informação e a literatura, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. Além disso, busca-se desenvolver o hábito da leitura, ofertando obras de literatura às crianças e adolescentes que estão afastados de seus lares; disponibilizar a informação, promovendo a descoberta de novos conceitos e a possibilidade de compartilhar novas experiências e aprendizados; promover a vivência da leitura e a convivência coletiva e conseqüentemente, a melhora do ambiente e qualidade de vida no dia-a-dia. O Banco de Livros ficou responsável pela elaboração do projeto; fornecimento do acervo com a respectiva listagem das obras para cada coletivo; a montagem dos espaços, incluindo mobiliário, computadores e acervo; fazer a avaliação do projeto a cada seis meses, assim como do acervo e a reposição das obras, quando se fizer necessário.

Por meio da realização desse projeto pretendeu-se obter os seguintes resultados com o público-alvo:

- ✓ Oportunizar o acesso a informações e a literatura das crianças e adolescentes;
- ✓ desenvolver a autoestima e a socialização dos participantes;
- ✓ desenvolver hábitos de leitura proporcionar o exercício da cidadania;

- ✓ reduzir o nível ansiedade e estresse das crianças e adolescentes.

Segundo as entrevistadas Solange e Janete, do Instituto Carlos Santos,

O projeto Tesouro Literário foi ótimo para nós. Os recursos são escassos na nossa secretaria. Então, ele veio nos abastecer, não só de livros – até por que o nosso problema não é a falta de livros – o nosso problema é ter condições de atender esse adolescente com uma cadeira pra sentar, ter uma mesa adequada, ter um computador, um material de escrita, ter um banheiro adequado para se usar. Nosso problema está na estrutura, e nas Políticas Públicas de Leitura, porque a partir do momento que a FASE se abre para projetos novos, em parceria com instituições públicas ou privadas, se está dando um novo olhar para esse segmento. Então o Projeto Tesouro Literário veio nos abastecer não só de livros, mas de mobiliários, de cursos e de orientação.

Há, também, o incentivo da Câmara Rio-Grandense do Livro que apoia o projeto de incentivo à leitura desenvolvido pelo “*Espaço de Leitura Dona Margarida*”. As coordenadoras da Câmara se interessaram pela forma com que era conduzido o trabalho no espaço. Quiseram, então, saber se as coordenadoras tinham trabalhos feitos pelos adolescentes. Em decorrência disso, foram convidadas a expor os trabalhos dos adolescentes internos do ICS na 47ª Feira do Livro de Porto Alegre na Vitrine da Leitura – ala infantil da Feira.

Na extensão dessas ideias, já que os adolescentes não poderiam ir até a Feira (por cumprirem uma medida de internação), a Câmara se posicionou afirmativamente em relação aos adolescentes/internos: “Se os adolescentes do CIPCS não vão à Feira a Feira vai até eles”. Foi criado, então, o projeto **A Feira vai à Fase**, cujo objetivo é levar escritores, contadores de história, quadrinistas e outros mediadores da leitura para realizar encontros mensais com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas dentro da instituição. Além de aproximar o universo literário dos internos, a iniciativa vem contribuindo para estimular o hábito de ler e a inclusão social desses jovens. Por meio desta parceria, foi possível promover a visita ao Centro de escritores como: Ricardo Silvestrin, Carlos Urbim, Célia Maria Maciel e João Machado que, em um bate-papo descontraído, contaram um pouco sobre o trabalho enquanto escritores e discutiram a importância do hábito da leitura. A proposta é que a cada mês um escritor diferente participe de oficinas junto aos adolescentes.

Os projetos são fundamentais para a concretização de atividades que estimulem os ambientes de leitura, mas acima de tudo para a implementação de novos espaços, além da captação de recursos para melhorá-los.

A FASE/RS até o ano de 2010 contava com apenas uma bibliotecária em seu quadro de servidores, mas que lamentavelmente acabou falecendo. A profissional deixou um projeto na Instituição que vislumbra a criação de uma Biblioteca Central na Sede. A proposta, conforme afirma a presidente da FASE, Joelza Mesquita Andrade Pires, é uma das prioridades da gestão. A ideia original, apresentada pela bibliotecária em sua justificativa do projeto, é fomentar a cultura na Instituição através de cinco eixos: a) com uma biblioteca, formada por obras de literatura em geral e material técnico para subsidiar pesquisas; b) uma videoteca que ajude em atividades de treinamento de funcionários; c) de uma biblioteca digital; d) de um “cantinho da literatura”, local que serviria como uma sala de estar, com jornais e revistas; e) e de uma biblioteca ambulante, que levaria a leitura a todas unidades da FASE no Estado.

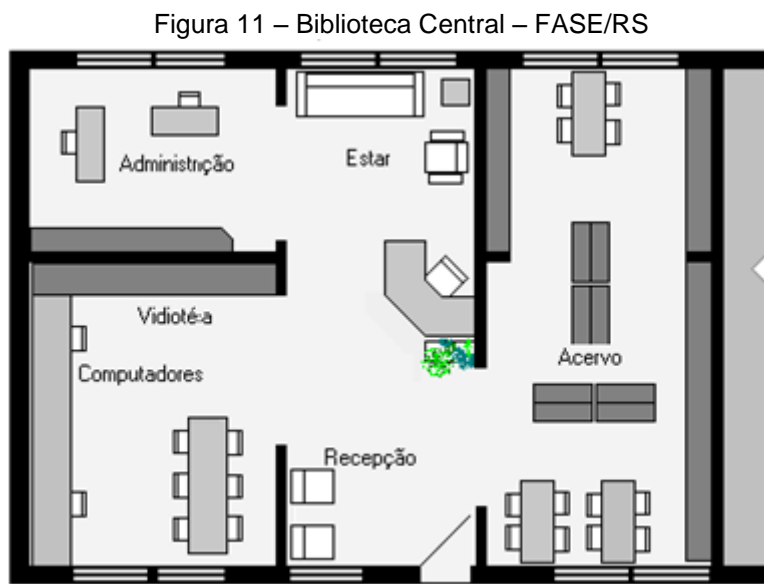
A Biblioteca Central, vinculada ao Núcleo de Treinamento e Avaliação de Desempenho, subordinado à Coordenação de Formação Permanente, da Diretoria de Qualificação Profissional e Cidadania da FASE/RS, foi pensada como apoio ao programa de capacitação permanente da Fundação, visando à formação e qualificação do agente socioeducativo de forma continuada em prol da otimização do programa de atendimento empreendido. O espaço deve propiciar ao servidor que ele se compreenda, se contextualize e adquira um nível de distanciamento crítico em relação às determinações de sua circunstância (pessoal, social e profissional), de modo a não ser simplesmente conduzido por elas, socializando e adquirindo conhecimentos, preparando-se para melhor desempenhar suas funções, internalizando princípios, estimulando-se a práticas compatíveis com o sistema sócio-educativo e servindo de referência e modelo aos jovens atendidos.

A criação de uma biblioteca para agentes socioeducadores aparentemente é um projeto inédito no Brasil, haja vista pesquisa informal realizada (sites e e-mails) com outras instituições de mesma finalidade nos principais estados do país.¹⁵

Como já dito, cinco eixos de ação nortearão o trabalho, quais sejam:

¹⁵ Informações retiradas do Projeto de Criação da Biblioteca Central da FASE, idealizado pela bibliotecária Fabiana Hendler da Luz.

biblioteca, videoteca, biblioteca digital, “cantinho da leitura” e biblioteca ambulante. Segue abaixo a planta da Biblioteca Central da FASE/RS.



Fonte: Projeto de Criação da Biblioteca Central da FASE

Este espaço deverá ser ocupado na sede administrativa em sala a ser reformada junto ao Centro de Formação permanente, prevendo espaços para atendimento ao usuário, processamento técnico, acervos de livros, digital e de filmes, mesas para pesquisas, sala de projeção de filmes e dois computadores para pesquisa.

A presidência da FASE informou que irá homenagear a servidora colocando em prática sua ideia, que será batizada de **Biblioteca Central Fabiana Hendler**.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços de leitura podem ajudar na ressocialização de jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, pois são ferramentas primordiais ao desenvolvimento dos indivíduos. Ao analisar-se a importância desses ambientes na vida dos jovens que estão dentro da FASE, pôde-se entender, de fato, que são importantes instrumentos de desenvolvimento, em razão de seu caráter formativo, enquanto principal instrumento de apoio educacional.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pela Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais dentro da FASE/RS, ao instalar espaços de leitura por meio do Projeto Tesouro Literário, de acordo com as particularidades de cada Centro de Atendimento, mostra o quanto um trabalho organizado e encabeçado por um bibliotecário, vem dando resultados. Faz-se necessário relatar que conhecer todos os espaços de leitura dos centros da FASE/Porto Alegre, pelo pesquisador, foi fundamental para a exposição deste assunto, já que se pôde verificar a realidade de cada local de atendimento. Porém, a burocracia para que isso pudesse ser realizado foi bastante exaustiva.

Diante do *Projeto Tesouro Literário da FIERGS*, foi fundamental entrevistar a bibliotecária responsável pela sua implementação. Buscou-se entrevistar, também, as agentes socioeducadoras do Instituto de Internação Provisória Carlos Santos, responsáveis pelo Espaço de Leitura Dona Margarida, e o agente socioeducador do CASEF, Carlos Motta, pois são os únicos espaços que desenvolvem há bastante tempo atividades em espaços de leitura. Os outros espaços, como já dito no decorrer do trabalho, foram criados por meio do Banco de Livros da FIERGS, levando o pesquisador a apenas registrar visualmente as informações dos ambientes ao conhecê-los.

Constata-se a importância destes espaços, ao verificar a necessidade de servir de suporte à escolarização obrigatória, e também a profissionalização dentro da Instituição. Além disso, ressalta-se toda a gama de trabalhos desenvolvidos pelos monitores responsáveis pelos espaços, com ênfase na leitura e na escrita. Criar ambientes de leitura e pesquisa faz com que a FASE esteja em plena consonância com a legislação nacional e internacional sobre adolescentes privados de liberdade, uma vez que concretiza o direito à cultura e ao acesso aos meios de comunicação

social. Conforme consta no ECA e nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, a presença de uma biblioteca em instituições de internação deve ser a regra e não a exceção. Para que se possa ter uma ideia, no período de 11 a 31 de março deste ano foram retirados, do *Espaço de Leitura Dona Margarida*, 287 gibis, além de outros materiais como livros e periódicos. Os adolescentes que frequentam o espaço leem uma média de 15 livros por mês. O resultado disso é visível no dia-a-dia. Os internos passaram a se comunicar via cartas, poesias e mensagens ilustradas, o que estreitou laços familiares e de amizade, e promoveu o domínio da linguagem e o aperfeiçoamento das capacidades de interlocução (escrita e falada). Um adolescente de 17 anos, cujo apelido é João, relatou que enviou a namorada 83 poemas copiados no ambiente durante um só mês.

Contudo, conforme foi verificado na contextualização teórica, os espaços de leitura têm uma importância muito mais abrangente do que vem sendo desenvolvido. Eles devem fazer parte de toda a engrenagem da ressocialização, estando de mãos dadas com outros setores da Instituição. Nota-se uma importância primordial de profissionais bibliotecários fazendo todo o direcionamento e acompanhamento das atividades, além de projetos para a ampliação dos espaços, captação de recursos e políticas mais apropriadas ao público de usuários de cada Casa. O pesquisador percebeu durante as visitas aos espaços, falta de políticas de trabalho dentro de cada ambiente, estando todos em sua grande maioria subaproveitados. Isto vem a confirmar que não adianta a Instituição contar com um ambiente com recursos, se não há pessoas capacitadas para coordená-los e administrá-los. No CSE, por exemplo, a responsável pelo espaço de leitura não consegue se dedicar única e exclusivamente a esta atividade, pois também é monitora. Quando tem que resolver problemas referentes ao seu cargo, tem de fechar o espaço. Outra questão em que a mesma relatou é quanto à falta de recursos para manter o ambiente, tendo muitas vezes tirado “do próprio bolso” para comprar coisas básicas, como o próprio carimbo do setor. O mesmo ocorre no *Espaço de Leitura Dona Margarida* que tem atuação bastante restrita; atendendo com poucos recursos. O espaço vem enfrentando, por exemplo, um problema sério de falta de infraestrutura: é relativamente pequeno, o que acaba por restringir o trabalho. Com a transferência para o espaço montado pelo Banco de Livros, pensa-se em melhorar esta realidade.

Todos os responsáveis pelos espaços acham primordial um profissional bibliotecário para dar um direcionamento às atividades, com exceção do agente socioeducador da CASEF. Porém, os dados levantados pelo pesquisador mostraram que o espaço não conta com projetos destinados à leitura, estudo de usuários, políticas de trabalho e objetivos, nem mesmo meios de captação de recursos destinados a ele. A Instituição só conseguiu adquirir livros novos e equipamentos, por meio da atuação do Banco de Livros, que tem como administradora uma bibliotecária.

A necessidade de pessoal capacitado para um trabalho mais direcionado está explícita nos dados apresentados, quanto ao perfil dos jovens que se encontram nos Centros, onde há um baixo nível de escolarização dos jovens. No POA I e na CSE, por exemplo, havia apenas um garoto no Ensino Médio. As aulas ocorrem dentro de cada Casa, por serem de regime fechado, com atendimentos em pequenos grupos. Pôde-se constatar, por meio do relato da agente socioeducadora do POA I, que não há uma integração entre espaço de leitura e escola. Esse direcionamento é primordial, porém esta falha vem ocorrendo por conta do que já vem sendo relatado: a falta de profissionais especializados neste âmbito.

Por intermédio da pesquisa nos espaços de leitura, analisou-se o processo de implementação das leis referentes a menores infratores, baseadas no ECA, SINASE, PEMSEIS, as Regras de BEIJING – UNICEF, além de outros estudos já realizados. Reconheceu-se a importância de bibliotecas e de bibliotecários em sua gerência como parte integrante das ações socioeducativas, por meio de estudos já realizados, embasados nas próprias leis já citadas, bem como por meio da visão das entrevistadas neste estudo. Os argumentos elencados mostram que o bibliotecário é um profissional fundamental na orientação das atividades na Instituição, e no processo de ressocialização dos jovens que cumprem tais medidas. Constatou-se que, no momento, a FASE não conta com um profissional bibliotecário, o que vem a dificultar o andamento dos trabalhos neste âmbito.

O trabalho é encerrado com a análise dos trabalhos desenvolvidos nos espaços de leitura, e é importante pontuar que por meio dos ambientes existentes na Instituição, os jovens passaram a adentrar no mundo da leitura e da escrita, redescobrendo uma nova forma de viver fora do ambiente prisional. Verificou-se, por meio dos projetos direcionados a eles – como o “**A Feira vai a FASE**” – que os mesmos trazem, além da cultura, esperança a esses jovens.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Jason. **Direito do Menor**. Rio de Janeiro: Aide, 1995.

ASSIS, Simone Gonçalves. **Traçando caminhos de uma sociedade violenta**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ASSIS, Wanderlice da Silva. **O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro (1838-1968)**. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

BARKER, Ronald E.; ESCARPIT, Robert. **A fome de ler**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**: Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v.1, n.3, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf> Acesso em: 23 jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.594/2012, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012.

CAGNETI, Sueli de Souza; ZOTZ, Werner. **Livro que te quero livre**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

CARDOSO, Jacqueline de Paula Silva. **Da Ineficácia da internação como medida sócio-educativa**. São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito de Presidente Prudente, 2006. 49 p.

CARVALHO, Adriana Cintra de; OLIVEIRA, Marcelo Pires de. Os quadrinhos e uma proposta de ensino de leitura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/18224/1/R0711-1.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

CARVALHO, Kátia de; GESTEIRA, Ivana A. Lins. Organizações sociais na atual sociedade: espaços de leitura. In: **O ideal de disseminar**: novas perspectivas, outras percepções. Salvador, Edufba, 2006. 227 p.

COSTA, Simoni Karen Vieira da. **Análise da produção científica brasileira acerca do incentivo à leitura no ensino médio, 2000 a 2010**. 2011. 68 f. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

COSTA, Liana Fortunato; ALMEIDA, Tânia Maria Campos de (org.). **Violência no Cotidiano: do risco à proteção**. Brasília: Universa; Brasília: Líber Livro, 2005.

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 41-46, 1. sem. 2003.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FRAGOSO, Graça Maria. **Biblioteca e escola: uma atividade interdisciplinar**. Belo Horizonte: Lê, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

GUIMARÃES, F. M. D. et al. Expressão em liberdade: alternativas de Comunicação social em presídios. **Unirevista**, v. 1, n. 3, p. 1-11, jul. 2006.
Disponível em: <<http://www.unirevista.unisinos.br/-pdf/unirev.meloal.pdf>>.
Acesso em: 12 jan. 2012.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro. 2011.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Pontes, 1996. 102 p.

KRIEGL, Maria de Lourdes de Souza. Leitura: um desafio sempre atual. **Revista PEC**, Curitiba, v. 2, n.1, p. 1-12, jul. 2001/jul. 2002.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para pré-escola e ensino fundamental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 304 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas: 2005.

LEITE, J. A. C. **O acesso à informação e a restrição imposta nas instituições penitenciárias**. 2004. 67 f. Monografia [Bacharelado em Direito] – Faculdade Integrada Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <<http://www.intertemas.unitoledo.br/.../index.php>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

MORIGI, V. J.; VANZ, S. A. S.; GALDINO, K. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.7, n.1, p. 134-147, 2002. Disponível em: <<http://revista.Acbsc.org>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

NASCIMENTO, M. J.; WESCHENFELD, S. Necessidade de informação dos vereadores de Florianópolis: estudo de usuário. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewfile/161/155>>. Acesso em: 04 maio 2012.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

ONU. **Regras mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing**. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/documentos_internacionais/id104.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ONU. **Regras mínimas das Nações Unidas para proteção de jovens privados de liberdade**. Disponível em: <<http://www.redemargaridas.com.br/downloads/legislacao/Internacional/12.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

OSÓRIO, Luis Carlos. **Abordagens psicoterápicas do adolescente**. Porto Alegre, Movimento, 1991.

PEREIRA, J. E; ZEINCHNER, K. M. **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

QUEVEDO, Hercílio F. Leitura e animação cultural: ler é nossa função essencial (ou não?). In: RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker; BECKER, Paulo. **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. 2 ed. Passo Fundo, UPF, 2005.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

RIBAS, C. C.; ZIVIANI, P. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 47-57, set./dez. 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul – PEMSEIS/RS**. Porto Alegre, 2010.

ROSO, Larissa. Companhia do Cárcere: livros abertos, caminhos abertos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 mar. 2012. p. 25-28.

SÁ, Arthur Luiz Carvalho de. **As Medidas Socioeducativas do ECA e a reincidência da delinquência juvenil**. [200-]. Não paginado. Monografia (Graduação) – Faculdade de Direito do Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília, [200-].

SANTOS, Jussara Pereira. O moderno profissional da informação: o bibliotecário e seu papel face aos novos tempos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 5-13, jan./jun.1996.

SILVA, R. **Os filhos do governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1998.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Solange Carvalho de. **O processo de letramento como ajustamento secundário numa situação de privação de liberdade**: estudo de caso em uma unidade para adolescentes infratores. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7213/000496785.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

STUMPF, Ida Regina Chittó. Funções da biblioteca escolar. **Cadernos CED**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 67-80, jul./dez. 1987.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: LISA, 1980.

SUAIDEN, Emir José. A Biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

TRINDADE, L. L. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais**: conceitos, objetivos e atribuições. 2009. 118 f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

WISNIEWSKI, Ivone A. P.; POLAK, Avanilde. Biblioteca: contribuições para a formação do leitor. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba, **Anais...** Curitiba, PUCPR, 2009.

APÊNDICE A – Roteiro Geral de Perguntas para a Entrevista aos Coordenadores dos Espaços de Leitura do CIPCS e CASEF

O propósito deste questionário é avaliar a importância de espaços de leitura, ou bibliotecas, como parte integrante das ações socioeducativas, dentro de cada Centro de Atendimento da FASE, localizados no município de Porto Alegre.

O resultado desta pesquisa qualitativa e será utilizado para a apresentação do trabalho de conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e tendo como tema “Espaços de Leitura como estratégia de (re)inclusão de jovens que cumprem medidas socioeducativas na FASE/Porto Alegre”.

Entrevistado(a):

Instituição:

Cargo:

1. Quantos adolescentes encontram-se internados neste Centro de Atendimento? Qual a idade e o sexo predominante?
2. Os jovens frequentam a escola ou cursos profissionalizantes? Caso frequentem, onde acontecem as aulas?
3. O espaço de leitura deste Centro de Atendimento tem um nome? Ele foi criado quando? Atendendo a que necessidade?
4. Qual a missão e os objetivos desse espaço de leitura?
5. Quais os profissionais responsáveis e os envolvidos com o espaço? Executam que funções?
6. Ele conta com um profissional bibliotecário? Você acha importante a atuação desse profissional na gerência desse espaço e leitura? Por quê?

7. Caso não possua um bibliotecário, como você acha que ele poderia contribuir para o desenvolvimento desse ambiente?
8. Quais são os serviços oferecidos por este espaço? Ele conta com projetos? Quais?
9. Que tipo de materiais possui? O acervo atende as necessidades informacionais desse público? Por quê?
10. Há um incentivo do governo para a manutenção e compra de materiais? Como os materiais são adquiridos?
11. Há atividades de estímulo à leitura? Os jovens interagem? Por quê?
12. Os jovens utilizam os serviços oferecidos? Qual a média de frequência diária e os recursos/materiais mais usados?
13. Você acha que as bibliotecas são eficazes na (re)socialização de jovens que cumprem medidas de internação e de semiliberdade? Você acha que o trabalho tem um resultado diferente entre as duas medidas? Qual é a mais eficaz? Por quê?
14. Já se conseguiu conquistar leitores por meio das atividades desenvolvidas por esse espaço de leitura? Como se deu esse processo?
15. Você gostaria de fazer algum comentário ou sugestão?

APÊNDICE B: Roteiro Geral de Perguntas para a Entrevista com a Bibliotecária da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais

Entrevistada:

Instituição:

Cargo:

1. Quais os objetivos dos espaços de leitura da FASE?
2. Como é feita a seleção e encaminhamento das obras para os espaços? Quais são os critérios?
3. Qual a sua opinião sobre o funcionamento e estrutura dos espaços de leitura atuais? O que acha da composição dos acervos?
4. Por que a quase inexistência de bibliotecários na FASE?
5. Qual o diferencial que a presença de um profissional bibliotecário teria nesses ambientes?
6. Acredita que o trabalho desenvolvido nos espaços de leitura pode ser utilizado como estratégia de ressocialização de jovens que cumprem medidas de internação e semiliberdade?
7. Que projetos voltados aos espaços de leitura estão sendo encaminhados no momento?
8. Fale sobre as atividades de estímulo à leitura empreendidas neste momento.
9. Como você avalia o impacto das atividades de leitura junto aos jovens?
10. Existe incentivo do Estado na compra de materiais para estes ambientes?
11. Você gostaria de fazer algum comentário ou sugestão?

ANEXO A – Ofício de Apresentação do Pesquisador



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Of. nº 18/2012

Porto Alegre, 26 de setembro de 2012.

Senhor Diretor,

Apresentamos o aluno **DANIEL JESUS VIEIRA MAGNUS** – cartão 173568, do Curso de Biblioteconomia, orientando da Profa. MARLISE MARIA GIOVANAZ, que gostaria de colher dados para o seu Trabalho de conclusão de Curso, nesta Instituição.

Sendo assim, contamos com a sua compreensão e colaboração para o êxito do Trabalho do Estudante.

Atenciosamente,


Profa. Samile Andrea de Souza Vanz,
Coordenadora da COMGRAD/BIB

Ilm^a Sr^a
Presidente JOELZA MESQUITA ANDRADE PIRES,
M.D. Diretora Geral da Fundação Atendimento Sócio-Educativo - FASE
N/Capital.

ANEXO B – Ofício de Autorização da FASE/RS

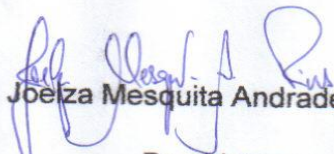
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA
E DOS DIREITOS HUMANOS
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO



AUTORIZAÇÃO

A Presidência da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS) declara conhecer o teor da proposta de pesquisa denominada **“Espaços de leitura como estratégia de (re)inclusão de jovens que cumprem medidas socioeducativas na FASE/RS”**, apresentada por Daniel Jesus Vieira Magnus, estudante do Curso de Biblioteconomia da UFRGS, e autoriza sua realização de acordo com o projeto apresentado.

Porto Alegre, 4 de outubro de 2012


Joelza Mesquita Andrade Pires
Presidente

ANEXO C – Termo de Compromisso do Pesquisador junto à FASE/RS

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

Termo de Compromisso

Eu, Daniel Jesus Vieira Magnus, estudante do Curso de Biblioteconomia da UFRGS, no decurso das atividades a serem desenvolvidas junto a Fundação de Atendimento Sócio-Educativa do Rio Grande do Sul (FASE-RS), em conformidade com os preceitos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/1990), **comprometo-me:**

- a não divulgar, sob nenhuma hipótese, **qualquer espécie de dado** que possa permitir a **identificação pessoal** dos adolescentes da referida Fundação;
- a não interferir na continuidade dos serviços prestados pela FASE-RS durante a realização da pesquisa;
- a dar retorno à FASE-RS dos resultados obtidos com o trabalho desenvolvido, através da entrega de material impresso à Assessoria de Informação e Gestão da FASE-RS (monografia, dissertação, tese, relatório);

Igualmente, declaro estar ciente e ser de minha inteira responsabilidade os prejuízos, riscos e danos de toda ordem sofridos dentro das unidades da FASE-RS, que advenham de eventos imprevistos, bem como de que a atividade ou pesquisa poderá ser suspensa a qualquer tempo por necessidade da administração da FASE-RS, por não estarem sendo observadas as cláusulas previstas neste Termo de Compromisso ou em caso das atividades estarem em desacordo com a proposta apresentada.

Porto Alegre, __ de outubro de 2012

Nome: Daniel Jesus Vieira Magnus
RG: 8067389786

ANEXO D – Poemas escritos pelo jovem M.A do CASE POA I

(Poema 8)

AMIGA

*Amigo é uma pessoa,
Que possamos confiar,
Mas amiga se ratear,
Eu já posso namorar.*

(Poema 16)

LIBERDADE

*Depois de tanto tempo,
A liberdade chegou pra mim
Vida de preso,
chegou ao fim,
Quando cheguei em casa,
Só animação,
Tava a minha mãe e meu
irmão,
Chorando no portão,
Minha mãe falou:
Meu filho, vem aqui me
abraçar,
Como se fosse um bebê,
Comecei a chorar,
Mas depois de uma noite,
Voltei a acordar,
Depois de tanta alegria,
Não passara de um sonho meu,
É, hoje aqui na cela,
Tento lembrar como vai ser,
Quando a liberdade chegar,
Muita coisa no mundo mudou,
Não sei nem se vou me
lembrar,
Onde tudo começou,
Espero que não me lembre,
Pois quando sair,
Não quero viver o passado,
Que foi cheio de angústias,
Desespero e muita decepção,
Quero viver o presente,
Cheio de coisas boas,
Que ficarão eterno no coração,
Então tá,
Hoje posso,
Refletir e pensar,
Só não posso,
Perder tempo,
Porque a liberdade,
Vai chegar!!!*

(Poema 26)

MENININHA!

*Sei que o grande amor;
Entre nós ainda existe.
Antes de dormir eu penso na
gente;
Dias e noites abraçados;
Isso não sai da minha mente.
Menina eu te digo;
Escute o que eu vou te falar;
Meu amor é todo seu;
Só pra você eu quero dar.
Muita gente disse;
Que nunca ia dar certo;
Mas com nosso amor;
Provamos que nosso amor é
verdadeiro.
Difícil encontrar;
Palavras que te descreva;
Você tem tudo;
O que um homem quer;
Tudo o que tem
Não encontro em outra
mulher!!!*
